

LEITURAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAC FAVELAS COMO MIRANTE DE OBSERVAÇÃO

Fatima Pivetta
Lenira Zancan
Marize Bastos da Cunha
André Luiz Carvalho Cardoso
Itamar Silva
Organizadores

LEITURAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAC FAVELAS COMO MIRANTE DE OBSERVAÇÃO

Fatima Pivetta
Lenira Zancan
Marize Bastos da Cunha
André Luiz Carvalho Cardoso
Itamar Silva
Organizadores

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP
Núcleo de Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde –
NEEPES/CESTEH

Realização

Laboratório Territorial de Mangueiros – LTM
ENSP/FIOCRUZ

Parcerias

Laboratório Socioambiental de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo –
LSECAU/ Faculdade de Engenharia -UERJ
Projeto de Extensão Arquitetando Intersubjetividades - UNISUAM
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE
Instituto Raízes em Movimento
TV Tagarela

Copidesque

Rogério Alves de Barros

Projeto Gráfico

Admilson Trajano

Capa

Admilson Trajano

L533 Leituras sobre políticas públicas : o PAC Favelas como mirante de observação / orgs. Fatima Pivetta ... [et al.]. - Rio de Janeiro : ENSP - FioCruz, 2018.
194 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-9511-028-1

1. Rio de Janeiro - Política social. 2. Urbanização - Rio de Janeiro. 3. Rio de Janeiro - Políticas Públicas. 4. Favelas - Rio de Janeiro - Estudos de caso. I.Pivetta, Fatima. II. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). III. Programa de Urbanização de Assentamentos Precários (PAC Favelas).

CDD 307.3364

SUMÁRIO

Apresentação	5
Políticas Públicas e Produção Compartilhada de Conhecimentos nas Favelas: desenraizamento, provisoriedade e invisibilidade	15
Fátima Pivetta, Marize Bastos Cunha, Marcelo Firpo Porto, Lenira Zancan	
PAC Manguinhos, uma Oportunidade Perdida	35
Pablo Benetti	
O Provisório Permanente: favela para Christine Lagarde ver	49
Itamar Silva	
Insurgências, Desigualdades Sociais e Urbanismo Contemporâneo: A Rua São José e as incompletudes do PAC Manguinhos	63
André Luiz Carvalho Cardoso, Éric Gallo, Gustavo Tavares	
O Centro Cívico: a marca da incivilidade das políticas públicas	77
Consuelo Nascimento, Gleide Guimarães	
Instituições Públicas e a Garantia da Participação: o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado	85
Maria Lúcia de Pontes e João Helvécio	
Saneamento Básico: incompletudes como norma	95
José Stelberto Porto Soares	
“Você não tá vendo, não?” – O Dispositivo Audiovisual e as Invisibilidades do PAC Manguinhos	105
Fabiana Melo Sousa	
Uma Nova Configuração da Participação Popular: o caso do movimento Juntos pelo Complexo	119
Marize Bastos da Cunha, Alan Brum Pinheiro	
Representações da Moradia Popular: o caso do “condomínio do PAC” ..	141
Bruno Coutinho de Souza Oliveira	
PAC Manguinhos: uma reconstrução no tempo	161
Lenira Zancan, Fatima Pivetta e Jairo Freitas	
Posfácio	184
Sobre os autores	192

LEITURAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAC FAVELAS COMO MIRANTE DE OBSERVAÇÃO

Apresentação

Esta **Coletânea** tem como base os processos de acompanhamento e avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em favelas do Rio de Janeiro e suas interfaces com a promoção da saúde e a justiça ambiental, em particular em Manguinhos. Os artigos e relatos de experiências, produzidos por pesquisadores e ativistas de instituições e entidades ligadas às lutas sociais por saúde e dignidade nas favelas, situam-se nos marcos de reflexão sobre políticas de urbanização de favelas e o desafio da participação social e do direito à cidade.

O espírito da Coletânea é o de se configurar como um recurso político-pedagógico mediador do diálogo entre a academia e os movimentos sociais e que possa contribuir para fomentar novas pesquisas e novas políticas públicas, incorporando saberes e experiências dos próprios moradores, com impacto positivo sobre a saúde e o ambiente na cidade.

Desde o lançamento do PAC Favelas, em março de 2008, o Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) vem acompanhando suas intervenções e realizando análises dos impactos das mudanças sobre a saúde dos territórios e da população. Em 2016, o LTM reuniu um grupo de reflexão ampliado, com parceiros acadêmicos da UFRJ, UERJ e UNISUAM, de defensores do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH) e de moradores e coletivos que atuam em Manguinhos e em outras favelas, como o Morro do Alemão, o Santa Marta e o Borel. A partir de meados de 2017, vimos construindo esta proposta de publicação, voltada para uma leitura crítica das políticas de urbanização de favelas, considerando a perspectiva dos agentes sociais que vivem, trabalham e desenvolvem ações nos territórios.

A disponibilidade dos materiais e análises produzidos pelo LTM e pelos

parceiros a respeito do PAC, ao longo de todo seu período de implementação até os dias de hoje, nos possibilitou analisar a dinâmica do programa, herdeiro de visões e práticas no que diz respeito às intervenções do poder público nas favelas, mas concebido sob um determinado projeto relativo à cidade do Rio de Janeiro, em muito associado aos assim chamados grandes eventos e que seguiu o modelo da cidade-empresa ou cidade-mercadoria.

A característica central desses modelos é a exclusão territorial dos “indesejáveis”, empurrando-os para longe dos centros onde a cidade faz seus negócios e removendo continuamente as populações de seus espaços de moradia, o que estabelece como condição permanente de vida a precariedade, a provisoriade e a invisibilidade. O conceito de “exclusão territorial”, segundo Raquel Rolnik, refere-se a um processo de acumulação de diversas ordens de vulnerabilidades e de desrespeito aos direitos que garantam um padrão mínimo de qualidade de vida e de participação social.

Dialogar com os movimentos da sociedade que se contrapõem ao projeto de cidade-empresa privada, operada a partir da lógica mercantil, pressupõe tanto a politização das agendas colocadas por esses movimentos, dando visibilidade às suas lutas, como outros modos de se relacionar e produzir conhecimentos de forma compartilhada e solidária com as populações excluídas.

Assim, a despeito de o PAC ser o contexto comum sobre o qual os autores fazem suas leituras da favela, o olhar que nos inspira, o eixo através do qual desenvolvemos essa leitura diz respeito à participação dos diversos agentes sociais presentes no território em movimento, com seus saberes, experiências, ações e organizações de luta, bem como suas reflexões do cotidiano da favela diante dos impactos do PAC. Não se trata, pois, de uma análise das engrenagens de uma política pública, mas, sobretudo, da forma por meio da qual os agentes sociais por ela atingidos se relacionam com essa política.

Para tanto, reunimos aqui a diversidade de vozes, pontos de vista e formas de expressão do que foi vivido e dito no longo período de implementação do PAC em Mangueiras e no Alemão. Inspirados nos relatórios de pesquisa, depoimentos em vídeos, memórias de campo, dissertações acadêmicas e projetos de extensão, os sete artigos e três relatos de experiência oferecem um mirante de observação das políticas de urbanização. Um horizonte sempre

aberto para novas narrativas, novas iniciativas de produção de conhecimento e mobilização que emergem de “dentro” das favelas.

O artigo **Políticas Públicas e Produção Compartilhada de Conhecimentos nas Favelas: desenraizamento, provisoriedade e invisibilidade** abre a Coletânea e reflete sobre as políticas públicas e as lutas sociais nas favelas a partir dos referenciais teórico-metodológicos do LTM: a produção compartilhada de conhecimentos e a promoção emancipatória da saúde. Os autores partem dos relatórios e artigos feitos sobre o PAC em Manguinhos no período de 2009 a 2016, destacando a ação desumanizadora que gera invisibilidades, precariedades e provisoriedades enquanto fenômenos que marcam os processos saúde-doença. Tais processos, além de mostrar a face mais violenta e trágica da exclusão territorial, revelam as políticas públicas que lhes têm sustentado. Por outro lado, esses territórios convertem-se em movimentos, num terreno de contradições e conflitos que brotam de suas frestas. O que chamamos de promoção emancipatória da saúde emerge quando os moradores desenvolvem formas de resistência e lutam por dignidade, promovendo o enraizamento, a visibilidade e novos laços de solidariedade e confiança.

O artigo de Pablo Benetti, **PAC Manguinhos, uma Oportunidade Perdida**, contextualiza o estado da arte sobre políticas públicas para urbanização de favelas, especificamente o PAC Favelas, que trouxe para a população uma esperança de resolução das suas necessidades básicas, mas que acabou resultando em uma enorme frustração. Constata a inversão de prioridades nos investimentos, privilegiando as grandes obras midiáticas em lugar do saneamento e habitação como demandas fundamentais da população. A definição das obras pela aliança empresarial-governamental significou um escamoteamento da escuta dos desejos reais da população. A elevação da linha férrea em Manguinhos, por exemplo, produziu um enorme espaço vazio, perigoso e sem atividades capazes de lhe dar vitalidade urbana. Ao mesmo tempo, obras de drenagem e saneamento necessárias deixaram de ser realizadas. Neste sentido, o PAC tornou-se uma oportunidade perdida porque, ao privilegiar grandes obras, deixou de lado as demandas cotidianas dos moradores, o que parece reafirmar a velha máxima de que alguém sabe do que os favelados precisam mais do que eles mesmos.

O Provisório Permanente: favela para Christine Lagarde ver, artigo de Itamar Silva, centra a análise na problemática da “participação efetiva” da população de baixa renda nas políticas públicas nos últimos dois governos do Estado e do município do Rio de Janeiro. Para tal, toma como exemplos a intervenção midiático-militar no Complexo do Alemão, a construção do teleférico e os altos investimentos do PAC Favelas. Busca entender, por um lado, impasses relativos à participação da população favelada em decisões que afetam diretamente sua vida e, por outro, características da intervenção do poder público em áreas de concentração de população pobre no Rio de Janeiro. A narrativa da saga do Teleférico do Alemão é ilustrativa de algo que se repete incessantemente nas políticas públicas desenvolvidas nas favelas: a participação dos moradores é ignorada, ou é meramente retórica, e eles se tornam figurantes nas fotos das visitas de celebridades, como no caso da visita de Christine Lagarde ao Alemão. A adjetivação da participação como *popular*, *social* ou *comunitária*, vista a partir da história dos movimentos sociais das favelas no Rio, ou como *clientelista*, *subordinada* ou *populista*, quando está em questão a ação do Estado e dos governos, é um dos apontamentos do autor. Afirma ele que seria “útil e necessário modular o emprego indiscriminado do conceito de participação, que cria uma falsa sensação de consenso, e especificar, não só o que entendemos por participação, mas, em cada situação, participação de quem, em que circunstâncias e para quê.”

O artigo **Insurgências, Desigualdades Sociais e Urbanismo Contemporâneo: A Rua São José e as incompletudes do PAC Manguinhos** reflete sobre a experiência de projetos de extensão em arquitetura e urbanismo da UNISUAM e da UERJ, coordenados por André Luiz Carvalho Cardoso, em Manguinhos, em especial na Rua São José, que encerra um conjunto de problemas estruturais e outros produzidos pelo PAC. Um lugar que expressa uma sobreposição de processos de vulnerabilidade e se caracteriza como um dispositivo estratégico de uma microanálise espacial das condições e experiências de vida no território, revelando aspectos difíceis ou mesmo invisíveis de serem acompanhados na totalidade do Complexo de Manguinhos. A esperança dos moradores da Rua São José, aos quais foram prometidas novas habitações a serem construídas após a reestruturação do espaço, foi substituída pela frustração de quem viu seus problemas históricos

ampliados pelos efeitos colaterais das obras inacabadas do PAC: estreitas vielas, enchentes, casas rachadas, esgoto em permanente transbordo a céu aberto, pouca ventilação e iluminação e emaranhados de fiações elétricas que podem ser facilmente acessados. Os autores enfatizam também que o desenvolvimento dos trabalhos em parceria com os moradores da Rua São José só foi possível graças ao fato de haver vários favelados estudantes de arquitetura e urbanismo no grupo, o que marca uma distinção contemporânea que nos emancipa: o fim da mediação e o início do *lugar de fala*. *Favelados, agora, podem falar da favela com a chancela acadêmica de formação e não mais precisando de mediação.*

Esse “lugar de fala” se reafirma no texto **O Centro Cívico: a marca da incivilidade das políticas públicas**. Na forma de um testemunho/desabafo, Consuelo Nascimento e Gleide Guimarães, moradoras de Manguinhos que integram a comunidade ampliada de pesquisa ação do LTM desde 2003, discorrem sobre a experiência de inclusão dos “favelados” como trabalhadores e usuários dos equipamentos sociais construídos pelo PAC, em particular a Biblioteca Parque de Manguinhos. O que está em tela é a perspectiva de “mudança de hábitos” dos moradores, com as novas “oportunidades” que a política pública pretende oferecer à população, e a relação da favela com tal perspectiva. Consuelo Nascimento, ao relatar seus quatro anos de trabalho na Biblioteca, deixa entrever o potencial transformador de um equipamento social quando ele responde de fato “às necessidades dos usuários”, quando estes se apropriam e dão sentido aos serviços públicos oferecidos. O texto oferece também uma visão da permanente descontinuidade das políticas públicas em favelas e as frustrações que provocam na vida das pessoas, a exemplo do fechamento, entre os anos de 2015 e 2016, da maioria dos espaços de lazer e serviços sociais construídos pelo PAC.

O relato de Maria Lúcia de Pontes e João Helvécio, **Instituições Públicas e a Garantia da Participação: o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado**, resgata a história das ações do NUTH em Manguinhos, no início da implementação do PAC, e a experiência de construir estratégias jurídicas de defesa da comunidade. Narra o processo em que os moradores se reuniram e buscaram a Defensoria Pública, que inaugurou atendimentos à população em reuniões abertas na própria comunidade, o que constituiu

uma forma de privilegiar a participação e a organização locais e de estimular o debate sobre a legislação que define as políticas públicas de urbanização de favelas, enquadrando-a como obrigação do Estado e direito dos seus moradores. Apresenta também uma leitura crítica da desorganização/organização das pessoas, famílias e coletivos em Manguinhos a partir do PAC. Todo o relato da experiência do Núcleo de Terras com a comunidade de Manguinhos procura demonstrar, entre outros aspectos, a riqueza da participação popular em processos de afirmação de direitos, quando se produz um valor agregado a todo o processo, tanto para moradores quanto para os profissionais que se permitem aprender com uma prática democrática e participativa para repensar o seu papel e o das instituições que se colocam no lugar de acolhimento das demandas e das necessidades dos diferentes grupos sociais.

Saneamento Básico: incompletudes como norma, em forma de relato de experiência, resume as ideias de José Stelberto Porto Soares, engenheiro com longa experiência nos programas de saneamento e urbanização de favelas e áreas de baixa renda no estado do Rio de Janeiro. Seja no Baixada Viva ou Nova Baixada, no PAC Favelas, com as falhas gritantes em Manguinhos e no Alemão, ou ainda no icônico Favela-Bairro, a não finalização das obras é a norma. Trata-se de um problema estrutural, produtor e reprodutor de desigualdades ao longo do tempo, que também atravessou a história de Manguinhos, tendo determinado várias alterações na configuração do seu território e impactado de forma dramática a experiência histórica dos moradores. O autor discute os problemas que se perpetuam, dando destaque às enchentes, suas causas e consequências sobre a vida das pessoas, bem como aos projetos feitos e refeitos de maneira inadequada. E por que isso acontece? Falta de planejamento, de comprometimento, de respeito à cidade e à população. Formas erradas de implementar uma “política pública”, sem ouvir os principais interessados, os moradores, e sem integrar os próprios órgãos do Estado que irão implementar as ações. Além da denúncia, Stelberto anuncia algumas soluções que poderiam melhorar a eficiência dos sistemas de esgotamento sanitário e evitar as enchentes em áreas como Manguinhos.

O artigo **“Você não tá vendo, não?” – O Dispositivo Audiovisual e as Invisibilidades do PAC Manguinhos**, de Fabiana Melo Sousa, traz reflexões

sobre a relação entre o audiovisual e a pesquisa acadêmica, tendo como base a realização dos documentários “PAC Manguinhos: o futuro a Deus pertence? (2008) e “PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança” (2009), dirigidos por ela. Pesquisadora do LTM e nascida na favela, Fabiana descreve o dispositivo audiovisual como um importante mediador entre as narrativas construídas pelos moradores de Manguinhos e a pesquisa do LTM sobre o impacto das obras do PAC. O que a mobiliza na reflexão são as tensões que vivenciou enquanto habitava um espaço fronteiriço entre ser moradora/pesquisadora/produtora de Manguinhos, um lugar que exigiu atenção e proporcionou aprendizados. As reflexões são mediadas pelas falas e imagens que estão nos filmes realizados, mas também pelos fragmentos de memória da autora.

O artigo de Marize Bastos da Cunha e Alan Brum Pinheiro, **Uma Nova Configuração da Participação Popular: o caso do movimento Juntos pelo Complexo**, aborda a temática da participação popular através da reflexão sobre a experiência do movimento desencadeado no Complexo do Alemão por ocasião dos impactos da forte chuva ocorrida em dezembro de 2013, que deixou centenas de famílias desabrigadas e um grande número de moradias em risco. Constituído em um território exposto à vulnerabilização ambiental e social, o Juntos pelo Complexo do Alemão emergiu de um evento cuja dimensão dramática reatualizou práticas sociais e conhecimentos acumulados pelos moradores no que se refere à sociabilidade na favela, bem como acionou a experiência de fóruns anteriores de mobilização comunitária. Ao mesmo tempo, incorporou novas tecnologias de imagem e de comunicação social, utilizadas pelos moradores e coletivos locais. O movimento dialogou ainda com diferentes entidades e atores da sociedade civil, órgãos públicos e agentes sociais externos, envolvidos de formas diferentes nas lutas pela ampliação dos direitos sociais e humanos.

Representações da Moradia Popular: o caso do “condomínio do PAC”, texto de Bruno Coutinho, apresenta as trajetórias de dois moradores até a “conquista” dos apartamentos nos “condomínios do PAC”, no caso, o conjunto habitacional Relicário no Complexo do Alemão. Analisa a distinção entre os “de dentro” e os “de fora”, presente nas representações dos moradores, que se sobrepõem e concorrem entre si em um universo de práticas compartilhadas.

Tais representações auxiliam na análise crítica sobre os princípios da política de intervenção urbanística em espaços de favela e seus desdobramentos cotidianos. O artigo expõe como o espaço vivido é percebido e praticado por seus moradores no dia a dia, considerando seu lugar de moradia, e percorre o histórico da ocupação do bairro e os princípios que orientaram a implementação do programa de urbanização. Por fim, o autor se detém sobre o contraste entre a vivência nas favelas do bairro e aquela no conjunto Relicário.

Por último, destacamos o **PAC Manguinhos: uma reconstrução no tempo**, uma síntese dos grandes marcos do PAC Manguinhos, buscando mostrar as contradições e os descaminhos que geralmente afetam as políticas públicas e evidenciar os acontecimentos geradores das incompletudes que pudemos analisar, seguindo a nossa metodologia de produção compartilhada. Esta linha do tempo nos permite acompanhar a estrutura e dinâmica de um programa ao longo de um recorte histórico, sendo capaz de oferecer elementos importantes para a compreensão da lógica das políticas públicas, os interesses envolvidos e as forças sociais em disputa. O artigo está organizado em três partes, a primeira, *Tempo das Promessas: do PAC conquista ao PAC silenciamento*, cobre os anos de 2007 a 2008 e explicita as tensões dos coletivos e moradores na definição das prioridades *vis-à-vis* o processo de constituição do Comitê de Acompanhamento e Avaliação do PAC Manguinhos. A segunda, *Tempo das Inaugurações: entre o sonho da casa própria e o pesadelo das remoções*, abrange os anos de 2009 e 2010, período em que ocorre a maior parte das obras. E, por fim, o período entre 2011 a 2016, abordado em *Tempo de Reflexos e Abandono do PAC: desesperanças e lutas*, caracterizado pela frustração dos moradores ao perceber o fim do PAC e a não resolução dos seus problemas, muitas vezes agravados pela má qualidade e abandono das obras.

Inspirados por Hannah Arendt, dizemos que não oferecemos respostas às indagações e perplexidades do leitor que nos acompanha: “respostas são dadas diariamente no âmbito da política prática, sujeitas aos acordos de muitos; jamais poderiam se basear em considerações teóricas ou na opinião de uma só pessoa, como se tratasse de problemas para os quais só existe uma solução possível... o que proponho é muito simples: trata-se de refletir sobre o que estamos fazendo.”¹.

1 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

Assim, os textos desta publicação pretendem, sobretudo, construir perguntas embasadas que acabem por desconstruir os frágeis argumentos legitimadores das descontinuidades e desumanidades nas históricas transformações urbanas implementadas nas cidades. Convidamos os leitores a mergulhar e encontrar na publicação caminhos que sirvam de inspiração para a construção de novas vozes que ecoem como um único canto de emancipação e libertação, como nos ensinara o conto “Sorôco, sua mãe e sua filha”, de Guimarães Rosa². Que as desesperanças vivenciadas e observadas nas políticas públicas, que insistem em invisibilizar as formas de construir a cidade, que são nossas, sejam transformadas em instrumentos da construção de uma verdadeira revolução urbana na busca de uma promoção emancipatória da saúde em cidades socialmente justificáveis.

Fatima, Lenira, Marize, André e Itamar
Organizadores

2 ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO COMPARTILHADA DE CONHECIMENTOS NAS FAVELAS: DESENRAIZAMENTO, PROVISORIEDADE E INVISIBILIDADE

**Fátima Pivetta, Marize Bastos da Cunha,
Marcelo Firpo de Souza Porto, Lenira Zancan**

Pensando a favela, suas mudanças e as políticas públicas: alguns referenciais teóricos

As reflexões que colocamos neste texto são decorrentes do processo de acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Manguinhos desde as primeiras notícias da sua inclusão no programa, ampliado posteriormente para os complexos da Rocinha e do Alemão, quando realizamos um projeto de avaliação participativa do PAC Favelas¹. O texto se insere, portanto, na experiência acumulada pelo Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM)² sobre o tema ao longo de mais de dez anos, respondendo à sua missão de buscar caminhos de pesquisa e intervenção na perspectiva da promoção emancipatória da saúde. Para isso, temos por base processos políticos, pedagógicos e metodológicos que incorporem e coloquem em diálogo diferentes saberes e experiências.

A promoção emancipatória da saúde é compreendida aqui como um processo dialético voltado à produção compartilhada de conhecimentos e práticas que favoreçam a constituição de espaços de conquistas de liberdade, de enfrentamento das exclusões radicais, de redução de vulnerabilidades

1 Projeto “Políticas Públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: Uma Análise Participativa do PAC na Perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental”. Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES, Nº 11/2012.

2 O LTM é um projeto de pesquisa e extensão da Fiocruz que funciona desde 2002 com o objetivo de produzir conhecimentos de forma compartilhada, reunindo pesquisadores, moradores e organizações comunitárias em torno de questões de saúde, ambiente e cidadania.

socioambientais e de exercício dos direitos humanos, através do que Paulo Freire denomina de “inéditos viáveis.” (PORTO & PIVETTA, 2009, p.220). A produção compartilhada é realizada a partir de dinâmicas de mediação entre os conhecimentos científicos e o saberes populares, contextualizados no cotidiano das populações em seus lugares de vida, considerando assim sua forma de produzir a existência e de se expressar. Daí a importância de incorporar linguagens populares e artísticas que possam servir ao diálogo e tradução intercultural na produção de conhecimentos ou ecologia de saberes. (PORTO et al, 2016; SANTOS; MENESES, 2010).

Outra fonte de inspiração do LTM são os movimentos por justiça ambiental, que envolvem inúmeras formas de resistência e transformação da sociedade suscitadas pela emergência de problemas e conflitos socioambientais, os quais sempre se realizam em territórios específicos. Os princípios da justiça ambiental implicam não somente em relacionar problemas de saúde e ambiente à cidadania e aos direitos humanos, mas reconhecer as vozes, experiências e saberes dos moradores e trabalhadores do território como centrais para a transformação social. Esta é uma concepção que se coaduna com uma visão ampliada de saúde, compreendida enquanto uma das expressões do viver, em que se destacam não apenas as dimensões biomédicas e ambientais, mas também as sociais, éticas, culturais e estéticas irredutíveis. Portanto, são dimensões que não podem ser compreendidas por cálculos monetários de custo/benefício, por relações lineares de causa e efeito, tampouco podem ser exclusivamente captadas ou expressas pelas linguagens argumentativas e lógicas da ciência, mesmo as qualitativas, quando dissociadas das lutas sociais por transformação, reconhecimento e dignidade.

A promoção da autonomia é uma das dimensões mais fundamentais para o desenvolvimento da produção compartilhada de conhecimento. A este respeito, o compartilhamento no processo investigativo é concebido como caminho necessário à construção de um conhecimento crítico, capaz de decifrar a complexidade da realidade para o pesquisador e o pesquisado, e colocar em questão os lugares destes agentes no processo de produção do conhecimento. Nesse sentido, pesquisadores das instituições e moradores e ativistas comunitários são todos sujeitos da investigação, já que o conhecimento implica em interconhecimento e autoconhecimento. Com isso, indica-se que

o avanço da proposta da produção compartilhada do conhecimento só pode se realizar a partir da busca de caminhos que forjem um processo de pesquisa e ação e que também contribua para a crescente autonomia de ambos os lados: do pesquisador ou técnico e do pesquisador/morador ou usuário dos serviços. Recupera-se assim o paradigma freiriano da educação expresso nas ideias: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”; “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 2001, p.52).

Partimos do pressuposto de que, para compreender as dinâmicas do território e avançar numa perspectiva de produção compartilhada, é necessário constituir uma visão compreensiva das localidades, onde possamos ter acesso aos diferentes pontos de vista, saberes e experiências dos moradores, não apenas tomados isoladamente, mas também em suas diferenças e conflitos, conformando aquilo que Bourdieu denomina “espaço de ponto de vista” (1997). Não se trata, pois, de abrir mão de referenciais explicativos dos processos em curso em territórios vulnerabilizados, mas de ampliá-los, lançando um olhar compreensivo sobre a realidade, agregando o espaço de ponto de vista daqueles que vivenciam tais transformações.

Incorporando o referencial teórico do historiador Thompson (1981), é possível afirmar que a “experiência” dos moradores, ainda que inscrita em processos macroestruturais do mundo social, é vivida por eles, que tratam desta experiência em sua consciência de maneiras diferenciadas, de acordo com sua cultura, sua visão de mundo e sua historicidade. Dessa forma, apesar de inseridos em contextos de vulnerabilidade socioambiental e conforme seu campo de ação, os moradores não respondem reativamente a elas, mas são atravessados por suas experiências, que implicam uma determinada forma de apropriação da realidade e em possibilidades de ação sobre ela. A noção de experiência constitui-se, portanto, como uma mediação fundamental no desvendamento dos processos de constituição do espaço e dos processos de produção social de saúde-doença, bem como na formulação de políticas públicas, em particular naquelas que se referem ao enfrentamento das situações de saúde em territórios vulnerabilizados. Isso porque é fundamental como elemento mediador na produção de conhecimentos que abarquem

tanto a pesquisa como a ação em saúde, numa perspectiva dialógica, e como promotora da autonomia dos sujeitos envolvidos em ambos os processos, de investigação e intervenção.

São inúmeros os desafios nos espaços urbanos das cidades brasileiras para se realizar políticas e programas que de fato corroborem a promoção emancipatória da saúde e a justiça ambiental em territórios com exclusões radicais e *deficits* democráticos. Com relação aos territórios urbanos, prossegue uma forte urbanização e fragmentação territorial das cidades e regiões metropolitanas na América Latina, com intensos problemas socioambientais e sanitários. As metrópoles brasileiras expressam um papel contraditório na lógica da acumulação da região e continuam a marginalizar, apesar das políticas públicas de inclusão social, um amplo conjunto de populações ainda excluídas do trabalho, renda e seguridade social. A isso se acopla a fragilidade histórica das políticas públicas de moradia para classes populares, o que propiciou processos marginais de ocupação irregular que originaram vastos territórios, caracterizados como periferias ou favelas, e que emergem como contradição central na tensão entre a cidade formal e informal.

Em termos de saúde pública no Brasil, em que pesem os avanços no controle da mortalidade infantil e na atenção básica decorrentes da ação do Sistema Único de Saúde (SUS), diversos problemas ainda fazem parte da agenda sanitária de praticamente todas as regiões urbanas do país, assolando mais intensamente as populações vulnerabilizadas dos territórios periféricos. Entre eles, realçamos a falta de saneamento básico, os problemas respiratórios associados à poluição, o consumo de drogas e as mortes por acidentes e violência urbana, além das deficiências do SUS local e de programas como a Estratégia de Saúde da Família (ESF). Com efeito, as mudanças que concorrem para os processos de vulnerabilização, discriminação, racismo e a conseqüente ampliação da segregação socioespacial têm causado um impacto no padrão de distribuição de doenças em diversas regiões e escalas geográficas. São mudanças que aumentam a complexidade epidemiológica, favorecendo a emergência de novas doenças e a re-emergência de antigas endemias. Tal fato se traduz, por exemplo, na projeção que a tuberculose vem assumindo nas metrópoles brasileiras, e em particular no município do Rio de Janeiro, assim como nas recentes epidemias de dengue, *zika* e *chikungunya*.

No que se refere às favelas, várias localidades foram e continuam sendo alvo de programas urbanísticos, sendo que algumas delas receberam grandes intervenções que prometeram mudar por completo sua configuração espacial e social, como foi o caso do PAC Favelas, que contemplou o Alemão, Manguinhos e Rocinha.

Nossa preocupação, no desenvolvimento de projetos de pesquisa e de intervenção ao longo desses anos, foi buscar apreender o particular significado, para os moradores, da transformação nos territórios incorporados pelas políticas públicas relacionadas ao PAC, nos perguntando: até que ponto trouxeram melhorias, mantiveram ou mesmo agravaram as condições de vida e a cidadania dessas populações?

Desenraizamento, provisoriedade e invisibilidade como processos de exclusão e vulnerabilização nas favelas

A revisão bibliográfica e a análise documental, bem como os depoimentos dos moradores nas várias oficinas realizadas em nossa investigação, indicam alguns processos que nos parecem importantes para compreender os territórios investigados. São processos desumanizadores, que mostram a face mais violenta, dramática e mesmo trágica do modelo de desenvolvimento econômico e social gerador de desigualdades e exclusões radicais, e das políticas públicas que lhes têm sustentado. A seguir, indicamos três processos importantes.

Dialogando com as reflexões de Eclea Bosi a respeito da obra de Simone Weil (BOSI, 1987; 2003), destacamos o *desenraizamento*, que deve ser entendido como o processo que retira o morador de seu lugar, por diferentes razões, mas todas relacionadas a um modelo de desenvolvimento econômico e social que cria desigualdades sociais e ambientais. Trata-se de um duplo desenraizamento: ele está presente inicialmente na migração do campo para a cidade, e permanece quando os moradores precisam deixar suas casas em função de uma enchente ou de outra situação de risco, ou ainda quando são removidos por causa de programas urbanos que os obrigam a deixar o lugar onde residem. Desde que as primeiras favelas se formaram no Rio de Janeiro até os dias de hoje, quando se expandem, encontramos inúmeras experiências

de pessoas que foram arrancadas de seus lugares de origem – seja das próprias áreas centrais da cidade, seja de regiões rurais por todo o país – para dar lugar a um “progresso” que beneficiava poucos.

O desenraizamento contribui para a compreensão do processo de transformação pelo qual passam as populações das favelas e áreas periféricas, que se tornaram estranhas em suas próprias localidades em função das mudanças nas dinâmicas do narcotráfico, da ação das milícias e das novas formas de políticas públicas, mediadas por um leque diversificado de agentes sociais, desde ONGs até organizações formais ou ilegais que exercem seu poder pela violência. Os atuais processos de mudança no território que resultaram das intervenções do PAC, ao invés de promover políticas públicas intersetoriais, contribuir para inserir os moradores na cidade e potencializar suas redes de sociabilidade e coesão social, concorrem para reforçar a provisoriidade como um modo de vida que marca historicamente tais localidades.

A *provisoriidade* vem sendo apontada como importante marca do surgimento e desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro, e em especial das políticas públicas voltadas para elas. Itamar Silva, morador da favela Santa Marta e coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) nos diz que o “Estado sempre teve dificuldade em lidar com o fenômeno das favelas no Rio de Janeiro. A marca desta relação sempre foi a provisoriidade e a incompletude de suas promessas”. Desde o surgimento das primeiras favelas em nossa cidade, a provisoriidade vem se impondo, e as intervenções públicas nas favelas também têm se dado de forma provisória, obrigando os moradores a conviverem com a precariedade do que é deixado e buscarem respostas para aquilo que fica inacabado. “A provisoriidade no Rio de Janeiro já dura no mínimo 114 anos, e moradores e moradoras de favelas hoje representam 25% da população da cidade”, diz Itamar Silva (2011). Sua fala revela como o fim da escravidão e do período colonial não encerrou o colonialismo e o racismo, e mostram que a exclusão social é radical quando as pessoas perdem o direito de serem considerados cidadãos por serem pobres, negros, mulheres ou qualquer outra forma de discriminação. Por isso, a luta por reconhecimento é tanto política e social como epistemológica e ontológica.

Complementando o raciocínio anterior, acrescentamos a *invisibilidade*.

Desde que começaram a se expandir pela cidade, as favelas são consideradas problemas. Por volta de 1920, a primeira campanha contra as favelas na cidade chamou-as de “lepra estética”. A comparação com doenças sempre foi uma marca para se referir às favelas. No entanto, os modos de vida, as formas culturais, as redes sociais e o cotidiano da favela sempre foram pouco visíveis, com exceção das práticas culturais que cruzaram os muros da exclusão para servirem de consumo e lazer para diversos setores da sociedade.

Sabemos que, há algumas décadas, o trabalho de profissionais que atuam em serviços, em especial de saúde e educação, e estudos e pesquisas têm tornado esses aspectos visíveis. No entanto, ainda há muita invisibilidade em relação ao que acontece no cotidiano nas favelas. Em nossa pesquisa, identificamos vários problemas, muitos dos quais produzidos ou agravados pelas políticas públicas, como o PAC. Algumas das causas de adoecimento e morte nos vários territórios nos mostram que o drama cotidiano dos moradores não é visível, nem para muitos pesquisadores e profissionais que atuam junto a eles, nem para os sistemas de informação. Não são visíveis também as muitas respostas que os moradores têm dado a esses dramas ignorados.

O “novo” no PAC: avanço no atraso ou atraso do avanço

O PAC foi precedido por uma experiência histórica que não pode ser ignorada, especialmente quando se trata de identificar e discutir a percepção daqueles que foram atingidos pelo programa. Nos documentos avaliativos das organizações locais ou supralocais, que procuravam monitorar as ações do PAC através do depoimentos dos moradores, evidenciam-se um diálogo com o passado e a percepção de que não há mudanças significativas nas práticas políticas governamentais, mesmo em governos supostamente mais democráticos e inclusivos. Destaca-se ainda uma luta histórica das favelas e de vários fóruns pela integração da favela à cidade, e sua configuração como “bairro popular”, aqui tomado a partir de uma concepção que envolve uma ideia de favela cidadã. (SANTOS, 1981; VALLA, 1986; SILVA, 2005; MELLO, 2012).

Se o desenraizamento é a marca da experiência histórica de grande parte dos moradores e a provisoriidade, a característica das políticas voltadas para as favelas ao longo da história, a dimensão da permanência e do pertencimento

continua presente na vida dos moradores, através de suas lutas comunitárias ou mesmo de seus projetos de moradias, construídas em um esforço coletivo e através de suas redes de sociabilidade. (CUNHA, 1996). Assim, é preciso considerar que, quando uma intervenção como o PAC avança, o faz sob um território marcado pela provisoriade, mas habitado por moradores que vêm tecendo projetos de vida, suspensos, ou mesmo abortados, pelas incertezas do programa. Essa é uma das lições que aprendemos ao trabalhar com as favelas: seus moradores, mesmo em condições desumanas e improváveis, caminham nas cordas bambas da vida com uma dignidade e capacidade de superação que continuamente serve-nos como fonte de inspiração e esperança.

Um compromisso ético fundamental nas pesquisas com favelas está em considerar o impacto das mudanças em territórios atingidos por várias intervenções urbanas pontuais, e também pela violência. E, particularmente, o impacto na vida das pessoas, concebidas como experiências coletivas, que lhes acarreta dramas que se repetem no tempo e no espaço, mas que não assumem visibilidade pública. E que, por não serem publicizados, são percebidos como casos pessoais, isolados, ou mesmo como consequências “naturais” por serem quem são. Aqui, o que está em jogo é não apenas a dimensão mais subjetiva do processo que se reverte em problemas de saúde, timidamente considerada nos programas públicos. No fundo, o que está em jogo é como o Estado, as instituições e os pesquisadores efetivamente consideram as pessoas portadores de direitos e saberes. Essa é a luta fundamental por dignidade quando nos referimos a condições de vida e problemas de saúde inimagináveis em outros territórios e classes sociais.

Destacamos, como parte da dimensão subjetiva, o que um morador do Alemão resumiu em sua fala, o sentido que o PAC vem tendo para a maioria: *“o novo que chega e nos remove.”* Os participantes das oficinas nas três localidades discutiram então o novo, que chega e remove casas, pequenos negócios e antigos espaços de lazer. O novo que desestrutura vias, estratégias de mobilidade e formas de sociabilidade que ajudavam na sobrevivência da favela. A verdade é que, *“quando se fala em PAC e em remoções, parece que é coisa nova, mas não é”*, analisa uma moradora de Manguinhos. Uma moradora do Complexo do Alemão declara: *“o PAC é um Programa de Aceleração do Capitalismo.”* Um projeto que entrou sem respeitar os moradores, pois *“estes*

projetos não foram discutidos, foram apenas apresentados aos moradores”, lembra um morador da Rocinha. O que ficou evidente é que o novo vai destruindo e removendo, sem construir algo no lugar. O novo não resolve antigos problemas e ainda cria outros.

Nesse sentido, o novo – PAC – trouxe mudanças na configuração espacial e social dos territórios, mas, de forma geral, seus aspectos foram experimentados de forma muito mais negativa do que positiva. O PAC repôs a referida experiência de desenraizamento e criou provisoriamente na configuração territorial e social: subsistem as moradias precárias e os sistemas deficientes de infraestrutura urbana e de mobilidade. No que se refere à mobilidade, ela ainda se vale de práticas e redes sociais criadas ao longo de muitos anos. Como lembra um morador do Alemão: *“mobilidade urbana, a gente criou a nossa, seja com os moleques do mototáxi e os becos. Todos os becos de favela do Complexo do Alemão vão cair numa rua principal ou numa rua de comércio.”* Dado que a experiência e as vontades da população são desconsideradas no planejamento e realização das obras, os dramas vividos pelos moradores diante dos processos de mudança, assim como as alternativas que eles dão a seus problemas, permanecem invisíveis.

Consideramos que o avanço efetivo de políticas públicas para as favelas, de forma a integrá-las à cidade, pressupõe o reconhecimento da invisibilidade, por meio do diálogo efetivo com a população, de forma que ela possa se manifestar e contribuir para a solução dos desafios das políticas públicas para as favelas e para a cidade. Este é um dos sentidos da construção compartilhada de conhecimento e de alternativas aos problemas vividos em nossa cidade.

Muitos moradores têm a clareza que a política para a favela é obviamente uma política para a cidade e para o país. Resta à sociedade sensibilizar-se e superar as exclusões radicais e violências cometidas nas favelas, compreendendo o significado da declaração do MC Leonardo da Rocinha: *“o dinheiro do PAC não pertence à Associação de Moradores, o dinheiro do PAC pertence ao Brasil. Então não falo como favelado, eu falo como brasileiro.”*

O Morador como Sujeito do Conhecimento: ressignificando a participação em sua dimensão epistemológica como condição para a transformação social

Em nossas pesquisas e intervenções, a metodologia tem um papel fundamental pois, mais do que a conformação de técnicas, ela se constituiu como um tema de reflexão teórica de experimentação, através do qual se discute a importância dos conhecimentos dos moradores nos processos de produção, contextualização e validação de informações, prioridades, gestão e monitoramento das intervenções. Nesse sentido, consideramos fundamental analisar a potencialidade da categoria de **experiência** (THOMPSON, 1981) na produção de conhecimento, e indicar um modelo participativo, capaz de incorporar as experiências de moradores e técnicos atuantes nas pesquisas e intervenções desenvolvidas no nível local. Ao considerarmos a experiência dos moradores diante das políticas públicas como o PAC, levamos em conta que essa experiência é mediada por formas culturais, religiosas e pelo que Thompson denomina consciência afetiva e moral.

A ideia-força do que nomeamos Promoção Emancipatória da Saúde é, na prática, o aproximar-se do território enquanto lugar de produção da vida, procurando conhecer e compreender a experiência histórica e cotidiana de seus moradores, incorporar seus conhecimentos a respeito de elementos constituintes da situação de saúde e com eles compartilhar as informações e reflexões resultantes desse exercício de compreensão, no sentido de explicar tanto os processos de adoecimento e morte nos territórios de favelas onde atuamos, particularmente em Manguinhos, como as alternativas de promoção da saúde e da dignidade. Esse aproximar-se do território é a contribuição metodológica que buscamos para o campo da saúde coletiva, a partir da produção compartilhada de conhecimentos por comunidades ampliadas de pesquisa-ação (CAP) que tenha capacidade para acessar não apenas os determinantes sociais da saúde tangíveis, visíveis a partir dos dados epidemiológicos, mas aqueles intangíveis, invisíveis, e que são expressos nos depoimentos e narrativas das experiências e saberes dos moradores. Eles são a matéria-prima para temas sensíveis como preconceitos, racismos, violências contra a mulher, sofrimentos, tristezas, angústias, autoestima, impotências,

desencantos, esperanças-desesperanças, estratégias de sobrevivência e luta, prioridades e alternativas, entre outros, cujos impactos sobre a saúde vêm sendo discutidos por meio da concepção de sofrimento difuso.

A produção compartilhada de conhecimento é uma das propostas metodológicas que orienta as práticas de pesquisas e intervenções do LTM. Nossas pesquisas vêm se desenvolvendo a partir do pressuposto de que, para avançar numa perspectiva de produção compartilhada do conhecimento, compreender a dinâmica do território, bem como construir respostas aos problemas de saúde e ambiente, é necessário constituir uma visão compreensiva das localidades, onde possamos ter acesso aos diferentes saberes e pontos de vista dos moradores, não apenas tomados isoladamente, mas também em suas diferenças e conflitos, conformando aquilo que Bourdieu qualifica como “espaço de pontos de vista” (1997), ou ainda o que Boaventura de Sousa Santos propõe enquanto ecologia de saberes. (2007).

Bourdieu reflete sobre a necessidade de romper com as visões simplistas e unilaterais a respeito de lugares como os “conjuntos habitacionais” ou os “grandes conjuntos”, ou mesmo numerosos estabelecimentos escolares (que aproximam pessoas que vivem sob separação, obrigando-as à coabitação, com todos os sofrimentos que disso resulta), enfatizando que os lugares “ditos difíceis” são, antes de tudo, difíceis de descrever e de pensar (1997, p.11). O espaço usado no singular, e pontos de vista no plural, sugere que o “espaço dos pontos de vista” é uma construção do sujeito que busca descrever, pensar e compreender tais lugares. De acordo com o autor, é fundamental considerar a pluralidade de perspectivas, correspondendo à pluralidade dos pontos de vista coexistentes, às vezes diretamente concorrentes. Essa é uma noção portanto que nos faz pensar que não se trata simplesmente de escutar, incorporar e somar diversos pontos de vista mas de construir uma representação múltipla e complexa, resultante do confronto de visões diferentes ou antagônicas.

A noção de ecologia aqui referida encontra-se na obra de Boaventura de Souza Santos (2007) e, de forma sintética, é definida como prática de articular as diversidades como forma de contraposição às lógicas das monoculturas produtoras de não-existências pela epistemologia e pela racionalidade hegemônica. Santos identifica cinco monoculturas: do saber, da produção, da temporalidade, da classificação social e da escala. A alternativa às

monoculturas seriam as várias ecologias que, a partir do reconhecimento e visibilização, permitiriam articular a infinita diversidade de saberes e culturas de forma emancipatória, em direção a outras formas de sociedade pós-capitalistas, pós-coloniais e pós-abissais. Mais que denunciar a supressão sistemática de saberes pela epistemologia dominante realizada pela ciência moderna, a ideia é valorizar saberes que vêm resistindo nos saberes populares das periferias urbanas e nos saberes indígenas e de outras populações que existem principalmente no sul global. A ecologia de saberes reside então nos diálogos horizontais entre os vários conhecimentos existentes em torno das lutas e alternativas a vários problemas da atualidade e que são produzidos a partir das práticas sociais.

Em termos metodológicos, a produção compartilhada se realiza através da constituição e trabalho de CAPs, com o objetivo de expandir e integrar o conhecimento e a informação sobre questões e problemas relacionados ao território, sejam eles referentes a temas sobre saúde e ambiente ou a políticas públicas. A CAP se propõe a ser um espaço de mediação, lugar de fronteiras, de encontros do saber formal da ciência, da pesquisa, com o saber comum, situado e popular, da experiência dos que vivem e trabalham nos territórios. Portanto, a CAP traz a perspectiva da experiência e sua confrontação com outros saberes como a chave para a produção de conhecimentos mais contextualizados e voltados para a transformação social, abrindo agendas ocultas capazes de ampliar nossa compreensão dos processos geradores das vulnerabilidades socioambientais, das exclusões radicais e situações de saúde em determinados territórios. São espaços de amplificação e fortalecimento das vozes dos moradores em articulação com os saberes científicos que solidariamente dialogam e participam das lutas sociais, bem como de proposição de alternativas que minimizem ou interrompam os efeitos dos processos de vulnerabilização em curso que marcam os territórios de favelas, sendo estes nosso contexto empírico de pesquisa e intervenção. (CUNHA et al, 2018).

A centralidade da dimensão da produção de conhecimento numa perspectiva emancipatória é o ponto de encontro entre a Promoção Emancipatória da Saúde (PES) e as abordagens pós-coloniais, em especial as Epistemologias do Sul (ES) propostas por Boaventura de Sousa Santos. Uma produção de conhecimento comprometida com a ideia de que existem vários

conhecimentos, além do conhecimento científico, e que a nossa tarefa ético-política é fundamentalmente validar, credibilizar e *articular os conhecimentos que favorecem as lutas daqueles que sofrem as injustiças do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado, os três pilares do pensamento abissal... É uma tentativa de validar o conhecimento dos oprimidos, excluídos, explorados.* (SANTOS, 2016). Por essa razão, é necessário articular as lutas por, pelo menos, três tipos de justiça: a social, que inclui o acesso aos direitos fundamentais de cidadania, incluindo o direito à saúde; a ambiental, que envolve o território, as relações das comunidades com a natureza, os bens comuns, o acesso e uso dos recursos naturais, além dos modos de vida e trabalho; e a cognitiva, que implica o reconhecimento, validação e articulação dos saberes não científicos em diálogo com os saberes científicos, sempre que estes se disponham a isso. Como os saberes não científicos incluem diferentes concepções de vida, natureza, trabalho, saúde e espiritualidade, a justiça cognitiva requer o diálogo e a tradução intercultural, além de uma dimensão ontológica envolvendo o reconhecimento do humano em suas diferentes formas de ser e conviver com dignidade.

A Saúde Coletiva, nosso campo de atuação, impõe ao PES os desafios de produzir conhecimentos que incluam a análise dos problemas de saúde urbana e ambiental, bem como de políticas públicas relevantes, tendo por referência a determinação social da saúde. Deve-se conectar problemas de saúde, condições de vida, trabalho, meio ambiente, cidadania e direitos humanos, ou seja, dimensões sanitárias, ambientais, políticas e culturais relacionadas às desigualdades sociais, aos *deficits* de democracia, às assimetrias de poder e às exclusões radicais que marcam territórios como as favelas, lugares do outro lado da linha abissal na perspectiva das Epistemologias do Sul. Em outras palavras, o desafio da PES é o da construção coletiva de uma ética das prioridades e da ação prática por meio de processos participativos de produção, circulação e apropriação de informações e conhecimentos do e com o lugar.

A produção de conhecimentos sobre os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) na perspectiva da PES vai de encontro às possibilidade de “desvelamento” de invisibilidades, quando coloca à pesquisa a tarefa de *reconhecer e superar as lógicas da colonialidade do poder, ser e saber, e também o resgate e valorização de outras experiências políticas, vivências culturais, alternativas econômicas e de produção de conhecimentos.* (PORTO et al, 2014, p.4075). Tarefa

esta que pressupõe olhar e desconstruir a linha abissal, em diálogo estreito e cotidiano com aqueles que vivem além dessa linha, invisibilizados, como são os moradores de favelas. Linha abissal que serve às estratégias de desclassificação social, estigmatização, violência e isolamento social, que, juntamente com a ecologia dos saberes, sociologia das ausências, sociologia das emergências e tradução intercultural, conformam o arcabouço teórico das Epistemologias do Sul. (SANTOS, 2007).

Desse modo podemos, compartilhadamente, identificar as linhas abissais, estruturadas pelo pensamento abissal, para conhecer um mundo que é constitutivamente construído por uma Sociologia das Ausências, produzindo um conhecimento transgressivo que seja destituente dessas linhas abissais e aponte para um mundo pós-abissal. Isso significa assumir uma ruptura epistemológica a partir do reconhecimento e legitimação dos conhecimentos daqueles que tenham sido alvos das exclusões causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, contra os quais resistem. São conhecimentos forjados na luta e na resistência, e que têm que ser visibilizados, reconhecidos e legitimados. (SANTOS, 2016).

Para concluir: o desafio para se pensar a cidade a partir da favela

Na atualidade, as cidades são palcos de lutas entre forças políticas, nos quais trava-se a luta entre aqueles que representam o pensamento neoliberal e tentam subjugar, pela força do dinheiro, do poder político e do controle das instituições e da violência, os grupos que a eles se contrapõem, os indesejáveis. Embora o cenário econômico e político apareça de forma clara, há variáveis cuja invisibilidade é dificilmente dimensionada, uma vez que o entendimento da relação de forças e as alianças entre agentes sociais ligados ao Estado e aos interesses particulares do capital, das organizações comunitárias, do tráfico de drogas e da milícia ultrapassam nosso alcance. As engrenagens, muitas vezes invisíveis, outras vezes sob interdição, complexificam a tarefa de compreender como a dinâmica da cidade se configura e se desenvolve dentro da favela, frequentemente limitando suas lutas e os possíveis inéditos viáveis.

Do lado das forças daqueles que lutam pela emancipação social, a complexidade reside em identificar com clareza tais polos, já que constantemente a atuação de instituições e certos grupos sociais é

contraditória. Por exemplo, o Estado e as instituições que defendem os direitos fundamentais podem servir simultaneamente aos interesses de um desenvolvimento econômico que nega ou invisibiliza tais direitos.

A cidade neoliberal é a cidade da exclusão, da mercantilização, da privatização dos bens comuns e espaços públicos, da estratificação social e das violências, que podem ser analisadas a partir da sua configuração socioespacial e também pelas linhas de invisibilidades que são construídas pelo pensamento abissal.

O conceito de “exclusão territorial”, segundo Raquel Rolnik, refere-se a um processo de acumulação de diversas ordens de vulnerabilidades e de desrespeito aos direitos que garantam um padrão mínimo de qualidade de vida e de participação social.

A exclusão territorial produz uma vida diária insegura e arriscada, bloqueia acesso a empregos, a oportunidades educacionais e culturais, que estão concentradas em enclaves pequenos e protegidos dentro das cidades. Ela nega a possibilidade de se utilizarem recursos como a casa própria para gerar renda e criar empregos, na medida em que a maior parte das casas é ilegal e o uso misto é geralmente proibido pelas normas de uso do solo municipal... Mais do que isso, viver permanentemente sob uma condição de privação de necessidades ambientais básicas faz os habitantes se sentirem como se suas vidas tivessem pouco valor. (ROLNIK, 1999, p.107).

Em nossas pesquisas em favelas, temos nos defrontado com o que denominamos de invisibilidades em sua relação com a saúde, tornando-se tema de reflexão do LTM, desde 2014, a partir das análises dos impactos do PAC no âmbito do projeto de avaliação participativa do PAC Favelas, já mencionado. Invisibilidades são as situações de adoecimentos e mortes de pessoas idosas, provocadas pelas remoções de suas casas para lugares distantes, bem como o sofrimento pela perda de seus vínculos, histórias e memórias; o sofrimento provocado pela experiência de viver entre escombros deixados por obras públicas, como o PAC, em moradias sob risco ou na linha de tiro; o padecimento de ser portador de doença estigmatizante, como a tuberculose, entre outras. Invisíveis são também a situação daqueles cujas vidas encerram uma sobreposição de vulnerabilidades, tais como a vida nas ruas, o uso do *crack* e a prostituição. Em que pesem os avanços das iniciativas

da estratégia do Consultório de Rua, instituída em 2011 pela Política Nacional de Atenção Básica, cuja ação relativamente recente confere-lhe certo vigor e menos burocracia quando comparada à ESF, tal sobreposição de vulnerabilidades limita a ação da própria estratégia diante das determinações sociais e ambientais, resultando no que Rolnik chamou de exclusão territorial.

O silenciamento das populações de favelas e periferias é visível pela negação do seu pertencimento à cidade e pelo não reconhecimento da sua condição de cidadão e de sujeito da sua própria vida. Entretanto, o que não é visível é o sofrimento dessa condição de não reconhecimento e seus impactos sobre a saúde.

Martins (2016), em seu estudo sobre o acidente de Bhopal, na Índia, em 1984, apresenta duas formas de silenciamento e demonstra como elas se tornaram fonte de sofrimento das populações ao longo dos anos. De um lado, as vozes fortemente silenciadas em razão das hierarquias que naturalizam a subalternidade das vivências, de outro, o silenciamento da violência lenta resultante da temporalidade longa dos processos geradores de vulnerabilidades, sofrimentos e doenças. Esses silenciamentos nos levam a considerar como as várias formas de violências históricas vivenciadas pelos moradores de favelas, em particular em Manguinhos, se inscrevem nos corpos das pessoas e nos de seus filhos, fazendo-os sofrer, adoecer e morrer. É importante “perceber como é que a dispersão temporal da violência lenta condiciona o modo como aprendemos e respondemos a uma variedade de flagelos sociais...” (NIXON apud MARTINS, 2016, p.121). A violência lenta se torna uma violência crônica, se torna dor, se torna doenças e memórias traumáticas. Violência lenta é aquilo que não se vê como violência, é gradual e acumulativa.

Enquanto nosso olhar se debruça sobre as localidades, destaque deve ser dado à heterogeneidade crescente de grupos que atuam nas favelas e periferias urbanas e às suas diferenças de visões, práticas e estratégias em relação não apenas à luta local, mas à intervenção em uma cidade que os não reconhece como sujeitos do conhecimento e políticos.

Em nossas pesquisas, verificamos que o PAC se desenvolveu desmontando o sentido proposto do trabalho social e os mecanismos de participação popular já existentes nos territórios. Por outro lado, à medida que o PAC

avançava, surgiram mobilizações e movimentos locais denunciando seus limites e lógicas de intervenção ainda pautados por mecanismos clientelistas e interesses eleitorais que podem reduzir os efeitos esperados, agravar os problemas do território, reproduzir injustiças e reforçar os processos de vulnerabilização dos territórios. Tais mobilizações e movimentos operaram em resposta ao PAC e (ou) ao programa de pacificação implantados nos três territórios estudados.

Atualmente, no pós-PAC, com promessas não cumpridas, traduzidas em obras inacabadas e outras tantas não realizadas, a participação popular apresenta um cenário que traz mais interrogações do que respostas. A complexidade do que podemos chamar de popular urbano, ou seja, do leque de agentes sociais que encontram-se sob essa noção, é um desafio que cresceu na mesma proporção dos impactos dos anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com suas políticas sociais e, especialmente, com seu projeto educacional de inclusão das classes populares no ensino superior.

O intenso e cada vez mais amplo deslocamento de parte desses agentes sociais de tais localidades para diferentes comissões municipais, estaduais, fóruns de várias instâncias, inclusive internacionais, distingue-os crescentemente da maioria dos moradores que eles representam e pelos quais lutam. A forma como cada coletivo compreende essa representação é uma dimensão importante para pensar o futuro da relação da favela com a cidade.

Nessa luta, o foco comum entre diferentes grupos parece ter sido valorizar a vida, ameaçada cotidianamente por soluções provisórias, pela falta de resposta das várias instâncias de instituições públicas e, em especial, pela violência armada. Aqui, o esforço de articulação entre os fóruns de lutas na cidade e mesmo com organismos internacionais, notadamente de monitoramento e denúncias, tem sido fundamental. Com efeito, combater a invisibilidade tem sido a maior aposta dos agentes sociais que lutam contra o anonimato e, sobretudo, contra a invisibilidade dos dramas cotidianos dos moradores. Por isso, suas ações coletivas têm buscado vários caminhos para tornar visíveis as lutas e experiências de seus moradores. Além dos caminhos usuais de encontros, atos e manifestações, utilizam-se listas de *e-mails*, jornais informativos, *sites* na internet e redes sociais como o Facebook como estratégias de combate.

Em resumo, o que observamos é que uma das saídas que tem unido coletivos

e organizações diferenciadas tem sido aquela que atua no campo da cultura, da comunicação comunitária (especialmente redes virtuais) e das iniciativas de suporte social e defesa da vida. Esse parece ter sido um campo comum de diálogo entre grupos diversos, muitas vezes em conflito, e destes com os moradores, o que se traduz na frase emblemática gritada para a cidade: vidas nas favelas importam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Eclea. *Lembranças de Velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor/Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed., 1987.

_____. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CUNHA, M. B. Movimentando o Binóculo: das análises que imobilizam às falas que interrogam. In: GARCIA, Regina Leite & VALLA, Victor Vincent. (orgs.). *Fala dos Excluídos*. Cadernos CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade, Nº 38, Campinas: Papyrus, 1996.

CUNHA, M. B.; PIVETTA, F.; PORTO, M. F. S.; ZANCAN, L.; F. SOUSA, F. M. Repensar a participação no SUS. In: BOTELHO, Bruno Oliveira de; VASCONCELOS, Eymard Mourão; CARNEIRO, Daniela Gomes de Brito et al. (orgs.). *Educação Popular no Sistema Único de Saúde*. São Paulo: Hucitec Editora, 2018. pp. 95-126.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 30ª ed., 2001.

MARTINS, Bruno Sena. Revisitando o desastre de Bhopal: os tempos da violência e as latitudes da memória. *Sociologias*, 2016: 18(43). pp.116-148.

MELLO, M. A da S, da; MACHADO DA SILVA, L. A.; FREIRE, L. de L.; SIMÕES, S. S. *Favelas Cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PORTO, M. F. S.; CUNHA, M. B.; PIVETTA, F.; ZANCAN, L.; FREITAS, J. D. Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação como Dispositivos para uma Promoção Emancipatória da Saúde: Bases Conceituais e Metodológicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2016: 21(6). pp.74-1756.

PORTO, M. F. S. & PIVETTA, F. Por uma Promoção da Saúde Emancipatória em Territórios Urbanos Vulneráveis In: CZERESNIA, D. & FREITAS, C. M. (orgs.). *Promoção da Saúde, conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2ª ed., 2009.

PORTO, M. F. S.; ROCHA, D. F.; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 2014; 19(10). pp. 4071-4080.

ROLNIK, Raquel. Exclusão Territorial e Violência. *São Paulo em Perspectiva*, 1999, 13(4).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, 2007:79. pp. 71-94.

_____. Aula Magistral “Epistemologias do Sul: desafios teóricos e metodológicos”, em 18/03/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q75xWUBI8aY>, acesso em: 9 mai. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Carlos Nelson. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

SILVA, Itamar. Favela é Cidade (e cidade é favela). *Revista Democracia Viva*, 2011: 47. pp. 26-28. Disponível em: <http://issuu.com/ibase/docs/dv47/3>, acesso em: 5 jan. 2015.

SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas Cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALLA, V. (org.) *Educação e Favela: Políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1986.

PAC MANGUINHOS: “ ..UMA OPORTUNIDADE PERDIDA...”

Pablo Benetti

Breve histórico das políticas e programas para favelas: Do Favela-Bairro ao PAC

Os anos 1990 parecem ter consolidado a ideia de que não era necessário remover as favelas¹, sendo possível implementar políticas de urbanização² que, de forma diversa e variada, pensavam a integração das favelas na cidade com menção a processos participativos dos moradores.³

O programa Favela-Bairro começava sua atuação na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1994, com a seleção de 15 equipes interdisciplinares para atuarem em conjunto com técnicos municipais em sua primeira etapa, atendendo a 50 mil habitantes. (DUARTE, 1996).

Esta era uma das primeiras medidas da recém-criada Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e inovava no sentido de que as equipes tinham sido selecionadas através de um concurso público de metodologias organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e pelo Instituto Pereira Passos (IPP). A felicidade do nome do programa, tentando ligar de uma maneira única favela e bairro, lhe outorgava uma nova dimensão no tipo de intervenção praticado até o momento nas favelas cariocas.

1 O enorme número de remoções justificado pelo Projeto Olímpico e ancorado em processos de valorização do capital imobiliário durante a administração Eduardo Paes (2012-2016) no Rio de Janeiro contraria esta observação. A respeito, ver: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf.

2 Há questionamentos à menção ao termo urbanização, considerando que as favelas já são parte da cidade e, portanto, urbanas, não sendo necessário urbanizá-las. (GONÇALVES, 2013).

3 ³ Os processos participativos foram adotados de cima para baixo e propostos como política dos bancos de financiamento Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial como pré-condição para o êxito de tais iniciativas. (MAGALHÃES; VILLAROSA, 2012).

As premissas iniciais colocadas na maioria das metodologias do concurso eram o respeito ao esforço social de construção de moradias, feitas ao longo dos anos, e a compreensão de que não somente não era necessário remover as favelas, era preciso consolidá-las, complementando as estruturas com serviços urbanos e equipamentos coletivos até então inexistentes ou precários.

O programa estabelecia inicialmente que seria possível remover 5% das residências para implantação de infraestrutura ou por estarem em áreas de risco, sendo que os moradores atingidos por tais medidas deveriam ser realocados no mesmo lugar.

A filosofia do programa era de que o investimento em residências deveria ser, na sua grande maioria, consolidado e complementado com a abertura de ruas, instalação de redes de água e de esgoto, drenagem pluvial e iluminação pública, bem como equacionada a coleta de lixo. Ao mesmo tempo, novos equipamentos culturais, esportivos e de serviços como creches eram oferecidos à população.

Quando começa de fato a implementação do programa aparece uma dimensão integradora, guiada pela ideia de política de combate à pobreza e de disputa do território com as forças marginais⁴. Os projetos de intervenção em favelas elaborados nesta direção tiveram várias fases e ênfases, de acordo com a orientação e compreensão de cada governante de turno, ora primando pela intervenção simples em obras, ora privilegiando a dimensão econômica e social, como na primeira fase do programa.

É o caso de uma política governamental que conseguiu uma continuidade em governos municipais, estaduais e federais de diferentes orientações, o que atesta seu vigor como ponto de pauta da agenda política.

A eleição do presidente Lula e a posterior criação do Ministério das Cidades trouxeram a sinalização de que essas políticas de integração de favelas, restritas, muitas vezes, ao âmbito municipal ou estadual, poderiam ganhar fôlego com o apoio do governo federal. A nova situação política autorizava a pensar, naquele momento, que a remoção de favelas e a precariedade jurídica desses assentamentos poderiam ser enfrentadas de uma maneira muito consistente.

4 Esta ideia, presente nas entrelinhas, nunca recebeu, entretanto, uma atenção explícita e direta, apenas a ilusão de que, ao ofertar atividades que ocupassem o espaço e o tempo da juventude, ela não seria atraída para atividades ilegais, desconhecendo que a grande maioria da juventude não pratica atos ilícitos.

O PAC

Em 2007, é anunciado o PAC, cuja face principal são os investimentos em infraestrutura. Por iniciativa do presidente Lula, acaba incluindo intervenções em favelas de todo o território nacional. No Rio especificamente, o faz aproveitando a documentação existente que, em muitos casos, não passava de um diagnóstico e de projetos de longo prazo (20 anos).

O PAC Favelas traz uma dimensão até então desconhecida nas intervenções anteriores, de uma parte pelos vultosos recursos a serem investidos e pela metodologia de participação explicitamente colocada como essencial. De outra, pela possível associação da política de urbanização de favelas à possibilidade de construção de unidades habitacionais em uma escala até então desconhecida.

A intenção de construir um grande número de habitações era fundamental para permitir intervenções mais estruturantes, em que coleta de lixo, drenagem, saneamento e abertura de novas ruas fossem possíveis. A possibilidade de construções em uma escala maior do que os 5% originais preconizados pelo programa Favela-Bairro abria a perspectiva para intervenções que pudessem des-densificar partes do tecido da favela, em geral necessárias para permitir as obras de infraestrutura, efetuando assim projetos de saneamento mais integrais e efetivos.

As intervenções integradas (mobilidade, saneamento, coleta de lixo etc.) faziam parte da agenda inicial do Favela-Bairro. Como a prefeitura, porém, não tinha o controle da oferta de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ela era obrigada a resolver os problemas nos limites da favela, ocasionando uma enorme irracionalidade pela multiplicação de estações de tratamento de esgoto sem relação adequada com o resto do sistema.

A conjugação dessas três variáveis – recursos vultosos, conceito de participação e oferta habitacional – tornava o PAC Favelas uma esperança de novas experimentações mais abrangentes e mais diretamente relacionadas às demandas populares. Em suma, a expectativa criada naquele momento era de que teríamos, em muitos casos, uma mudança efetiva de *status* da favela, com a solução integral dos seus problemas de infraestrutura, com a construção de unidades habitacionais e, finalmente, com uma nova inserção simbólica e legal na cidade.

Além dessas dimensões, existia no Rio de Janeiro, pela primeira vez em muitos anos, um alinhamento político entre prefeitura, governo do Estado e governo federal, o que em absoluto é banal, conjuntura que permitia ter esperanças de superar as limitações do Favela-Bairro expressas no orçamento exíguo e na falta do aludido alinhamento.

Um aspecto particularmente importante dessa questão é a resolução dos problemas de saneamento de maneira integrada, uma vez que – não é segredo para ninguém – os sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água são atribuições do governo estadual, através da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae), ao passo que drenagem e iluminação pública estão na esfera de competência da prefeitura. Esse fatiamento dos serviços e concessionárias não responde a nenhuma racionalidade, nem econômica nem administrativa, mas remonta à divisão de funções entre Estado e prefeitura, cuja origem está na preservação de nacos de poder econômico e político.

Na implantação do Favela-Bairro, iniciativa da prefeitura, as obras de esgotamento sanitário deveriam ser resolvidas nos limites da intervenção em cada favela, o que contraria totalmente a noção de sistema caracterizada pela continuidade da oferta de serviços. A chegada do PAC, com o alinhamento mencionado e com os recursos disponíveis, ensejava a possibilidade de racionalizar a oferta de serviços de maneira coordenada entre Estado e prefeitura.

Contudo, as expectativas iniciais prontamente começaram a ruir quando as intervenções foram orientadas, no caso do Rio de Janeiro, por uma ação midiática que potencializava e modificava o caráter da própria intervenção. Os projetos recentes do PAC no Rio de Janeiro mostram uma face perversa e cruel da aliança entre governos de ocasião e grandes empreiteiras, cuja relação define as prioridades, geralmente grandes obras de impacto midiático, em detrimento de várias demandas prioritárias para os moradores, como o saneamento, por exemplo.

As ações e obras do PAC Complexo do Alemão e de Mangueiras foram retratadas e acompanhadas passo a passo pela mídia dominante, que as transformou em um desafio particular de formulação de políticas de intervenção em favelas. A presença constante da mídia durante os anos iniciais do PAC obrigou a um esforço de produção de novidades que certamente

comprometeu o diálogo sereno e a escuta tranquila das populações, que até esse momento raramente tinham sido consultadas.

A passagem de uma situação de indiferença às opiniões de moradores a uma de exigência de opiniões sem a devida constituição dos sujeitos representativos de suas falas trouxe uma aceleração da “participação” que contraria qualquer intenção de legitimidade.

Do ponto de vista das políticas de intervenção em favelas, o PAC Favelas e, especificamente os PACs Complexo do Alemão e Mangueiras, representam, pela dimensão da intervenção, pelos recursos envolvidos e pelas pretensões formuladas inicialmente, uma mudança significativa nas políticas de urbanização.

Não existe antecedente de uma intervenção de tal magnitude, envolvendo tantos moradores e áreas em tão pouco tempo. O programa Grandes Favelas da SMH, que tratava do Complexo do Alemão e de Mangueiras, previa uma intervenção em um horizonte de 20 anos. Quando ele se tornou um projeto, no entanto, as intervenções se concentraram em cinco anos, mudando totalmente o caráter do projeto original.

Os planos de longo prazo estavam orientados pela percepção de que seriam necessários muitos anos para uma implantação gradual das medidas que viriam a modificar a realidade das favelas, prazo que incluiria a necessária ativação de forças sociais e as parcerias necessárias para que tais planos tivessem sustentabilidade econômico-social.

São esses planos de longo prazo que subitamente se transformam em projetos de implantação imediata e servem como base para a atuação do PAC na cidade do Rio de Janeiro.

É curioso observar como as prioridades das intervenções se afastam progressivamente do cotidiano dos moradores e de suas demandas elementares de saneamento, circulação segura e acessibilidade, ganhando dimensões que não têm origem no território, mas em formulações distantes, sobre as quais os moradores não foram efetivamente consultados. O descolamento das prioridades de intervenção em relação às demandas reais dos moradores cristaliza a velha prática de destituição do saber popular e sua substituição pelo saber político-técnico-empresarial, que arbitra o que é bom para os moradores sem consultá-los.

O PAC parece reafirmar a inversão das prioridades da população local, estabelecendo aquelas oriundas da aliança empresarial-governamental, caracterizadas por grandes obras midiáticas, como o Teleférico do Alemão e a elevação da via férrea em Mangueiras.

As prioridades do morador

O breve histórico das políticas de urbanização de favelas da década de 1990 traz implícita a ideia de que era necessário intervir em tais espaços, porém de modo tão delicado a ponto de não destruí-los.

Os princípios de uma intervenção delicada e sensível às demandas populares, que todas as metodologias do Concurso Favela-Bairro afirmam, em 1994, em certo sentido subsistiram basilares ao longo dos anos até a entrada do PAC.

A prioridade dos moradores é permanecer no local onde construíram suas casas, com o esforço de muitas gerações, mantendo assim os laços afetivos criados com o local. Se a dimensão do esforço individual é importante, não menos são os laços coletivos engendrados, redes de vizinhança que muitas vezes possibilitam a vida social, servindo de complemento não material à reprodução familiar. Surge daí que é fundamental preservar a rede de vizinhos, conhecidos e amigos que, ao longo do tempo, compartilharam essa construção coletiva que é a favela. As redes de ajuda com todas as dimensões possíveis, desde o cuidado com os filhos, o apoio escolar, a informação sobre trabalho, constituem um capital que está intimamente ligado ao local de moradia. (ABRAMO, 2007).

Por esses motivos, a primeira prioridade é permanecer no local, não de maneira absoluta, porque em muitos casos os referidos laços estão muito deteriorados pela presença de traficantes ou milicianos, que incidem sobre o território e comprometem a segurança dos moradores. Se permanecer poderia ser lido como uma primeira prioridade, é mais do que evidente que não se trata de fazê-lo sob quaisquer condições, mas continuar no local com uma dignidade superior à atual. Daí traduz-se que a permanência deve estar acompanhada de dignidade, compreendendo-se que é o cotidiano dos moradores que deveria ser modificado, tirando-lhes os problemas que enfrentam em todas as suas dimensões.

Uma das dimensões mais sensíveis em Manguinhos talvez seja a da drenagem pluvial, a ameaça constante das enchentes que acarreta perda de bens materiais pela entrada da água nas casas, às vezes com até dois metros de altura.

Essa dimensão elementar de oferta de saneamento básico não está presente em muitas favelas de maneira plena. Deve-se observar que o processo de concepção da favela é marcado por uma série de decisões individuais coordenadas na pequena escala. O traçado que se adapta às facilidades das obras de baixo custo nem sempre tem condições de contemplar todas as variáveis de uma construção de redes de saneamento e mobilidade.

Nos processos de expansão urbana capitalista, há uma sucessão de etapas entre a terra nua e crua e a edificação consolidada, que poderiam ser descritas como parcelamento, urbanização e edificação. (SOLA MORALES, 1997).

Entenda-se parcelamento como o traçado da divisão entre ruas e lotes previamente aprovados na prefeitura, ou seja, um projeto de loteamento. A urbanização é caracterizada pelo traçado e construção da infraestrutura de saneamento (água, esgoto e drenagem), iluminação pública, gás, telefonia etc. Tanto no caso do parcelamento como no da urbanização em expansões urbanas do capital imobiliário há sempre uma colaboração estreita entre os entes do Estado, com a instalação dos grandes sistemas infraestruturais.

Copacabana não existiria sem a abertura dos túneis, tampouco a Barra sem a Autoestrada Lagoa-Barra, bairros sem o abastecimento de água do Guandu e os emissários de esgotamento sanitário. Nestes casos, quando a edificação é feita, a infraestrutura já existe, foi construída e aprovada previamente pelos órgãos competentes, o que lhes garante sua manutenção.

Enquanto na cidade formal há uma sequência temporal de investimentos entre o parcelamento e a edificação, na construção da favela o processo se dá de maneira inversa, sendo a edificação a primeira e as demais (parcelamento e urbanização) resultantes da disposição no terreno da edificação.

A autoconstrução da favela não é apenas da casa, mas também do território na sua totalidade, incluindo as redes de saneamento. Como os traçados de ruas e infraestruturas não são previamente aprovados, também não há o compromisso das agências de efetuar sua manutenção.

Portanto, quando sobrevém um volume de recursos vultosos à disposição

da urbanização da favela, como no PAC, a expectativa do morador é que eles signifiquem o fim das agruras do cotidiano.

Resolvidas a primeira e segunda prioridades do morador, com tudo aquilo que melhora sua mobilidade, e equacionado o saneamento, a terceira prioridade é o complemento da habitação. Favelas podem ser entendidas como grandes áreas habitacionais autoconstruídas pelos moradores sem a intervenção direta de recursos do Estado.

A ideia de que é necessário construir equipamentos coletivos complementares à habitação figura desde o início dos programas de urbanização de favelas e supõe a oferta de creches, que permitem deixar os filhos em segurança enquanto os pais trabalham, serviços de saúde e educação e cultura e esporte, em formas variadas.

De nada adianta construir equipamentos sem que eles façam parte de programas estruturais e permanentes do Estado. A compreensão é que todos eles podem trazer uma efetiva melhoria de vida do ponto de vista econômico e social, o que constitui a terceira prioridade.

Perto de 70% dos equipamentos culturais da prefeitura se concentram na área central e na Zona Sul da cidade, cujo acesso está dificultado por questões de renda (custo da passagem), bem como por questões simbólicas (discriminação de cor e pobreza).

Então, ter no próprio local de moradia equipamentos esportivos e culturais à disposição é certamente uma maneira de compensar a distribuição desigual e abrir novos horizontes, sobretudo para a população jovem.

A construção da Biblioteca de Manguinhos certamente deve ser elogiada e entendida como gesto reparador de anos de injustiça na distribuição dos investimentos públicos em cultura e lazer. Tão importante quanto a construção é certamente sua manutenção permanente, com funcionamento contínuo, pessoal especializado e recursos para que as iniciativas da população possam ter seqüência e resultem efetivamente numa apropriação coletiva.

A inversão das prioridades – as *ramblas* e a elevação da via férrea

Mal sabíamos que as prioridades dos moradores, que em tese deveriam orientar as intervenções, foram prontamente subvertidas por outra agenda, que incluía na sua base uma aliança empresarial-governamental cuja finalidade

era a manutenção do poder através da reprodução da classe política com recursos do próprio Estado. Para essa base de sustentação, a realização de grandes obras viárias é fundamental, pois permite faturamentos numa escala em que os financiamentos privados de campanha viabilizam a continuidade no poder. A investigação e condenação do ex-governador Sérgio Cabral mostra que as suspeitas iniciais não eram infundadas.

No caso do Complexo do Alemão, foi a implantação do teleférico, simbolicamente pairando sobre uma realidade que seguirá intacta para a grande maioria dos moradores, mesmo na dimensão da mobilidade local, onde 70% dos deslocamentos são feitos pelos becos e escadas⁵.

Já em Manguinhos, as grandes obras viárias foram a elevação da via férrea e a criação das chamadas *ramblas*. Um dos espaços públicos mais famosos e frequentados de Barcelona são as *ramblas*, fonte de inspiração para a criação de algo similar em Manguinhos⁶.

Se a referência da proposta são as *ramblas* de Barcelona, cabe apontar que a distância entre as duas realidades (Manguinhos e Barcelona) impede qualquer comparação. Em Barcelona, elas estão localizadas num corredor turístico, que margeia o bairro gótico cujo destino final é o porto renovado. As margens da via estão repletas de residências e instalações comerciais. A renda *per capita* das populações do entorno das *ramblas* de Barcelona é certamente quatro ou cinco vezes maior do que a dos moradores de Manguinhos, e a ela deve ser acrescida a renda dos turistas, que não é banal.

Essa situação econômica cria condições favoráveis para a instalação de comércios, que se viabilizam pelo enorme afluxo de pessoas, sejam elas moradores ou turistas. É uma situação diametralmente oposta à de Manguinhos, seja pela renda *per capita* dos seus moradores, seja pela não circulação de turistas pelo local. A maior diferença, porém, é a natureza do comércio em favelas.

Ao contrário de áreas comerciais consolidadas – como os centros de bairro e o centro da própria cidade –, as instalações comerciais na favela se caracterizam, na sua grande maioria, por serem pequenas e compartilhadas

5 Página 59 do *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Complexo do Alemão – Caderno de resultados*.

6 Matéria disponível em: http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html. Acesso em: 8 abr. 2010.

com a própria residência, como as existentes na Estrada de Manguinhos, localizada a poucos metros das *ramblas*.

Não é frequente, salvo em casos muito especiais, a existência do comércio como algo separado da casa, sendo a tônica da sua instalação em favelas um prolongamento da própria residência, o que possibilita exercer ao mesmo tempo atividades comerciais e tarefas domésticas.

Pela mesma razão, tais comércios geralmente não conseguem ocupar uma área muito extensa na sua frente, cujo raio de influência está limitado a poucos metros. Os casos que fogem à regra são aqueles em que uma rua serve de local de escoamento de várias áreas e, neste sentido, se conforma como uma centralidade comercial e de serviços⁷.

Em geral, essas centralidades concentram simultaneamente comércio, serviços e oferta farta de transporte e mobilidade, por serem locais de passagem “obrigatória”, viabilizando a instalação comercial. Se comércio de rua é sinônimo de fluxo de pessoas, há que reconhecer sua dinâmica e espacialidade no momento de propor um grande espaço público, como é o caso das chamadas *Ramblas* de Manguinhos.

Não é a quantidade de espaço público que define a qualidade de uma área urbana, mas a relação entre público e privado.

A importância do espaço público não está em ser mais ou menos extenso, quantitativamente dominante ou protagonista simbólico, senão referir entre si os espaços privados fazendo também deles um patrimônio coletivo. Dar caráter urbano, público, aos edifícios e lugares que sem isso seriam somente privados, esta é a função dos espaços públicos – urbanizar o privado quer dizer convertê-lo em parte do público. [...]

Porque a boa cidade é a que consegue dar valor público ao privado. [...] Portanto a qualidade do individual é condição para que, sendo semanticamente coletivizado, resulte em riqueza coletiva. Não são os bares da Barcelona noturna um dos feitos urbanos mais interessantes dos últimos anos? (SOLA MORALES, 2001).

A extensa citação anterior serve para reafirmar que não basta criar um enorme espaço público, é necessário pensá-lo a partir das suas margens, das atividades existentes ou a serem criadas nas laterais da nova via. Essas

7 Esta conformação de comércio separado da residência existe em casos como a Rua Teixeira Ribeiro na favela da Maré e o da Rua Joaquim de Queiroz, no Complexo do Alemão, e em locais de passagem da maioria dos moradores de grandes favelas.

atividades têm que gozar de uma potência tal que consigam a ocupação pelas atividades individuais e privadas dos espaços públicos à sua frente. Ou seja, elas têm relação direta com a densidade populacional, com a viabilidade econômica de cada local, com o capital investido e com o fluxo real de pessoas no local.

Essas questões são fundamentais quando se pensa em um espaço de tal dimensão e devem ser concebidas à luz da realidade peculiar da favela de Manguinhos, da capacidade dos seus moradores de investirem em atividades que mantivessem a vitalidade das *ramblas* durante a maior parte do tempo.

Um espaço de grandes dimensões, sem atividades que assegurem sua ocupação, converte-se imediatamente em espaço vazio e, mais do que isso, perigoso. Ao contrário da formulação inicial de unir duas partes do tecido urbano, ele acaba criando um hiato, uma área de difícil travessia, o que vem acontecendo desde 2014, com o abandono total do território pela prefeitura e governo do Estado, em que barracos de madeira e papelão se instalam ao longo das *ramblas*.

Se a justificativa da criação do espaço era a conexão, o resultado contraria a iniciativa, pois observa-se exatamente o oposto, ou seja, uma ênfase na interrupção do tecido urbano pela introdução de uma escala espacial totalmente desproporcional ao tecido existente na favela, com três pistas de alta velocidade de cada lado. Esta constatação reafirma a ideia de que, mesmo com a boa intenção de unir os dois lados eventualmente presente na sua formulação inicial, o resultado foi o contrário.

Assim, o objetivo da intervenção não propicia diretamente a melhoria da qualidade urbana do local e, sim, interesses das empreiteiras em fazer obras viárias de grande vulto. Da mesma maneira que o Teleférico do Alemão sobrevoa os moradores sem interferir a fundo no seu cotidiano de mobilidade, o viaduto de Manguinhos se eleva como uma peça autônoma, deixando por baixo um rastro de incompletude e abandono.

As obras que ficam completas são aquelas que interessam à aliança empresarial-governamental, as que ficam pelo caminho são as que afetam diretamente o cotidiano da população.

O progressivo afastamento da demanda popular

A situação anterior certamente seria menos grave se, ao mesmo tempo, tivessem sido saneados os problemas de drenagem pluvial e esgotamento sanitário da favela. Como eles ainda estão sem solução, fica evidente o progressivo afastamento das demandas populares dos moradores para substituí-las por uma agenda interessada nos gestos monumentais e midiáticos.

O PAC, que no seu início encheu de esperança moradores, intelectuais, arquitetos e as pessoas envolvidas com a urbanização de favelas, acaba sendo um contraexemplo, pela banalização da ideia de participação, pelo gasto público feito em obras desnecessárias e, principalmente, pelo afastamento das prioridades dos moradores.

A participação dos moradores é enviesada porque não parte da base de um fortalecimento da voz popular e da criação de instâncias representativas e legítimas, capazes de definir claramente as prioridades, tornando-as permanentes ao longo do tempo.

A constituição de sujeitos autorizados a opinar sobre seu próprio local, respeitados e aceitos como interlocutores de fato não somente não é perseguida pelas intervenções como é sutil e violentamente evitada, sendo substituídas por representações sabidamente distantes da opinião dos moradores.

O que observamos é um escamoteamento permanente das reais decisões que interessam aos moradores. No caso de Manguinhos, será que eles prefeririam a elevação da via férrea à realização das obras de saneamento e construção de habitações para suprir o *deficit* habitacional? Em 2016, o problema comum vivenciado pelos moradores era a não entrega de suas casas prometidas pelo governo do Estado no âmbito do PAC. Em Manguinhos, 1.090 famílias, residentes nas comunidades CCPL (403 famílias), CONAB (662), Parque João Goulart (dez), Vila São Pedro (dez) e Vila União (cinco) viviam em aluguel social, problema agravado pelo atraso sistemático no recebimento do pagamento, além da defasagem no seu valor, que continua R\$ 400,00 desde o início das remoções, há mais de cinco anos.

Na realidade, a participação praticada deixa intacto o centro da questão, que são as prioridades e o destino correto dos investimentos no local, que acabam se restringindo a uma gestão do dia a dia na obra para evitar atrasos.

Mais uma vez, embora com um discurso mais sofisticado, a destituição do saber dos moradores opera no sentido de afirmar que alguém sabe o que é melhor para eles, sem ouvi-los.

Isto remete a uma questão fundamental que extrapola a participação e está relacionada diretamente ao exercício do poder. A maneira como é definido o gasto público mostra que estamos muito longe de uma gestão democrática da cidade que defina as prioridades, não de acordo com interesses de empreiteiras e capitais imobiliários, mas com aqueles dos cidadãos.

Não há dúvida de que, caso parte do orçamento estivesse efetivamente na mão dos moradores, o perfil das intervenções seria outro, o pacto de construção de um novo território certamente teria uma cara mais próxima das reais necessidades deles e mais distante das grandes obras de engenharia sem sentido.

A conclusão possível certamente não é a do abandono dos programas de investimentos em favelas, mas a de que quaisquer investimentos que se afastem das prioridades da população podem acabar tendo o efeito contrário, ao cultivar mais uma vez a cultura da descrença.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Pedro. *A cidade Com-fusa*. Rio de Janeiro: R.B. Estudos Urbanos e Regionais. v. 9, n°. 2/nov. 2007. pp 25-54.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf.

DUARTE, Cristiane Rose; SILVA, Osvaldo Luiz; BRASILEIRO, Alice. *Favela, um bairro: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro*. São Paulo, PRO Editores, 1996.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e direito*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas/PUC-Rio, 2013.

MAGALHÃES, Fernanda; VILLAROSA, Francesco di. (eds.). *Urbanização de favelas, lições aprendidas no Brasil*. New York: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2012.

MORALES, Manuel de Solá. *Las formas del crecimiento urbano*. Barcelona: Ed. UPC, 1997.

_____. Espaços públicos e espaços coletivos. In: *Os Centros das Metrópoles: Reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2001.

O PROVISÓRIO PERMANENTE. FAVELA PARA CHRISTINE LAGARDE VER

Itamar Silva

Histórias exemplares

O Complexo do Alemão, conjunto de 15 favelas onde, já em 2010, moravam 60.500 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fica situado entre a Baía de Guanabara e a Avenida Brasil, principal via de acesso para a cidade do Rio de Janeiro, e foi palco de uma história exemplar que permite entender, por um lado, alguns impasses relativos à participação da população favelada em decisões que afetam diretamente sua vida e, por outro, algumas características da intervenção do poder público em áreas de concentração de população pobre.

Corria o tempo em que a cidade tinha como prefeito Eduardo Paes, e o estado era governado por um Sérgio Cabral cuja figura pública era um tanto distinta daquela que hoje conhecemos. O dinheiro parecia fluir por caminhos abertos pelos grandes eventos realizados na cidade e, em um Brasil governado pela presidente Dilma Rousseff, portanto no terceiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT), a euforia cercava a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Iniciativa do governo federal, o PAC foi concebido para injetar recursos em infraestrutura, de modo a estimular o crescimento da economia brasileira, potencializar o mercado interno, permitindo a melhoria de vida de uma massa de trabalhadores, assim como para enfrentar a crise econômica no cenário internacional.

O Rio de Janeiro utilizou recursos do PAC para intervenções urbanizadoras em grandes favelas. Nesse contexto, é implantado o Teleférico do Alemão, inspirado no *metro cable* de Medellín (Colômbia), que o governador do Estado considerou ser um modelo de iniciativa capaz de resolver o problema de mobilidade no Complexo do Alemão, além de render visibilidade para sua gestão e constituir-se em promessa de bons dividendos eleitorais.

As várias instâncias de governo se entusiasmaram com o projeto do teleférico, visível por terra, mar e ar, uma vez que o Alemão se localiza entre a

Avenida Brasil, principal via de acesso rodoviário à cidade do Rio de Janeiro, o cais do Porto, elevado à categoria de Porto Maravilha, e as rotas de decolagem e aterrissagem do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim.

Construído em 30 meses e inaugurado no dia 7 de julho de 2011, custou aos cofres públicos US\$ 134,6 milhões, pagos integralmente com recursos do PAC. As 152 cabines aéreas do teleférico atingiam a velocidade de 21,6 km/hora, percorrendo as seis estações unidas por 3,5 km de cabos de aço. A expectativa era que o sistema atendesse a aproximadamente dez mil usuários por dia.

Já em funcionamento, o Teleférico do Alemão tornou-se um símbolo do PAC, passou a atrair também turistas e moradores do asfalto e somou-se ao número de cartões postais da cidade. A favela vista do alto e de longe oferece uma paisagem exótica e, no caso, alimenta o discurso oficial segundo o qual o Estado se ocupa e se preocupa com a população pobre. O manto totalizador tecido pela rede de cabos aéreos não permitia perceber que os problemas internos das favelas continuavam a existir.

Entre os vários sobrevoos de visitas ilustres pelo Teleférico do Alemão, talvez a mais marcante tenha sido a da diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, em parte pela importância do cargo que exercia, e em parte devido ao comentário infeliz feito por ela, que declarou estar se sentindo “numa estação de esqui”, uma vez que um sistema como aquele era algo “só visto nos Alpes”.

Lagarde esteve no Alemão no dia 21 de maio de 2015. Um mês antes, o serviço do teleférico havia sido suspenso por 20 dias e, uma vez restabelecida a operação das gôndolas, passou a funcionar a partir das oito da manhã, e não mais das seis horas, o que excluía de sua utilização a população trabalhadora que iniciasse a jornada de trabalho naquele horário. Já então o governo do Estado deixara de fazer dois repasses de R\$ 3,2 milhões à concessionária que assumira o controle do teleférico em substituição à Supervia, cujo fim do contrato a levava a demitir vários funcionários.

Mais grave talvez seja assinalar que é improvável que um teleférico construído nos Alpes prescindisse, para a definição de seu traçado e de seu funcionamento, da participação dos moradores das pequenas cidades sobre as quais os esquiadores seriam transportados para as montanhas nevadas. No Alemão, as discussões prévias dos moradores em torno das iniciativas de urbanização sugeriam outras alternativas, que implicavam na prioridade à mobilidade interna, de modo a favorecer as redes de sociabilidade entre as comunidades, a comunicação e o comércio local, e assinalavam a preferência pelo atendimento de saúde e pela ampliação da rede escolar. Mas essas demandas foram ignoradas. E os enlaces entre o terminal do teleférico e a

estação de metrô ou os pontos das linhas de ônibus não foram levados em conta. Para cúmulo, o funcionamento do teleférico foi interrompido em setembro de 2016 e assim permanece até janeiro de 2018.

Ainda que longa, a narrativa da saga do Teleférico do Alemão é ilustrativa de algo que se repete incessantemente nas políticas públicas desenvolvidas nas favelas: a participação dos moradores é ignorada, ou é meramente retórica, e eles se tornam figurantes nas fotos das visitas de celebridades, tal como no caso da visita de Christine Lagarde ao Alemão. Por outro lado, as obras faraônicas eventualmente realizadas são abandonadas sem maiores explicações, e algo que deveria ser permanente e atender aos interesses da população torna-se efêmero, portanto, provisório, e serve prioritariamente à máquina de propaganda política.

A fábula do *Teleférico para Christine Lagarde ver* se repete indefinidamente. O caso dos Centros de Habitação Provisória (CHPs) o confirma. Criados, tal como seu nome indica, para abrigar provisoriamente populações removidas de diversas favelas do Rio de Janeiro afetadas por enchentes, alcançadas pela voracidade da especulação imobiliária ou situadas em terrenos onde se planejava a implantação de obras públicas, os centros se caracterizam, de início, pela construção de moradias precárias, posteriormente, em alguns casos, substituídas por *containers* destinados ao armazenamento de mercadorias. A população removida era orientada a não fazer nenhuma modificação, acréscimo ou melhoria nessas habitações, dado o seu caráter de provisoriedade.

Na Maré, um complexo de favelas situadas entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, deu-se outra dessas histórias exemplares. A área começou a ser ocupada na década de 1940 e conta hoje com uma população de cerca de 130 mil pessoas. Na década de 1950, aos núcleos iniciais de Morro do Timbau, Parque Maré e Baixa do Sapateiro somaram-se o Parque Rubens Vaz e o Parque União. E, na década de 1960, a favela de Nova Holanda.

Esta última teve origem em um CHP criado para abrigar temporariamente populações originadas da política de remoções então em vigor e, segundo Isis Volpi de Oliveira, estava formada por vários tipos de construções erguidas em etapas sucessivas:

- 1- 980 casas pequenas de madeira, geminadas – em lotes de 5m x10m, que em blocos de oito a dez formavam um vagão, sendo que dois vagões simetricamente situados formavam uma quadra.
- 2- Pouco mais de mil unidades habitacionais, [construídas] nos termos da primeira etapa.
- 3- seis blocos de casas de dois pavimentos – duplex. Galpões monoblocos, estrutura única, em madeira. Divididos internamente em 38 unidades – ao todo 228 com aproximadamente 30m² cada uma. (1993, p.13).

Além dessas construções em madeira, foi erguido um galpão em alvenaria pré-moldada para funcionar como albergue e abrigar famílias vítimas dos desabamentos ocorridos na época das grandes enchentes do verão de 1966/67.

A população removida para a Nova Holanda era composta pelos mais pobres das favelas de origem, aqueles cuja renda familiar não alcançava um salário mínimo mensal, o que os qualificaria para conseguir pagar as prestações de um apartamento em algum dos conjuntos habitacionais erguidos na ocasião. Eram então removidos para um CHP, sob o pretexto, irreal, de que poderiam economizar para comprar uma moradia permanente, mesmo que precária.

Tal como os demais CHPs, Nova Holanda era considerada um centro de triagem, o que reafirma seu caráter de provisoriedade. Por essa razão, Claudia Peçanha da Trindade, ao estudá-lo, sublinha que ele se caracteriza por estar no meio, “entre a favela e o conjunto habitacional”¹, e, também é possível acrescentar, entre o provisório e o permanente, entre o passado de favelado e o futuro de morador de um apartamento, entre a cidade e a periferia, entre o medo de uma nova remoção e a esperança de uma futura moradia digna.

Mesmo que provisória por definição, Nova Holanda tornou-se definitiva e contava, segundo a *Folha de S. Paulo*, com cerca de 11 mil moradores em duas mil habitações.²

O paradoxo do provisório que se torna definitivo se repete no CHP de Mangueiros, assim como a lógica perversa de alojamentos destinados à triagem de uma população que, em princípio, receberia o benefício do direito a uma moradia digna, mas termina por estabelecer-se de modo permanente em áreas precárias e dá origem a um conjunto de favelas. Nestas, a atuação do poder público é intermitente, ineficiente, muitas vezes ligada à violência e à repressão, controladora e, finalmente, responsável pela multiplicação das áreas faveladas e pela expansão da precariedade, já que as melhorias setoriais ou incompletas atraem novos moradores. Mangueiros é hoje um conjunto de 14 favelas e sua população é de 36.160 habitantes, de acordo com o Censo 2010 realizado pelo IBGE.³

A entrada do poder público nas favelas parece pautada por três constantes: a ausência de participação efetiva da população, a repetição de erros evidentes e identificados e a incompletude das intervenções realizadas. O objetivo deste

1 TRINDADE, Claudia Peçanha da. Entre o Conjunto Habitacional e a Favela: Nova Holanda – Rio de Janeiro. In: Anais do Simpósio Nacional da ANPUH – Londrina, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0232.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2017.

2 Cfr. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 4/06/2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0406200021.htm>. Acesso em 16 nov. 2017.

3 Disponível em: http://populacao.net.br/populacao-manguinhos_rio-de-janeiro_rj.html. Acesso em: 10 set. 2018.

artigo é contribuir para a discussão desses aspectos, pondo em evidência as questões relativas à participação e, portanto, às práticas cidadãs.

Participação: palavra mágica ou cortina de fumaça?

Uma vez admitido que a primeira constante que pauta a relação do poder público com as favelas é a ausência ou as deficiências de uma participação efetiva da população, cabe sublinhar a necessidade de adjetivar o substantivo “participação” com o qualificativo “efetiva”, o que significa reconhecer a aparente contradição em termos de uma participação que não seja efetiva.

No caso, a adjetivação da participação é realmente uma necessidade, uma vez que é imprescindível identificar as limitações, de natureza diversa, sempre presentes no exercício da cidadania, sobretudo em se tratando da população de baixa renda.

É verdade que a história mais recente dos movimentos sociais evidencia uma inflexão no que diz respeito à consciência política e à ação participativa. Ela se desenha a partir da década de 1980, com a redemocratização, o peso político das manifestações sociais de massa e as primeiras experiências de orçamento participativo em algumas poucas administrações municipais do PT. No caso específico das favelas no Rio de Janeiro, acrescentem-se o crescimento do peso político da Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ) e a atualização do perfil político das associações de moradores, bem como a presença significativa de agentes de pastoral e agentes externos que assumem uma postura de ação com o povo, e não mais para o povo, e, finalmente, a criação em 1979, ainda no governo Chagas Freitas, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), que ganha relevância na década de 1980 e se constitui como canal de demandas por participação. (ANDREA, 1988).

Se considerarmos os vários governos do Estado e da prefeitura, veremos momentos em que a utilização do qualificativo “subordinada” vinculado à participação é quase obrigatória, assim como em outros momentos acontece com os qualificativos “populista”, “cooptativo”, “clientelista” ou com os mais diversos arranjos e combinações entre esses adjetivos.

Por outro lado, se pusermos em evidência não o Estado e seus representantes, mas os agentes sociais, é fácil observar que a participação aparece discursivamente associada aos adjetivos “comunitária”, “popular” ou “social”. As palavras não são inocentes. É significativo destacar que “comunitária” se refere principalmente à população favelada, e que “comunidade” tornou-se uma forma supostamente politicamente correta de aludir a uma favela. É bom lembrar o caráter restritivo deste qualificativo, uma vez que “comunidade” é uma noção inscrita no campo do pensamento conservador e tende a criar um eufemismo para encobrir os

preconceitos em relação à favela e aos favelados. Já com a referência ao povo como sujeito participativo, no caso da qualificação da participação pelo adjetivo “popular”, o problema é inverso. A generalização inerente à noção de povo implica em uma imprecisão por referir-se a um coletivo diluidor das diferenças e, portanto, dos interesses diversos e dos conflitos. Talvez o adjetivo politicamente mais operativo seja aquele presente na expressão “participação social”, que implica simultaneamente na inserção da favela num todo maior constituído pela cidade e do favelado na sociedade, supondo-se uma igualdade básica de direitos entre uns e outros.

Ainda que o ideal seria, possivelmente, não necessitarmos de adjetivos quando as questões em pauta se referem à participação, reconhecer a obrigatoriedade de sua qualificação significa admitir que a construção da participação na gestão de nossas cidades, e, portanto, na cidadania, é uma obra aberta, um processo ainda incompleto. E significa igualmente abrir espaço para um debate teórico e político que confira consistência aos conceitos com os quais operamos.

Os usos e abusos no que se refere ao conceito de participação parecem apontar para a diluição de seu conteúdo específico e de seus pressupostos.

Em artigo publicado em 2008, Carlos Roberto Sanchez Milani assinala a utilização indiferenciada e imprecisa do conceito de participação em escritos que expressam os mais variados matizes ideológicos, lugares sociais ou posições políticas:

As origens do discurso sobre a participação social são múltiplas: encontram-se referências (e elogios) à necessidade do uso de ferramentas participativas nos manuais das agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento, no âmbito dos programas de reforma do Estado e das políticas de descentralização, mas também na prática de alguns governos locais que afirmam promover, graças à participação dos cidadãos, estratégias de inovação e, em alguns casos, de radicalização da democracia local. [...] Com base em fontes diversas, constrói-se o “princípio participativo”, apoiado por atores tão diversos quanto o Banco Mundial, a OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], a União Europeia, as Nações Unidas, muitas organizações não governamentais e integrantes do Fórum Social Mundial. [...] (2008, p.557).

Seria, portanto, útil e necessário modular o emprego indiscriminado do conceito de participação, que cria uma falsa sensação de consenso, e especificar não só o que entendemos por participação mas, em cada situação, participação de quem, em que circunstâncias e para quê.

A decisão sobre o que fazer em uma determinada circunstância, a construção do Teleférico do Alemão, por exemplo, não será participativa se não levar em

conta as demandas dos moradores; se a decisão estiver, apenas, nas mãos dos técnicos e dos políticos; se as características técnicas e a abrangência do projeto não forem expostas de forma que os moradores possam entender o impacto e o significado da obra; se o processo de participação dos moradores não for, de fato, uma ocasião para o exercício da cidadania.

Certamente isso implica assumir que o processo é tão importante quanto o produto. Implica igualmente saber que a prática democrática é difícil e é sempre um aprendizado. Participação gera ou explicita conflitos, mas estes são saudáveis, na medida em que, longe de anular ou esconder as diferenças, as expõem e as evidenciam, para que a partir desse reconhecimento seja possível estabelecer relações, pontos de conexão e interesses comuns.

No PAC Manguinhos, o Estado criou uma metodologia denominada Canteiro Social, nome dado por analogia com o canteiro de obras⁴, que consistia em um espaço físico de encontros e consultas à população local, que deveria propiciar a definição de “regras de convivência [e] a formulação de uma agenda de compromissos.” [...]⁵ Na visão dos agentes do Estado, essa prática garantiu a participação efetiva da população. No entanto, parte expressiva dos moradores e das instituições locais (Associação de Moradores, grupos de trabalho, Fórum Social de Manguinhos e outras) não se sentiram representadas e expressaram seu descontentamento através de uma publicação em que elencavam os problemas não resolvidos e reivindicavam para si o estatuto de representatividade, uma vez que o subtítulo da publicação é: “O que dizem os moradores.” (PIVETTA, 2016a).

Os autores da publicação enumeram uma série de deficiências no que diz respeito à precariedade e riscos das construções para a habitação: a ameaça constante de remoções, o perigo de perdas materiais e afetivas com as frequentes enchentes e os problemas de saneamento básico, de mobilidade e transporte e de equipamentos de lazer, concluindo com uma afirmação extremamente forte:

O PAC não trouxe mudanças substantivas nos modos de se fazer política na cidade, em especial nas favelas. Não foram superados o clientelismo eleitoral e as práticas de cooptação de atores locais por parte de grupos políticos no poder. (Ibidem, p.16).

4 Cfr. FREIRE, Leticia de Luna; SOUZA, Mônica Dias de. *Trocando o pneu com o carro andando: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2010. Relatório Final de Pesquisa. Mimeo. Disponível em: http://lemetro.ifcs.ufrj.br/manguinhos_relatorio.pdf. Acesso em: 17 nov. 2017.

5 Idem, ibidem. p.42.

O Relatório de Pesquisa que deu origem à publicação assinala repetidamente problemas de participação e chega a reivindicar “que os governos estadual e municipal façam valer as premissas do PAC da participação e retomem o diálogo com os moradores.” (PIVETTA, 2016b, p.48). Destinado a um público mais amplo, o Caderno de Oficinas resume o relatório, segue uma lógica própria e põe o dedo na ferida quando aponta os modos de fazer política na cidade, em especial nas favelas.

A dualidade Canteiros Sociais e Cadernos de Oficinas do Parque Manguinhos demonstra mais uma vez a guerra de narrativas nos discursos sobre a relação entre o poder público e as favelas e o lugar estratégico que o conceito de participação ocupa nessa guerra.

Longe de ser a palavra mágica que abre o caminho para as unanimidades, a participação é pedra angular da construção da cidadania e a condição imprescindível para uma democracia de fato.

Participação pode ser compreendida como um processo no qual homens e mulheres se descobrem como sujeitos da política, exercendo os direitos políticos, ou seja, uma prática que está diretamente relacionada à consciência dos cidadãos e cidadãs, ao exercício de cidadania, às possibilidades de contribuir para processos de mudanças e conquistas. O resultado do usufruto do direito à participação deve, portanto, estar relacionado ao poder conquistado, à consciência adquirida, ao lugar onde esse direito se exerce e ao poder atribuído a tal participação.

É praticamente impossível encontrar um discurso, projeto ou declaração dirigidos à população favelada, de qualquer instância de governo, que não afirme a participação como um pressuposto. Lamentavelmente não é assim na prática cotidiana da relação do poder com a favela.

O *site* RioOnWatch, em matéria assinada por Luisa Fenizola, comenta o debate sobre a formulação do Plano Estratégico do Rio de Janeiro, obrigatório pela Lei Orgânica do Município. A seu ver, o processo levado a cabo pela prefeitura não contemplou as exigências de participação popular, uma vez que sua divulgação foi deficiente e as demandas dos poucos representantes das favelas presentes às discussões foram ignoradas. Um comentário de Aspásia Camargo, subsecretária de Planejamento e responsável por coordenar o Plano Estratégico, se constitui no mais expressivo dos argumentos sobre como o poder público encara a participação popular: “O debate participativo é como remédio: se houver demais, mata.”⁶

As constantes afirmações do então prefeito Eduardo Paes, ao justificar

6 Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/09/29/a-evasao-da-participacao-popular-e-favelada-no-plano-estrategico-da-prefeitura-do-rio/>. Acesso em: 2 dez. 2017.

as remoções na Vila Autódromo por ocasião das Olimpíadas, de que houve diálogo e participação efetiva dos moradores nas decisões tomadas⁷, ratificam o uso da participação como palavra mágica no discurso político. Ao mesmo tempo, elas são um ótimo exemplo da sua reiterada utilização como uma cortina de fumaça que encobre a realidade, no caso as verdadeiras intenções da prefeitura que, de fato, removeu, inclusive com violência, 83%⁸ das famílias que ocupavam o local.

Não é o desejo de participação dos favelados em decisões que os afetam que está em pauta, mas, sobretudo, a convicção de que a participação efetiva produz resultados: ela cria a possibilidade real de incorporar o ponto de vista da população favelada às realizações que modificam a cidade, inclui respostas às necessidades de seus cidadãos mais pobres e respeita sua voz.

Realizações e obstáculos da participação em favelas

A reflexão sobre a participação no interior das favelas e destas na cidade e nas práticas políticas pode se beneficiar da experiência do vivido.

Os antigos romanos, na esteira dos escritos de Cícero, consideravam que a História é mestra da vida. Há controvérsias. Para muitos, basta olhar de relance o mundo que nos cerca para concluir que, ou bem nada aprendemos com essa mestra, ou bem podemos negar o pressuposto de que esse seja o sentido da História.

Isso não invalida o valor de fazer memória do vivido. Revisitar as experiências certamente nos faz perceber o que não conseguimos ver no calor da hora. Se aprenderemos ou não com a reflexão dependerá em grande parte de nós, ainda que também das circunstâncias.

Em 1986, a população do Morro de Santa Marta conquistou a possibilidade de discutir com a prefeitura do Rio de Janeiro, então exercida por Saturnino Braga, um projeto de urbanização para a favela. Coordenado pelo arquiteto Paulo Oscar Saad, ele era parte de um momento especial em que a SMDS formulou o Programa Plurianual de Urbanização de Favelas e Loteamentos Irregulares, cujo objetivo era urbanizar todas as favelas da cidade.

No caso específico do Santa Marta, o projeto foi elaborado com a participação dos moradores, assegurada pelo envolvimento junto aos técnicos da prefeitura, à Associação de Moradores, aos representantes das várias

7 Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/nao-faltou-dialogo-afirma-paes-sobre-remocoes-na-vila-autodromo.html>. Acesso em: 2 dez. 2017.

8 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/com-remocoes-vila-autodromo-encolhe-83-em-dois-anos-17872872>. Acesso em: 2 dez. 2017.

igrejas e, ainda, àqueles não vinculados a essas instituições, mas interessados no projeto e com disponibilidade para participar das discussões.

A Associação de Moradores, na época com representatividade e aceitação, mobilizou os moradores ao convocar assembleias, que contaram com participação numerosa, incluindo técnicos e representantes da SMDS, e tinham poder de decisão, o que significava que lhes cabia definir, em última análise, o projeto de urbanização proposto. Além disso, um escritório avançado da prefeitura foi instalado em um apartamento no pé do morro, e os técnicos ali presentes diariamente estavam disponíveis para conversar com os moradores, esclarecer detalhes do projeto e tirar dúvidas.

Os principais aspectos discutidos e aprovados pelas assembleias foram o respeito absoluto à permanência dos moradores, ou seja, a garantia de que não haveria remoções; o plano inclinado como solução de mobilidade especialmente relevante porque o morro é íngreme; a implantação da rede de esgotos e drenagem; a garantia de água encanada em todos os domicílios; e a solução do problema da coleta do lixo.

Se o processo foi talvez aquele que chegou mais perto de garantir uma experiência de participação dos moradores, o produto final foi um fiasco. A crise política deslançada com a saída do prefeito do partido que o elegera, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), acarretou a falência da cidade e a renúncia de Saturnino em 15 de setembro de 1988. O colapso da prefeitura implicou na não implementação do projeto, esquecido a partir de então.

As práticas participativas no Morro de Santa Marta não se iniciam, nem muito menos se encerram, com o projeto de urbanização proposto pela SMDS em 1986. Bem antes disso, entre 1979 e 1981, a necessidade foi o fator aglutinador dos moradores.

Um dos problemas vividos pelos moradores do Santa Marta nesse período era a precariedade do fornecimento de energia elétrica, fora do sistema operado pela concessionária de energia Light, e a cobrança de taxas de luz incompatíveis com a qualidade do serviço oferecido pela Associação dos Moradores.

O Grupo Eco, ONG atuante no local, lidera então, com o apoio do padre Velloso S.J., ex-reitor da PUC-Rio, um movimento para reivindicar da Light a eletrificação do morro nas mesmas bases daquelas utilizada no asfalto. Isso foi obtido em um processo longo e mobilizador, com a realização constante de assembleias, a atribuição de nomes definitivos aos caminhos e becos, a elaboração de mapas de localização dos barracos e o apoio do Departamento de Engenharia Elétrica da PUC-Rio, que elaborou um pré-projeto que demonstrou à concessionária a viabilidade da proposta. A primeira vez em

que as luzes fornecidas pela Light se acenderam em uma parte do Morro foi em dezembro de 1981. No ano seguinte, toda a favela estava eletrificada graças à mobilização de seus moradores.

Pouco mais tarde, ainda em 1982, depois de um atropelamento de uma criança que voltava da escola, na esquina da Rua da Matriz com a São Clemente, a urgência da instalação de um sinal de trânsito no local provocou a mobilização do morro, principalmente das mulheres e crianças. Num movimento liderado pela Creche Comunitária Mundo Infantil e pela Associação de Moradores, e com o apoio da Associação de Moradores e Amigos de Botafogo (AMAB), configurou-se um coletivo que decidiu fechar a Rua São Clemente, uma das mais movimentadas do bairro, e seguir em passeata até o Palácio da Cidade, onde há um sinal de trânsito de uso quase exclusivo da prefeitura e do 2º Batalhão da Polícia Militar. O insólito da situação do trânsito fechado por uma multidão de crianças que gritavam palavras de ordem, algumas com uniformes escolares, seguidas por seus pais e outros moradores, deu visibilidade à reivindicação na mídia impressa. Aparentemente improvisada, a passeata pegou de surpresa as autoridades da prefeitura, que não tiveram outro remédio senão comprometer-se com a instalação do sinal, solução bastante simples e que, finalmente, liberou o trânsito, pela primeira vez represado por uma manifestação. O sinal de trânsito foi instalado, lá permanece e garante a segurança de crianças e adultos naquele ponto de acesso à favela.

Também a chegada da água encanada a todos os barracos foi um processo que, com a mediação da Associação dos Moradores, surgiu de uma iniciativa interna, quando ocorreu a um morador a ideia de uma rede aérea de distribuição de água. Aperfeiçoada mais à frente pelos técnicos da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), ela partiu da demanda e da participação dos moradores, que conquistaram uma nova e mais potente elevatória, em 1983.

Outras conquistas se sucedem até o final da década de 1980 e fazem da participação no Santa Marta e da atuação de uma Associação dos Moradores representativa uma expressão de que a mobilização, as ações conjuntas e o sucesso de algumas iniciativas visando o coletivo são possíveis, ainda que não sejam fáceis.

O final dos anos 1970 e a década seguinte são, no quadro maior da sociedade brasileira, anos de redemocratização, de forte mobilização da sociedade, de experimentação de novos formatos de organização coletiva. Sem dúvida, essa atmosfera está presente na experiência, não apenas a do Santa Marta aqui trazida como uma amostragem, mas também nas de outras favelas com suas

atuações na arena política mais ampla, na FAFERJ, o que revela uma gama de diferentes matizes e concretizações.

Na década de 1990, esse entusiasmo coletivo parece arrefecer. No horizonte, a crise no mercado financeiro internacional, que eclodirá em 1997, se desenha desde o início da década. No país, a decepção com o messianismo representado pela presidência de Fernando Collor de Mello mina as expectativas de um novo momento político. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a violência evidencia o descontrole do Estado sobre a polícia, manifesto nos massacres de Carandiru (1992), de Vigário Geral e da Candelária em 1993. Nas favelas do Rio, intensificam-se as “guerras”, como a imprensa denominou os conflitos armados pelo controle dos territórios entre as diversas facções do crime organizado. Essa nova realidade reconfigura o papel e as possibilidades das associações de moradores e fragiliza sua representatividade.

No início do novo milênio, os brasileiros acreditaram na mudança e pensaram viver um tempo em que a esperança vencera o medo. Ainda que não poucas realizações tenham mostrado que, nos 12 anos de governos do PT, houve transformações significativas, principalmente na área social, esses governos, vistos agora, mostram fragilidades em áreas tão sensíveis como a ética e a política. E os medos parecem se multiplicar, tanto no cenário nacional quanto no internacional, e encurralam a esperança.

No Rio de Janeiro, depois de ouvir de um governador que a legalização do aborto era uma forma de conter a violência, uma vez que, segundo ele, as taxas de fertilidade de mães faveladas são uma “fábrica de produzir marginal”⁹, assistimos à falência do Estado e da cidade, que, nas favelas, trouxe consigo, além do desemprego em massa, a destruição de todas as iniciativas do poder público que pudessem proporcionar algum benefício. Ainda que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) estejam longe de constituir uma unanimidade, nada justifica que os investimentos feitos nelas, sob pretexto de representarem uma forma de controle das armas nas favelas, sejam descontinuados subitamente, e a relação da polícia com as favelas retroceda ao patamar dos anos 1990.

Outra iniciativa descontinuada sem explicação e sem que nada tenha sido posto em seu lugar foi o Projeto Morar Carioca, lançado em 2009 pelo prefeito Eduardo Paes, que pretendia urbanizar todas as favelas da cidade até 2020. Apresentado como uma dádiva do prefeito, o projeto propunha a participação como elemento essencial de todas as fases de sua implementação. A dádiva se evaporou diante da miragem olímpica e a participação, como em tantas

9 A afirmação é de Sérgio Cabral. Cfr.: *Folha de S. Paulo*. 25/10/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200701.htm>, acesso em: 16 dez. 2017.

outras ocasiões, não foi senão uma figura de retórica.

Enquanto este artigo está sendo escrito, a trilha sonora de boa parte das favelas cariocas voltou a ser a da saraivada de tiros, argumento recorrente para justificar a ausência do poder público sob outras formas que não a das armas de fogo e da violência da polícia.

Diante do quadro desolador de um mundo que parece ter perdido o rumo, de um país em que as conquistas dos trabalhadores retrocederam a patamares anteriores à década de 1930, no qual a corrupção faz descrecer da política e, por fim, em que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado¹⁰, é quase impossível admitir que a participação é viável e é um direito a ser vivido no cotidiano por todos. Em uma cidade que, bela como o Rio de Janeiro, perdeu totalmente o rumo quando acordou do sonho olímpico para a total frustração, está falida e desgovernada, é muito difícil superar obstáculos que, sempre, fazem com que práticas participativas tropecem nos mesmos erros, esbarrem na provisoriidade que se torna permanente, fraquejem diante da eterna incompletude das iniciativas.

Defender a bandeira da participação popular faz lembrar Sísifo, que a mitologia grega assinala ser o mais astuto dos homens. Por aventuras que não vêm ao caso, Sísifo foi condenado, por toda a eternidade, a rolar até o alto de uma montanha uma grande pedra que, quando chegava ao topo, rolava abaixo e lhe exigia recomeçar incessantemente a tarefa.

Levantar a bandeira da participação supõe, uma e outra vez, refazer o caminho do convencimento com o argumento de que, dessa vez, será para valer; reconstruir a esperança em nós mesmos, na política, no coletivo; conviver com a sensação de que sempre partimos da estaca zero.

Não assumir como nossa essa bandeira é aceitar sem reagir à derrota definitiva. Por isso, é preciso acreditar na utopia, e é imprescindível buscar parceiros.

BIBLIOGRAFIA

ANDREA, Sérgio. *Pensar & Fazer*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 1988.

CAVALLIERI, Fernando e VIAL, Adriana. *Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010*. Rio de Janeiro: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, maio de 2012. COLEÇÃO ESTUDOS CARIOCAS Nº 20120501 [SIC]. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF,

10 Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>. Acesso em: 16 dez. 2017.

acesso em: 17 nov. 2017.

FREIRE, Leticia de Luna e SOUZA, Mônica Dias de. *Trocando o pneu com o carro andando: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos*. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2010. Mimeo. Disponível em: http://lemetro.ifcs.ufrj.br/manguinhos_relatorio.pdf, acesso em: 17 nov. 2017.

IBASE. *Rio – A democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE. nº 42(3), mai./jun. 2008. pp. 551-579.

OLIVEIRA, Isis Volpi de. *Quem sabe faz a hora: a gestão popular na produção da habitação*. 1993. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.

PIVETTA, Fátima (org.). *PAC Manguinhos. Problemas não resolvidos. O que dizem os moradores*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP, 2016a.

PIVETTA, Fátima et al. *PAC Manguinhos. Problemas não resolvidos e recomendações*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP, 2016b. Relatório de Pesquisa. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/def4d76a79608f7d45a76aea18030c016661f48b.PDF>, acesso em: 17 nov. 2017.

SANTOS, Lúcia Borgo Duarte. *Impactos da implantação do teleférico como sistema de transporte nas favelas: o caso do Complexo do Alemão*. 2014. Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental da PUC, Rio de Janeiro.

TRINDADE, Claudia Peçanha da. *Entre o Conjunto Habitacional e a Favela: Nova Holanda – Rio de Janeiro*. In: *Anais do Simpósio Nacional da ANPUH – Londrina 2005*. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0232.pdf>.

INSURGÊNCIAS, DESIGUALDADES SOCIAIS E URBANISMO CONTEMPORÂNEO: A RUA SÃO JOSÉ E AS INCOMPLETUDES DO PAC MANGUINHOS.

André Luiz Carvalho Cardoso, Éric Gallo, Gustavo Tavares

Da história, herdamos um urbanismo baseado na exploração. A verdadeira humanização do urbanismo ainda está por ser construída. Resta para a teoria revolucionária explorar o caminho que vá do urbanismo baseado na exploração para o urbanismo apropriado para a espécie humana. E resta para a prática revolucionária realizar tal transformação.
(HARVEY, 1977, p.330).

A Rua São José encerra um conjunto de problemas estruturais de Manguinhos e outros produzidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Neste sentido, expressa-se uma sobreposição de processos de vulnerabilidade e configura-se um fato social que nos capacita a uma microanálise espacial das condições e experiências de vida no território, revelando aspectos difíceis ou mesmo invisíveis de serem acompanhados na totalidade do Complexo de Manguinhos.

O caso da Rua São José nos apresenta de forma sintomática um exemplo do que podemos denominar: incompletudes do PAC. Ou, mais especificamente, da reafirmação de recusa ao direito à cidade em um programa que prometeu exatamente o contrário. A esperança dos moradores da Rua São José, aos quais prometeram-se habitações a serem construídas na reestruturação do espaço, foi substituída pela frustração de quem viu seus problemas históricos ampliados pelos efeitos colaterais das obras inacabadas do PAC Manguinhos.

Estreitas vielas, enchentes, casas rachadas, esgoto em permanente transbordamento a céu aberto, pouca ventilação e iluminação, emaranhados de fiações elétricas que podem se localizar a poucos centímetros dos moradores, um risco iminente. Todos esses problemas estão concentrados na “Rua” São José. Longe de se configurar como uma via local, estruturada nos

traçados formais definidos por Projetos de Alinhamento oficiais, a Rua São José é uma das vielas típicas das favelas cariocas, resultantes das “arquiteturas possíveis”, conforme descrito por Ermínia Maricato (MARICATO, 1982, *passim*), ao falar da produção capitalista da cidade e relacioná-la às históricas desigualdades sociais que marcam o urbanismo brasileiro.

As experiências, aqui colocadas, são resultado da participação dos autores em dois grupos de extensão universitária¹: o Laboratório Socioambiental de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LSECAU/UERJ) e o Arquetetando Intersubjetividades do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Augusto Motta (CAU/UNISUAM), ambos em atuação direta junto aos moradores da Rua São José. Nesta construção de relações entre pesquisadores, estudantes e moradores, pudemos identificar flagrantes processos de desumanidade no desenvolvimento do PAC Manguinhos e suas contradições, que expunham, mais uma vez, um processo de urbanismo marcado por desigualdades sociais. Muitas contradições puderam ser vistas nos abismos que distanciam os projetos e os discursos oficiais da real implantação e desenvolvimento das obras do PAC em Manguinhos. Aqui, resolvemos abordar alguns desses abismos, a partir da noção de direito à cidade, de participação, de lugar de fala, de prioridades e de assistência técnica. Para isso, torna-se necessário contextualizar a Rua São José e a luta dos moradores por direito à favela, já que se faz urgente, hoje, incluir “favela” como um lugar, tal qual “cidade” foi pensada como espaço de progresso e atualização sociocultural. Na Rua São José, tal direito foi, mais uma vez, negligenciado.

Localizando a Rua São José

O bairro de Manguinhos, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, é composto por 13 comunidades, cobrindo, ao todo, uma área de

1 Os grupos de extensão universitária LSECAU/UERJ e Arquetetando Intersubjetividades do CAU/UNISUAM, coordenados pelo professor André Carvalho, foram criados em 2015 e contaram, durante os trabalhos, com moradores da Rua São José e com a importante participação dos estudantes da UERJ e da UNISUAM: Gustavo Tavares, Éric Gallo, Patricia Oliveira, Roberta Tavares, Priscila Gomes, Rafael Oliveira, Paloma Oliveira, Evelyn Ferreira, Luiz de Deus, Gisele-Chagas, Roberta Santiago, Maria do Carmo e Leonardo Souza.

261,84 hectares ou 2,62 quilômetros quadrados². Segundo o censo de 2010, Manguinhos reúne cerca de 36.160 habitantes, fazendo com que tenha uma densidade territorial de 13.810 habitantes por quilômetro quadrado e uma densidade domiciliar de 3,4 habitantes por domicílio.

Os moradores do bairro sofrem, historicamente, com uma precária infraestrutura urbana, somada à carência de serviços públicos básicos, como saúde, educação e segurança pública, entre outros, o que faz com que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região seja de 0,726³, deixando Manguinhos entre os cinco piores índices da cidade do Rio de Janeiro.

A partir de 2008, a região sofreu intervenções do PAC Manguinhos, cujo objetivo era promover “obras de acessibilidade, melhoria das condições de habitação, saúde, educação, esporte e lazer, cultura, trabalho e renda e assistência social à Comunidade de Manguinhos”⁴. Em Manguinhos, o programa foi declarado concluído, deixando, porém, pontos do projeto inconclusos, como a construção de habitações para realocação de famílias removidas. Além de não resolver grande parte dos problemas, o programa terminou por piorar alguns, como as enchentes que, após a elevação da linha férrea e da Avenida Leopoldo Bulhões, tiveram sua frequência e nível de inundações aumentados.

A Rua São José se configura como uma via de passagem paralela à Avenida Leopoldo Bulhões, atualmente bem próxima da via duplicada, que no projeto inicial seria uma ampliação da Rua Uranos. Trata-se de uma viela de largura com medidas irregulares, que variam de 1 a 2,5m, e extensão de 335 metros. Em sua maior extensão, porém, há predominância de larguras estreitas.

Entre os problemas representativos do território que se conflui na Rua São José, destacam-se as crescentes enchentes, drenagem insuficiente, rachaduras nas casas, provenientes de movimentações do solo, e entupimento das vias de esgotamento sanitário. Com as promessas de construção de um conjunto habitacional, algumas remoções de moradores aconteceram sem a devida

2 Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=7fe1b0d463e34b3b9ca2fafd50c3df76>, acessado em agosto de 2018.

3 Disponível em: <http://www.data.rio/datasets/72b9b673a6e64e398d974a8fa7c6628a>, acessado em agosto de 2018.

4 Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036918>, acessado em janeiro de 2018.

realocação em novas habitações a serem construídas na comunidade.

Além da pequena largura da via, um fator que contribui para a precária ventilação e luminosidade foi a verticalização das construções, que na maior parte se configuram em dois ou três pavimentos, podendo chegar a quatro. Em alguns casos, soma-se à verticalização a construção de balanços a cada pavimento acrescido, aumentando a área construída por andar. Por esse motivo, há pontos da Rua São José em que as construções quase se tocam em suas extremidades, transformando partes da viela em um túnel de difícil iluminação e ventilação naturais.

O adensamento populacional em Manguinhos e a insuficiente circulação do ar geram doenças, como a tuberculose, um problema de saúde pública de grande relevância nessa região, com altas taxas de incidência se comparadas às taxas estaduais e federais.

A Insurgência da São José pelo direito à cidade

Logo no início de nossas incursões em campo, com o objetivo de levantarmos as possibilidades locais para desenvolvimento de parcerias, fomos avisados sobre uma reunião que aconteceria no Centro de Referência da Juventude (CRJ), para a qual fomos convidados por uma participante do Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), um dos grupos organizadores do evento e que atuava junto às crianças de Manguinhos. Soubemos que o principal objetivo da reunião proposta com os moradores era tratar de uma pauta vinculada à educação no trânsito e seus novos sistemas de sinalização. A travessia na nova via Leopoldo Bulhões, que passou por um processo de duplicação, ampliou os riscos da via existente, já conhecida por seu grande número de atropelamentos.

A reunião, ocorrida no dia 18 de junho de 2016, no CRJ, foi marcada por um levante popular de moradores, principalmente os da Rua São José, por direito à habitação digna e por cobrança sobre as promessas não cumpridas. Iniciadas pelo discurso inflamado de um morador da São José, as muitas reivindicações rapidamente evoluíram para um levante geral, em que os moradores passaram a dominar o lugar de fala do evento e descreveram seus problemas, muitos deles ampliados pelas incompletudes geradas a partir das obras do PAC Manguinhos. Uma catarse coletiva, a partir da qual

múltiplas falas concomitantes clamavam por uma postura e respostas dos representantes do governo presentes no evento. A insurgência dos moradores da Rua São José nos marcou pelos relatos de desumanidade, reveladores dos sentimentos de perdas provocados pelas promessas não cumpridas e obras inacabadas do PAC. Chegávamos, desta forma, aos primeiros vestígios sobre a ideia de direito à cidade, nos termos de David Harvey, em que “a ideia de direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais... Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.” (2014, p.15).

Impactados pelos relatos desesperados de pessoas que estavam vivendo em precárias e arriscadas condições, mobilizamos as atividades dos grupos de extensão para encontrar o “líder”⁵ do levante e compreender de perto as questões que se apresentavam na Rua São José.

Favelados Arquitetos, construindo políticas de amizade: A inserção de um grupo de pesquisa na favela de Manguinhos.

Sabemos que não é recente a atuação de acadêmicos no desenvolvimento de pesquisas junto às favelas cariocas. Licia Valladares, em seu livro *A invenção da Favela*, nos relata que, a partir do final dos anos de 1960, inaugura-se “uma nova fase da produção das representações e conhecimentos sobre as favelas do Rio de Janeiro, com o desenvolvimento de estudos de pós-graduação nas universidades brasileiras.” (2005, p.119). Valladares enfatiza, também, os primeiros cursos de ciências sociais inaugurados, em 1968, no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Destaca-se, nesta época, segundo Valladares, a figura do antropólogo americano Anthony Leeds, que em 1969 ministra, no Rio de Janeiro, dois cursos: Antropologia Urbana e Ecologia Urbana.

Torna-se relevante pontuar a presença de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que, como aluno de Leeds, já desenvolvia pesquisas sobre as favelas cariocas. Santos foi precursor, no campo da arquitetura e do urbanismo, na

5 A parceria com o morador líder do levante foi fundamental para conhecimento e desenvolvimento das experiências aqui descritas. Decidimos, entretanto, preservar a identidade de todos os moradores da Rua São José citados em nossas atividades locais em Manguinhos.

forma de compreender os valores e potencialidades da arquitetura das favelas e lutar por sua permanência como espaço de direito e não mais como espaços que deveriam ser extirpados da sociedade. Assim, é imperioso marcar a persistência das preocupações levantadas por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981), no século passado, sobre uma formação arquitetônica e urbanística formalista e muitas vezes incapaz de captar as nuances da prática, principalmente em projetos sociais, que parecem, ainda, não terem sido superadas na arquitetura e no urbanismo contemporâneos. As discussões estão postas, mas na prática muitos modelos de formação ainda parecem estar vinculados ao clássico molde que acaba por criar arquitetos etnocêntricos, que acreditam em clássicas discussões como a soberania da forma, ainda que tais discussões já tenham sido superadas em outras disciplinas. Desta forma, a atualidade e a pertinência dessas ideias levantadas por Carlos Nelson Ferreira dos Santos, sobre tornar-se um “antropoteto” (Arquiteto + Antropólogo), foram as bases estruturantes dos caminhos que embasam os projetos de extensão e as inserções na Favela de Manguinhos, aqui apresentados. Os projetos basearam-se no anseio de ampliar os caminhos profissionais dos estudantes de arquitetura e urbanismo e de engenharia civil, trazendo para o seu processo de formação uma condição socioantropológica e humana.

Entretanto, marca-se uma distinção contemporânea que nos emancipa: o fim da mediação e o início do lugar de fala. (RIBEIRO, 2017). Dos anos de 1970 para cá, uma das grandes marcas de transformação, nas muitas atuações e pesquisas acadêmicas que se proliferam sobre as favelas, talvez esteja exatamente na ampliação de políticas de educação da gestão do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que deram acesso à universidade aos grupos sociais de baixa renda, o que possibilitou a uma horda de favelados universitários atuar em múltiplas áreas do saber científico. Favelados, agora, podem falar da favela com a chancela acadêmica de formação e não mais precisando de mediadores.

Nosso acesso a Manguinhos e, especialmente, o desenvolvimento dos trabalhos em parceria com os moradores da Rua São José só foram possíveis graças ao fato de termos em nosso grupo vários favelados estudantes de arquitetura e urbanismo. Entre estes, destacamos a, hoje, arquiteta Patricia Oliveira: mulher, negra, favelada, nascida e criada em Manguinhos. Ela militou

se posicionando como uma arquiteta local no desenvolvimento de todas as atividades implementadas. Patricia foi fundamental para a possibilidade de vínculo e construção de uma arquitetura com-sentida. (AGAMBEN, 2009).

Arquitetando intersubjetividades: encontros com a Rua São José.

Nos vários encontros e conversas com os moradores da Rua São José, pudemos observar mais de perto os problemas históricos locais e os impactos e traumas, mais recentes, marcados pelas incompletudes do PAC.

“Moro em Manguinhos há 45 anos e sempre sofremos com enchentes, mas depois das obras do PAC piorou.” (Moradora da São José, julho de 2015).

“Manguinhos vem de mangue, e mangue enche, né? Então, a primeira coisa que eles deviam resolver era a enchente.” (Moradora da São José, julho de 2015).

Os relatos dos moradores eram críticos ao PAC e atentavam para a obviedade de algumas prioridades, que não foram respeitadas ou contempladas no projeto. Uma das principais queixas estava no problema das enchentes, muito piorado com a elevação do nível da nova via, duplicada, e com a criação de pontilhões que represam o escoamento das águas de transbordo dos poluídos rios Jacaré e Faria Timbó. Relatos, comprovados por vestígios e imagens, mostram que, depois das obras do PAC, as enchentes ampliaram bastante em volume e em ocorrência os índices de alagamentos. O nível das águas, depois das obras, chega a subir mais de 1,6m de altura, em trechos da São José, atingindo casas que têm em média pé direito útil de 2,2m. Pessoas perdem tudo e ainda vivem sob intenso estado de tensão pelos riscos de perderem, também, suas vidas. Uma tragédia que vem se repetindo em todas as chuvas de verão dos últimos anos. Outro importante dado de vulnerabilidade e emergência da Rua São José está na fragilização das construções existentes, por conta da retirada parcial das casas vizinhas, que muitas vezes apoiavam ou contraventavam as construções remanescentes, além de todo processo de trepidação do solo gerado pelas obras e pela nova configuração da linha férrea.

A Rua São José estava contemplada no projeto inicial do PAC Manguinhos, desenvolvido pelo arquiteto Jorge Mario Jáuregui. Os moradores explicaram que muitas casas foram visitadas e demarcadas e as famílias, cadastradas.

No projeto original, constava a proposta de construção de “unidades de realocação”, com a criação de um conjunto habitacional de interesse social que seria implantado exatamente na área que compreendia o limite da via expandida até a região da Rua São José. Os moradores que quisessem permanecer no local seriam reassentados temporariamente, por aluguel social, até que as novas construções habitacionais fossem desenvolvidas. A esperança de dias melhores e as certezas iniciais colocadas pelo desenvolvimento das mirabolantes transformações urbanas, como efeito da elevação da linha férrea em Manguinhos, marcaram com expectativas os moradores da São José, que viam de suas precárias casas os altíssimos investimentos empenhados nas obras de duplicação da Leopoldo Bulhões. Todas as esperanças advindas das promessas deram espaço à frustração, seguida por muitos problemas.

O PAC Manguinhos expõe as fragilidades da gestão pública e de uma contínua deturpação no Direito à Cidade e respeito à dignidade humana. Do ponto de vista da arquitetura e urbanismo, nos perguntamos onde termina a responsabilidade social de um arquiteto, que projeta uma transformação urbana que vai impactar tão diretamente a vida de pessoas sob condições de vulnerabilidade social e de saúde e residentes em habitações tão precárias.

O abismo entre o projeto e o real: Arquitetos de boa vontade.

Parece-nos legítimo compreender os avanços legais urbanísticos ocorridos no Brasil na busca por uma construção democrática de direito à cidade: os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, a Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e a Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que garantiu assistência técnica gratuita para famílias de baixa renda, prestada por profissionais habilitados tecnicamente nos campos da arquitetura, urbanismo e engenharia. São alguns instrumentos legais de grande relevância e legitimidade social para construção de urbanismos socialmente justificáveis. Entretanto, as políticas públicas que vêm sendo aplicadas nas cidades e o posicionamento dos profissionais que atuam a serviço dos gestores urbanos parecem ignorar nossas legislações. Criam-se oficialidades oficiosas na manipulação de importantes instrumentos legais, com claros objetivos econômicos e político-eleitorais em detrimento da aplicação social destes instrumentos.

Esses caminhos aplicados às transformações urbanas do presente se confundem com estruturas tão antigas e ultrapassadas, resultando na construção de urbanismos baseados na desigualdade social, que nos revelam a atualidade dos escritos de Henry Lefebvre ao tratar, em seu clássico livro *O direito à cidade*, do urbanismo dos homens de boa vontade:

O urbanismo dos homens de boa vontade (arquitetos, escritores). Suas reflexões e seus projetos implicam uma certa filosofia... Quer-se construir imóveis e cidades “em escala mundial”, “na sua medida”, sem pensar que no mundo moderno “o homem” mudou de escala e que a medida de outrora transforma-se em desmedida. Na melhor das hipóteses, esta tradição resulta num *formalismo* (adoção de modelos que não têm nem conteúdo, nem sentido) ou num *esteticismo* (adoção de modelos antigos pela sua beleza, que se joga como razão para o apetite dos consumidores). (LEFEBVRE, 2001, p.23).

Qual a medida das favelas do agora? Talvez resida aqui uma fundamental questão para os urbanistas de boa vontade que reproduzem modelos de transformações urbanas sem se dar conta das especificidades e soluções existentes a partir de organizações sociais locais. Construções possíveis precisaram ser erguidas à margem das legalidades que estabelecem modelos padronizados, carregando em si alternativas viáveis ainda menosprezadas pelas equivocadas medidas tomadas como parâmetros formalistas, esteticistas e espetaculares. Boaventura de Souza Santos nos encaminha para a reflexão de que alcançar uma sociedade justa pode estar na reinvenção da emancipação social:

Por um lado, tentar verificar se os instrumentos hegemônicos podem ser utilizados de maneira contra-hegemônica: se podemos desenvolver um conceito contra-hegemônico de legalidade, de direitos humanos e de democracia... E, por outro lado, ver se nas culturas e nas formas políticas que foram marginalizadas e oprimidas pela modernidade ocidental podemos encontrar embriões, sementes de coisas novas. Um duplo trabalho de arqueologia: nessas ruínas de destruição e nos instrumentos hegemônicos que temos. (SANTOS, 2007, p.84).

As construções do PAC Manguinhos ficaram inacabadas. As divulgadas

Ramblas de Manguinhos, projetadas e divulgadas internacionalmente⁶ como estrutura âncora do projeto, que prometiam marcar as mudanças do estigma da violência do local, apelidado de “Faixa de Gaza”, nem mesmo foram inauguradas e tornaram-se uma cracolândia, reafirmando, como diz a canção: “aqui tudo parece que ainda é construção e já é ruína.”⁷ Ruínas de uma utopia arquitetônica que priorizou, mais uma vez, em detrimento das prioridades locais, o espetáculo midiático que nega a eletiva participação para construção do direito à cidade.

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. (HARVEY, 2014, p.28).

Entre as muitas promessas não cumpridas, voltamos aos dramáticos relatos dos moradores da Rua São José. Em uma palestra, a arquiteta da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP), Ruth Jurberg, coordenadora do Trabalho Social e Regularização Fundiária do PAC, afirmou que as obras foram concluídas no ano de 2013. No mesmo evento, ela foi questionada sobre a não contemplação dos conjuntos habitacionais, que seriam construídos em substituição às habitações pré-existentes para realocação dos moradores da Rua São José, que foram ou seriam removidos e, ainda hoje, dependem do aluguel social.

Em resposta, Ruth esclareceu:

6 O projeto Rambla de Manguinhos foi apresentado na exposição Small Scale, Big Change: New Architectures of Social Engagement, no MoMA, em Nova York, entre 3 de outubro de 2010 e 3 de janeiro de 2011. O arquiteto Jorge Mario Jáuregue declarou: O “arquiteto-urbanista” é um *connectioneur*, isto é, um fazedor de conexões no interior da cidade e da sociedade estilhaçadas. Busca conceber e materializar paisagens e mediações entre o formal e o informal.” Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/11.039/3685>, acessado em agosto de 2015.

7 Caetano Veloso. Fora da Ordem. 2004.

[...] A Rua São José, lá atrás, no início do PAC, ela entraria como uma área de intervenção. Houve uma resistência muito grande das famílias, que na época não queriam sair, não queriam negociar com o Estado para sair das suas casas. Então, a gente solicitou uma troca de escopo. Ou seja, a Rua São José não vai mais ser atendida porque a gente não tá conseguindo negociar com as famílias para poder avançar com a obra ali. O Governo Federal aceitou, depois de meses, essa troca.

Um tempo depois, mais de um ano depois dessa troca, novamente a Rua São José voltou, através de moradores e lideranças, a falar da situação. A nossa equipe, a Ângela tá aqui, a Vanessa tá aqui, são pessoas de campo, que o dia inteiro estavam ali, né?, e verificando a situação de precariedade da Rua São José. Então, novamente, a gente voltou a tentar incluir a Rua São José no escopo do PAC, e aí veio 2014, com a crise e com a falta de recurso. Então, a gente tem o levantamento das unidades necessárias a serem reassentadas, de todas as famílias; o cadastro foi feito; o que pode ser feito em termos de melhoria habitacional para atender; só que não há recursos. Então, o projeto do PAC1, de Manguinhos, foi inteiramente concluído, com aquelas intervenções ali, que, como eu deixei claro na foto, elas estão lindas, mesmo, porque foram de 2009, de 2010, 2011, e até 2012; depois a questão da manutenção ficou bem complicada. Então, o escopo do PAC1 foi atendido; a Rua São José, ela entrou, depois ela saiu, depois a gente tentou incluir de novo, e já não conseguiu mais. [...]

A provisoriidade de decisões quanto ao território de Manguinhos, expressa através de políticas públicas, está relacionada à violação ao direito à moradia digna, garantido na Constituição Federal de 1988, que diz: “art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” A fala da arquiteta nos remete à afirmação de Marcelo Burgos de que “mais do que *deficit* de direitos sociais, são os *deficits* de direitos civis e políticos que permanecem como principais obstáculos à integração da cidade.” (BURGOS, 2006, p.26).

As incompletudes do PAC Manguinhos, deixadas nas ruínas e nos vazios urbanos oriundos das muitas desapropriações, deu espaço a novas construções marcando o ciclo das desigualdades sociais: novas arquiteturas possíveis, novas favelas que, ao mesmo tempo que voltam a emergir, escondem e abafam os

problemas da Rua São José.

Por um urbanismo Com-sentido

As incompletudes do PAC Manguinhos, entendidas a partir de nossas experiências, nos deram a cruel dimensão de compreender que ainda vivenciamos um urbanismo baseado na exploração. Entretanto, pudemos também perceber que é possível produzir na coletividade espaços legítimos de fala, para reivindicações de um urbanismo mais humano. Nossa atuação em Manguinhos foi marcada por grandes processos de aprendizagem e construções. Nas entrelinhas do presente, encontramos em Manguinhos as pistas que nos levaram a participar da construção de uma pequena, mais muito importante, revolução urbana. Através dos moradores da Rua São José, conhecemos e consolidamos importantes parcerias com o Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) e com o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, e tivemos contato com vários outros moradores de Manguinhos. Dessa construção, importantes materiais foram produzidos coletivamente com o objetivo de chancelar técnica e academicamente todas as reivindicações dos moradores. Perfazia-se assim a teoria de David Harvey sobre a verdadeira possibilidade de construção do direito à cidade. Para Harvey, o direito à cidade está em “reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre os modos como as cidades são feitas e refeitas.” (HARVEY, 2014, p.30).

Os caminhos aqui tomados nos fazem acreditar que a verdadeira revolução urbana está na construção de um urbanismo baseado no com-sentimento. A ideia com-sentida se define a partir do texto de Agamben sobre a amizade. O filósofo vai apresentar a noção de amizade como estreitamente ligada à própria definição de filosofia. Em uma citação de Aristóteles, Agamben nos apresenta as pistas deste com-sentir: “Com-sentindo (*synaisthanomenoi*) prova doçura pelo bem em si, o prova também em relação ao amigo: o amigo é, de fato, um outro si mesmo (*heteros autos*)”. (ARISTÓTELES apud AGAMBEN, 2009, p.87). Para Agamben, “a amizade é a instância desse com-sentimento da existência do amigo no sentimento de existência própria”. (2009, p.92). A partir desse entendimento, segundo Agamben, a amizade cria uma condição ontológica e, ao mesmo tempo, política. O autor vai apontar para uma com-

divisão, uma política da amizade como uma relação de partilha existencial. Assim, para ele, “o amigo não é o outro eu, mas uma alteridade imanente na ‘mesmidade’, um tornar-se o outro do mesmo. A amizade é essa des-subjetivação no coração mesmo da sensação mais íntima de si.” (2009, p.90).

A contemporaneidade traz para o urbanismo o desafio de encontrar esta com-divisão, do reconhecimento de pares, amigos, e a observação sobre problemas mais gerais, para além de necessidades individuais, sejam elas do arquiteto, dos pesquisadores, dos políticos, da comunidade etc. Hoje, a solução de problemas envolve muitas questões, distantes da forma, mas incluídas na sociedade, nas relações ambientais, na consciência de populações marginalizadas, expatriadas e marcadas pela desigualdade social.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM E; Blanco M. *O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade do Rio de Janeiro*. Coleção Estudos da Cidade. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro. In ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de Favela*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GIORGIO, Agamben. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

HARVEY, David. *Urbanismo y desigualdad social*. Espanha: Siglo XXI, 1997.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LTM/FIOCRUZ. Laboratório Territorial de Manguinhos/Fundação Oswaldo Cruz. História do Bairro de Manguinhos. Disponível em: <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=historias_manguinhos>

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1982.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1981.

VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

O CENTRO CÍVICO: A MARCA DA INCIVILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Consuelo Nascimento, Gleide Guimarães

Nasci em 1981 e Manguinhos já existia desde 1901, com a ocupação do Morro do Amorim. Do que vivi na infância, em relação às mudanças à minha volta, percebi que era mais seguro seguir pessoas do que lugares. Explicando: se a tendinha (geralmente a janela de uma casa, voltada para rua, com artigos variados para venda) do seu Luís saiu na remoção (política pública de remoção de casas), eu teria que procurar o artigo na tendinha do Caixote, até que o seu Luís voltasse pra Manguinhos. Havia casos em que famílias removidas não voltavam, mas eram raros. Eu ouvia comentários de que a casa dada em outro lugar era boa, mas não podia pôr tendinha e não tinha como trabalhar. Para não passar mais necessidades, trocava-se a casa boa com um morador da favela de onde saiu. Pra mim, então, era só esperar para comprar o que eu sabia que seria mais fácil no seu Luís. Favela é assim. Dificilmente as circunstâncias mudarão os hábitos do favelado. As mudanças que não dialogam com o cotidiano da favela vão demorar para serem absorvidas. E, em alguns casos, nem são totalmente assimiladas.

É o caso do CIEP JK, inaugurado nos anos 80 para atender à demanda crescente de Manguinhos por escolas de nível fundamental. Acontece que ele foi construído do outro lado da via férrea e da Rua Leopoldo Bulhões. Ambas não tinham travessias, passarelas ou sinais de trânsito. Os casos de atropelamento marcavam a narrativa da favela, como o da Zilda, que perdeu a mãe e os seis irmãos atropelados de uma só vez enquanto iam ser vacinados na Fiocruz. Que mãe deixaria sua criança atravessar a via férrea e a Rua Leopoldo sozinha para andar até o CIEP? Muitos moradores desta geração não estudaram no projeto inovador de Darcy Ribeiro porque o viam como

maldade, lugar predador. E matricular criança no CIEP sou por um tempo como falta de cuidado familiar e prova de abandono funcional (quando juridicamente a criança parece amparada, mas na prática todas as ações que a envolvem são superficiais), o que reforçava o refrão “Brizolão: entra burro, sai ladrão”. Foi preciso mais anos até que o CIEP fosse parte de Manguinhos, sem ser um destaque estranho na paisagem, como é hoje a estação elevada construída pelo PAC.

Usei estes exemplos para mostrar como se manifesta a civilidade favelada. Não é hábito rejeitar política pública por selvageria. Pelo contrário, selvageria é impor um aparelho cujo uso mais expõe a riscos – casos de atropelamento na Rua Leopoldo Bulhões na década de 80 – ou não dialoga com o que a favela reivindica, caso do pedido por uma escola técnica no espaço onde foi construído o Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila, também obra do PAC em Manguinhos. O Centro Cívico, que abriga o Colégio, a extinta Casa da Mulher, a também extinta Farmácia Popular, a Clínica da Família, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o Centro de Referência da Juventude (CRJ), a Casa do Trabalhador, o CAPS e a Biblioteca Parque Manguinhos (BPM), leva este nome porque, quando o terreno era do Exército, aquela praça já era chamada de Centro Cívico. Até que veio a reestruturação do PAC e a praça foi ocupada por esses equipamentos públicos.

Observando pela janela da BPM: favela entra, política sai.

Comecei a trabalhar na BPM em novembro de 2011. Passado o processo seletivo, fui informada de que minha contratação atenderia a um fim bastante específico: o trato com crianças e adolescentes no Salão Principal da biblioteca. Ter computador completo e com acesso à internet gratuito trazia um frenesi para os estudantes e crianças da vizinhança. Porém, no geral, os hábitos culturais dos favelados não são alterados por espaços que não estão incorporados ao seu cotidiano. Os hábitos são construídos com lentidão. É favela, é doméstico. E a Biblioteca Parque estava concorrendo com estes hábitos.

Uma biblioteca empresta livros. Óbvio. Mas uma biblioteca em favela deve prever que, para o favelado, sua casa (seja ela como for) é o único lugar de conforto em todo o bairro. Que leitor preteriria a casa para ler num lugar público? Minha coordenação media o hábito de leitura dos moradores pela

quantidade de pessoas circulando nas dependências da BPM, sem levar em conta o número de empréstimos de livros. Quando a ofensa usual de que não há leitores habituais em favela foi desmentida pelo recorde de empréstimos entre as bibliotecas da rede (a BPM obteve o recorde de empréstimos por alguns meses), a questão da não permanência desse leitor na biblioteca revelou outra ofensa. Por que não fica aqui? Tem ar-condicionado. Tem sofá bom, bonito, tem banheiro limpo. O que não era dito, mas estava na retórica, era: aqui é melhor do que sua casa. Na ótica da dona de casa: como deixar a própria casa – e os afetos construídos com os artigos comprados para torná-la confortável – para ficar num lugar estranho, com gente estranha, cheio de adolescentes e crianças barulhentas? Conversando com algumas leitoras, eu via o prazer que tinham em encontrar livros recém-lançados e mais. Via uma junção de alívio de fim de dia de trabalho, com a certeza do prazer adquirido com um bom livro. Em casos como este, chegar em casa coroiaria um dia vitorioso.

Para os funcionários da BPM, lidar com a agitação das crianças foi desafiador por causa da fala do então governador Sérgio Cabral no dia da inauguração. Diante das lideranças comunitárias, imprensa e convidados especiais, o governador disse às crianças que estavam no Salão Principal: podem quebrar, nós colocaremos outro no lugar (referindo-se aos equipamentos da BPM). Isso repercutiu muito mal entre os moradores. Por algum tempo, as crianças, na BPM, se comportaram como selvagens, amparadas pelo discurso do governador.

Acontecia uma divisão no sentido de que a criança que ia à BPM era bagunceira e as quietas e obedientes não se misturavam por lá. Então, o desafio dos funcionários era mudar a impressão sobre o uso da BPM, sem desmentir completamente o governador, desmascarar o mau comportamento da criança, que não era má, haja vista o envolvimento das MESMAS nas atividades da BPM durante os anos de funcionamento. Devo aqui deixar esse registro: a criança agitada e desrespeitosa que entrava correndo na BPM e gritava que o governador disse que podia era o público que mais dialogava com os funcionários e mais favoreceu a consolidação da BPM nos hábitos da favela. Mas, para invalidar o passe livre da bagunça dado pelo governador, tivemos que sair um pouco da condição de profissional (frio, duro e burocrático) para superar nossas emoções (afronta, revolta, mágoa,

senso de justiça ferido) e aprofundar as relações com as crianças. Aos poucos, a sanção aos bagunceiros passou de expulsão da BPM para corrigir o malfeito e conversar com o funcionário ofendido. Aconteceu comigo algumas vezes de fazer um adolescente rearrumar a estante que ele bagunçou. Para isso, eu gastava tempo ensinando como cada livro deveria ser colocado para depois ser achado pelo computador. Não levavam menos de uma hora as tarefas e, ao final, pelo trabalho envolvido, eu conquistava o adolescente e ele se tornava um defensor da ordem dos livros nas estantes.

Alguns funcionários cederam suas horas de almoço, dividiram lanche, ligaram para responsáveis, deixaram dormir nos cantos. Dito assim parece ruim para quem vê de fora, mas descobríamos dia a dia que as particularidades das crianças eram sérias, deveriam ser consideradas. Nada trágico. Só favela mesmo. Vou explicar: se a escola liberava as turmas antes do meio-dia e a casa da criança estava vazia, ela iria frustrada e faminta matar o tédio na BPM. O funcionário, adulto-maduro e calmo, ao saber disso, se envolvia. Era natural, não caridade.

Mesmo sem saber, a BPM começava a entrar nas conversas de dentro das casas, na medida em que a criança narrava aos familiares esses fatos. Desta forma, percebi como o afeto entre a BPM e os moradores foi sendo construído. Para além do serviço descrito de uma biblioteca (uso de livros), havia a característica de parque que, segundo o próprio discurso institucional da época, era de um espaço de convívio que dialogava com a literatura e não um lugar de letras mudas. Os próprios responsáveis passaram a vir agradecer.

Porém, além de biblioteca e parque, a BPM foi se tornando referência na resolução de problemas comuns na favela. Deixe-me explicar, destacando duas figuras emblemáticas, e altamente homenagiáveis por isso: Luís Soares e Alexandre Pimentel. O Luís assumiu o cargo de mediador de conflitos desde o primeiro ano da BPM. Mas o que ele fez com essa posição me fez querer que a BPM tenha seu nome até hoje. Ao invés de ser o pretense capataz contratado, ele trouxe sentido ao uso da estrutura da BPM, em favor das pessoas e da solução de problemas e dificuldades. É melhor explicar com exemplos: com o adolescente que estava levando advertência por mau uso da BPM (bagunça ou desacato ao funcionário) ele conversava e o encaminhava ao Programa Jovem Aprendiz que havia no CRJ – caso do Bruno que, aos 15 anos, era analfabeto

funcional, cuidava dos quatro ou cinco irmãos mais novos e, nos intervalos de levá-los e buscá-los nas creches e escolas, ficava zoando na BPM. Sem pai e filho mais velho na casa, via a mãe trabalhar e não tinha como ajudar além do que já fazia, não tinha esperança de trabalhar porque, apesar de estar estudando, não sabia ler direito. Na BPM, ele descarregava sua frustração. O Luís trouxe a mãe para uma boa conversa, encaminhou o Bruno ao CRJ e reestabeleceu o relacionamento dele com o corpo funcional. Por casos como este, nós criamos metas de leitura e resenha com o objetivo de ter mais uma hora na internet – o Bruno passou a ler e voltou a se interessar pela escola.

Agora vou contar sob outra ótica: O Luís usou o telefone da BPM para chamar a mãe, recebeu indicação de vaga no Jovem Aprendiz pela internet da BPM, pediu a uma funcionária – eu – que fizesse o currículo do Bruno, imprimiu com autorização do diretor e entregou ao rapaz. Depois disso, o ser funcionário da BPM mudou para praticamente todos os meus colegas. Criamos o atendimento cidadão para demandas como a do Bruno e cada funcionário que operasse o computador deveria auxiliar na matrícula da rede pública de ensino nos períodos de inscrição.

Os moradores sabiam que podiam contar com a BPM. Aí entra a postura de Alexandre Pimentel. Quando comecei na BPM, ele já era diretor e começava a entrar nos grupos de Manguinhos, colocando a BPM em todas as mesas de discussão que podia. Ele foi à reunião do Fórum de Manguinhos, ao Museu da Vida, à ENSP, ao CVT Correios, à Refinaria, à SuperVia, ao Metrô, enfim, a todos os espaços que poderiam se tornar parceiros da BPM. Aos poucos, víamos as salas internas ocupadas por reuniões das associações de moradores, palestras dos residentes da Clínica da Família. Abrigamos muitos eventos.

Acontece que internamente estavam rolando as ações do Luís, mas nem todos os funcionários se dispunham a fazer isso. Mesmo o Bruno tendo desacatado o Alexandre, ele autorizou a impressão do currículo do rapaz. E nós aproveitamos o precedente para os demais currículos, mas estes não haviam sido previamente autorizados. Quando o rivalismo interno dos funcionários gerou fofocas sobre as impressões, os envolvidos foram chamados à sala do Alexandre e, ao contrário do que esperávamos, ele pediu que organizássemos estes serviços e outros, como as regras para realização de festas particulares no Varandão externo, empréstimo de instrumentos e jogos do acervo. Este foi

o período de maior crescimento da BPM.

O desmonte, a incivilidade de quem? Dois desabaços

Em 2015, quando a Secretaria de Cultura terceirizou a administração da rede de bibliotecas parques, a administração interna foi mudada e os paradigmas, também. Já era o início do processo de abandono. Não podíamos atender às demandas próprias de Manguinhos e os moradores não eram recebidos pelos administradores. Sob a desculpa de dar um caráter mais refinado, tornando-o um estabelecimento cultural formal, nós deixamos de dialogar com os usuários para tentar impor a eles a dita cultura em sentido formal. Foi doloroso. Quando as atividades ditadas pela nova administração não logravam êxito, os funcionários eram acusados de incompetência e a ausência do público era justificada com ofensas ao intelecto dos usuários. Foi uma gestão predatória porque ações de boa vontade, como permitir acesso ao banheiro, à sombra da entrada ou ao bebedouro, eram perseguidas e sempre terminavam com ameaças ao funcionário acusado de fazê-las. Todos os dias, eu militava entre ser obediente e mesquinha ou rebelde e justiceira. Na maioria das vezes, eu tentava jogar com os sentimentos dos administradores, fazendo com que os moradores os encontrassem nas entradas, antes de seguirem para as salas, para pedirem algo. Sempre dava certo. Mas éramos ameaçados com a demissão a qualquer hora.

Fiquei na BPM até fechar e vi, emocionada, que não houve depredação como houve na Casa da Mulher e no Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila. Acredito que, maior do que o sentimento de revolta por ver a BPM fechada, foi a gratidão acumulada pelo que ela representou em ações para com os usuários. Se me perguntarem: a BPM funcionou? Digo que sim, com cicatrizes, mas sim.

(desabaço 2)

Trabalhei na BPM de novembro de 2014 a outubro de 2015, como auxiliar de mediação, no período em que Luís Soares se afastou para concluir a fase de estágio em sua graduação. Minha relação com a BPM começou quando ocorreu uma visita ao prédio ainda em construção. Saí de lá com o firme propósito de encontrar um morador formado em biblioteconomia. Acreditava

que era a oportunidade de ver um morador alocado nesse equipamento, porque o mesmo precisaria da tradução simultânea entre coordenadores/governo e funcionários/moradores. Eu morava na invasão da CCPL e atuava no Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) quando aconteceu a inauguração da BPM. Vi e admirei o poema da Dona Celeste nas paredes de vidro do Salão Principal. Usei a BPM nos seus serviços de empréstimo de livros e, em 2014, fui contratada. Então passei a ver essa mesma BPM pelo lado de dentro (como funcionária), mas nunca deixei de vê-la como se estivesse de fora (como vizinha e usuária). Como auxiliar de mediação, meu trabalho era lidar diretamente com o usuário, em situações que envolvessem conflitos, conhecer os demais setores de atendimento, a fim de poder substituí-los sempre que necessário, e, como todos os demais funcionários, representar a BPM nos eventos externos. Logo no início, em uma reunião em que me foram apresentados alguns companheiros de trabalho, também me foram passadas as funções, e ficou claro que a administração queria impor sobre mim a função de capataz. Isso porque eu deveria comunicar à direção as eventuais falhas dos meus colegas, descobrir e denunciar os pichadores e depredadores do prédio. E, junto à comunidade, buscar quem fizesse justiça. Ou seja, desse respostas às más ações, através do uso dos bandidos ou de quem fosse envolvido com eles, para aplicar punições aos maus usuários. Imediatamente deixei claro que não entendia o cargo com essas funções, e que acreditava na construção de um trabalho educativo, com base na conquista da confiança dos usuários da BPM, e, quanto aos demais colegas de trabalho, eu seria uma funcionária ética. Quando Consuelo fala do corpo funcional, e da sua sensibilidade em relação aos leitores, sinto a necessidade de relatar como foi difícil a relação entre as propostas da Secretaria de Cultura, através da OS que geria a BPM, a administração e o corpo funcional. As programações propostas pela OS não eram atraentes. O que se refletia num evento esvaziado, apesar dos esforços da equipe de produção. Por algumas vezes, fui à rua e, pasma, descobri que até mesmo vizinhos da BPM não sabiam da existência do cinema. Por outro lado, as ações propostas pelo corpo funcional nem sempre recebiam o apoio da administração. O uso da sala de projeção, com seus 222 lugares, levou tempo para ver sua lotação completa. A discussão que fazíamos era que a introdução de um equipamento cultural desse porte precisava de um tempo de maturação. A ideia do ritual de ir ao cinema envolve

sair da comunidade, tomar uma condução e adentrar num *shopping*. Já dentro do *shopping*, comprar um lanche ou pipoca e levar para a sala de projeção. Mas, no cinema da BPM, algumas restrições retardaram o processo de apropriação da sala. A coordenação não entendia que em Manguinhos a construção de um hábito cultural local é lenta e testa a constância. Se outrora o cinema estava longe, agora era nosso vizinho. Se antes, para os mais velhos, estava nas ruas, agora para os mais jovens estava nos badalados *shoppings* e, nesse momento, para os adolescentes e crianças de Manguinhos e adjacências, estava no nosso “quintal”. Mas, contudo, o ritual que cercava a ida ao cinema estava bem presente no imaginário cultural. Aí dava-se o conflito entre a administração, a equipe de produção, a vigilância, a equipe da limpeza e os usuários. As proibições de comer na sala de projeção eram os pontos de tensão. As inquietações das crianças, que trocavam de cadeiras e falavam alto, também eram combustíveis para esse incêndio. A pressa e a pressão para dar resultados estatísticos não lhes permitiam ver os resultados qualitativos, nessa transição e apropriação do cinema. Outra situação não compreendida pelos governantes e também pelos administradores era a apropriação da praça. Desde antes da inauguração da BPM, a população local tinha a praça como seu espaço de convívio. Famílias faziam piquenique, jovens praticavam diversos esportes (futebol americano, peladas, capoeira, *slackline*, *parkour*), além das brincadeiras populares, como jogo de queimada, pique bandeira e o *skate*, que findou por ganhar uma pista. Mas a resistência em permitir que moradores comerciantes ocupassem a praça com suas barraquinhas e carrinhos de pipocas, doces e lanches era grande. Não conseguiam entender que estar na praça implicava em consumir na praça, era conviver nela como em outras praças onde se veem esses mesmos elementos em perfeita harmonia com os visitantes. Atualmente a praça, que sobreviveu ao fechamento da BPM e da Casa da Mulher, é um ponto de encontro para diversos públicos e tribos, lá encontramos os *skatistas*, roqueiros, *funkeiros*, capoeiristas e pagodeiros e, em diversos horários, os praticantes de caminhadas e exercícios físicos. Acredito que o rompimento sofrido na mudança de gestão da BPM trará sérias consequências, caracterizando um retrocesso no interrompido processo de apropriação de todo esse espaço chamado Centro Cívico ou PAC.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E A GARANTIA DA PARTICIPAÇÃO: O NÚCLEO DE TERRAS E HABITAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Maria Lúcia de Pontes e João Helvécio

Origens do Núcleo de Terras e Habitação

A formulação originária da Defensoria Pública, que ainda não se consolidou em todos os estados do país, a despeito do que prescreve a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) em seu art. 134, cuja redação atual é fruto da Emenda Constitucional nº 80, era eminentemente individualista, focando a efetivação de direitos tradicionais, já fixados em parâmetros aceitáveis, tendo como função, apenas, compor um quadro de aparente regularidade formal, dotando os pobres de uma estrutura de defesa naquilo que lhes fosse mais elementar.

Estudiosos, de dentro e de fora do campo institucional, concluíram que a Defensoria Pública deveria ampliar sua atuação para o campo da proteção, garantia e efetivação de direitos transindividuais e coletivos e, sob tal perspectiva, a partir da década de 1980 a Instituição foi renovando sua orientação, alcançando inúmeras alterações legislativas que dotaram-na de ferramentas e instrumentos legitimadores no âmbito coletivo.

Neste contexto, e no mesmo ano em que o movimento popular de moradia do Rio de Janeiro conquistava o princípio da “não remoção” nos textos da Constituição do Estado e da Lei Orgânica do Município, 1989, a Defensoria Pública cria o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), adotando uma experiência existente na estrutura da Procuradoria do Estado, o Núcleo de Loteamentos, coordenado por Miguel Lanzellotti Baldez¹. Extinto logo em

¹ Procurador do Estado do Rio de Janeiro aposentado, articulou a criação do Núcleo de Terras na Defensoria, quando estava para ser extinto o Núcleo de Loteamentos da Procuradoria do Es-

seguida, o núcleo norteava sua atuação pela participação popular.

O Núcleo de Terras também estava passando por transformações quando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi apresentado à população do Rio em 2007, como promessa de dignidade territorial definitiva. Um projeto com a parceria inédita dos três entes federativos: estado, município e governo federal executariam intervenções urbanísticas em favelas do Rio, o PAC Favelas, despertando o deslumbramento das lideranças comunitárias, que passaram a disputar o programa.

Neste mesmo ano, o Rio recebia os XV Jogos Pan-Americanos, cuja chegada aprofundou as ameaças de remoções de comunidades localizadas principalmente na região de Jacarepaguá, Recreio e Barra da Tijuca.

As lideranças da comunidade do Canal do Anil, que passou a ser identificada pela mídia como a “favela do PAN”, em menção ao empreendimento imobiliário “Vila do Pan”, numa campanha publicitária que se iniciava para dar base social ao processo de remoção, se mobilizaram e colocaram em alerta outras comunidades, formando o Conselho Popular².

Naquele momento, os eventos internacionais que ocorreriam no Rio de Janeiro justificavam os investimentos que o poder público passou a fazer para atrair mais negócios para a cidade, o que garantia o ambiente perfeito para a realização do PAC.

Atuação em Mangueiros e no Alemão

O PAC foi apresentado como uma novidade no quesito participação popular, mas, apesar da expectativa criada, logo a prática mostrou que se repetiria a velha fórmula autoritária de atuação do poder público, sem apresentação e discussão prévia de projetos com os moradores das favelas.

O programa foi apresentado como o salvador da dignidade comunitária e os moradores que questionassem suas obras passavam a ser acusados pelos representantes do poder público de impedirem que as “melhorias” sonhadas por todos chegassem ao local, numa clara atitude de chantagem.

tado. Assessor popular e articulador de movimentos de defesa da moradia e da reforma agrária, como o Conselho Popular, parceria com a Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio.

2 Com a assessoria de Miguel Baldez e da Pastoral de Favelas, lideranças comunitárias formaram o Conselho Popular no ano de 2006, exigindo a presença do Núcleo de Terras em suas reuniões, que aconteciam na Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Outro aspecto perverso que se verificava era a postura de algumas lideranças de associações de moradores, que permaneciam reféns dos governos, para garantir a manutenção das obras na comunidade, desestimulando o exercício do direito dos moradores à informação e à participação ativa.

Manguinhos foi uma das primeiras comunidades escolhidas para receber o PAC Favelas e, em 2008, quando a intervenção chegou à Vila Turismo e com ela a ameaça de remoção, os moradores, aflitos pela falta de informação, pelo medo de perder suas moradias e sem o apoio da associação, criaram uma comissão para exercer a defesa de seus interesses e buscaram o apoio do Conselho Popular e do Núcleo de Terras.

Os defensores do Núcleo de Terras estavam absorvendo importantes lições das lutas comunitárias em sua atuação no Conselho Popular, momento em que a Comissão de Moradores da Vila Turismo trazia críticas às intervenções do PAC, e, reconhecendo a necessidade das intervenções urbanísticas, pretendiam discutir as obras e lutar por reassentamentos com dignidade. Seria possível?

Iniciamos reuniões periódicas na comunidade da Vila Turismo para ouvir os moradores e construir com eles uma estratégia de ação, contando com a participação de diversos parceiros e do Conselho Popular. A atuação ativa da Comissão de Moradores garantia a articulação e mobilização da população local, estimulando o exercício da crítica.

Trabalhamos nos encontros periódicos a defesa do direito à urbanização como parte integrante do conceito de moradia adequada e dignidade humana, substituindo a ideia de urbanização como “favor” para direito. Outro importante debate instalado no grupo tratou do dever de o governo intervir para melhorar as condições de vida na comunidade, garantindo o “não retrocesso” de práticas usuais, uma narrativa para combater a chantagem exercida contra os moradores que ousavam criticar o PAC.

A principal estratégia de defesa era manter os moradores mobilizados. Assim, iniciamos o projeto de registro de posse das casas, cuja ação contou com a parceria de cartórios de registro de títulos e documentos.

Muitos ofícios foram encaminhados ao município e ao estado, a fim de buscar respostas às demandas dos moradores da Vila Turismo, sendo o pedido de apresentação dos projetos o mais importante e que não foi respondido.

Com o objetivo de dar mais visibilidade às contradições representadas pelo PAC e denunciar as violações de direitos que estavam acontecendo, participamos de audiências públicas na Câmara Municipal do Rio e na Câmara Federal em Brasília e ainda notificamos o prefeito e o governador do Estado, além do presidente da República, ministro das Cidades, procurador de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e procurador da República, encaminhando cópia da notificação para a ONU.

Neste mesmo período, buscou o apoio do Núcleo de Terras um grupo de moradores do Complexo do Alemão, movidos pelo medo de serem removidos e tendo como principal queixa a insatisfação quanto à falta de solução para a perda de seus comércios. Esse grupo não conseguiu organizar reuniões internas na comunidade, restando claras duas coisas: primeiro, a dificuldade de os grupos organizados da comunidade acolherem todas as demandas que surgiam com a intervenção do PAC e, segundo, a falta de espaço na comunidade para a formação de grupos de moradores independentes dos grupos oficiais.

Assim, respeitando as dificuldades encontradas pelos moradores do Complexo do Alemão que procuraram a Defensoria, passamos a atendê-los no Sesc de Ramos, utilizando o projeto de Registro de Declaração de Posse aplicado na Vila Turismo, o qual visava dar mais segurança aos documentos com os quais eles poderiam demonstrar o exercício da posse/moradia por tempo superior a cinco anos.

Muitos atendimentos de moradores do Complexo do Alemão foram realizados durante o projeto de registro de posse no Sesc, o que funcionou como um canal de pressão para que aqueles que estivessem descontentes fossem recebidos pelas secretarias de governo. Não sendo alcançado acordo que satisfizesse a todos, ingressamos com ação judicial³ para garantir que os imóveis não fossem demolidos até uma solução negociada que respeitasse a moradia, o trabalho e os direitos sociais inscritos na CRFB, em seu art. 6º.

Vale lembrar que esta ação judicial chegou a paralisar as obras do PAC, causando um verdadeiro alarde no governo e na mídia. A reação do município, no entanto, foi rápida e o discurso de participação e respeito aos moradores foi definitivamente desmascarado, sendo os autores da ação acusados de

3 Processo 0009385-18.2010.8.19.0001.

ocuparem a rua e de não serem proprietários e, ainda, de estarem causando prejuízo a toda a favela, ao pedir a paralisação da implantação do programa que visava a melhoria social e econômica das condições daquela comunidade. Tal argumento convenceu o juiz, que revogou a liminar concedida, autorizando a demolição de todas as construções, moradias e comércios que estavam no caminho da obra de ampliação da via.

Os conflitos que chegavam à Defensoria não eram noticiados pela imprensa, dando uma falsa ideia de consenso em torno das obras do PAC nas favelas, o que se legitimava pela postura adotada pelas lideranças das associações de moradores, que não estimulavam a movimentação dos descontentes e não apoiavam suas demandas. Neste sentido, a atuação da Comissão de Moradores de Vila Turismo demonstrava ousadia e força.

Aprendizagem na mobilização

Os defensores em atuação no Núcleo de Terras, quando entraram em permanente contato com os moradores na própria comunidade, foram apreendendo lições a partir das trocas efetuadas com eles e das vivências que o território propicia. Assim, foram construindo uma forma de atuação na Defensoria, que sai do gabinete para a realidade das favelas e, principalmente, reconhece a capacidade de seus moradores mobilizados atuarem concretamente na formulação das estratégias de defesa.

A estagnação das obras do PAC e, como não poderia ser diferente, a assombrosa realidade que restou, seus escombros e armadilhas, enchentes, adoecimento, mortes, dor, casas semidestruídas – algumas ainda habitadas –, geraram a natural e absolutamente imprescindível mobilização de alguns moradores. E foi o sempre esperançoso e valente Beserra, que fazia parte da comissão criada em 2008, que procurou o Núcleo de Terras, após não ser atendida pelo Ministério Público, através de sua Ouvidoria⁴.

Os moradores rapidamente formaram uma nova comissão e, com a parceria dos professores e pesquisadores do Laboratório Territorial de Manguinhos

4 Foi encaminhado à Ouvidoria do Ministério Público um abaixo assinado de moradores de Manguinhos a respeito de uma obra do PAC sobre o Rio Faria Timbó, que estaria causando o represamento das águas das chuvas e provocando o aumento das enchentes no local. O Ministério Público remeteu ofício sobre a obra ao CREA/RJ e determinou o arquivamento do pedido de ajuda dos moradores.

(LTM), vinculado à Fiocruz, voltaram a se reunir. Em dezembro de 2015, a Defensoria Pública retomou sua participação no debate sobre o território, reiniciando a discussão no seio do NUTH acerca do papel que desempenharia na defesa dos moradores, cuja expectativa se vira amplamente frustrada pelo resultado do PAC.

Numa oficina inaugural, realizada pelo LTM em parceria com alguns moradores no Centro Comunitário de Defesa da Cidadania de Manguinhos, à qual compareceram cerca de 30 representantes de várias comunidades, restou como consenso a necessidade de apresentação de um relatório consolidado das realidades locais, com dados, gráficos, fotografias, uma espécie de raio-X de Manguinhos.

A demanda por um relatório que apoiasse o NUTH no acompanhamento e posterior ação coletiva convergiu para um movimento iniciado por moradores de Manguinhos junto ao Conselho Gestor Intersetorial (CGI) do Teias Escola Manguinhos, em outubro de 2015. Aos moradores agregaram-se pesquisadores do LTM, do Projeto Arquetando Intersubjetividades da Unisuam e do Laboratório Socioambiental Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UERJ (LSECAU), constituindo um grupo de trabalho para levantamento da situação atual do PAC Manguinhos. Foram realizadas várias oficinas ao longo do ano de 2016, com a participação de moradores de várias comunidades, para o mapeamento dos problemas deixados pelo PAC, o que resultou num denso relatório⁵. Também foram organizados encontros com o NUTH para discussões tanto dos problemas como das estratégias via Defensoria Pública para enfrentá-los.

Essa radiografia serviria, na sua construção, de ferramenta agregadora de todos os envolvidos – moradores, pesquisadores, professores, técnicos –, os quais precisariam catalogar os problemas e trocar informações e impressões acerca deles. Num outro patamar, quando já reunidas as informações, o relatório seria a base para instruir as ações administrativas, tais como debates, audiências públicas, encaminhamentos, ou mesmo judiciais, a partir do NUTH e também de outras frentes da Defensoria Pública, ante a complexidade de temas enfeixados nas violações promovidas, tanto por conta das obras, mas,

5 PIVETTA, F.; CUNHA, M. B.; CARDOSO, A. L. C (orgs.). PAC Manguinhos: problemas não resolvidos e recomendações: relatório. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ/ENSP, 2016. 50 p..

sobretudo, pela sua paralisação.

Em maio de 2016, durante evento nacional da Defensoria, foi realizada Audiência Pública na Vila Olímpica do Alemão, cujo tema escolhido pelos moradores foi a demora no cumprimento do cronograma de entrega das casas para mais de três mil famílias desalojadas pelas obras do PAC Alemão e por inundações/deslizamentos no local.

Essa demanda voltou a ganhar destaque com a suspensão do pagamento do aluguel social pelo Estado, atingindo não só as famílias que perderam suas casas por obras do PAC, como também por eventos da natureza, caso de enchentes e deslizamentos de encostas.

Diante da urgência suscitada pelo não pagamento do aluguel social, a estratégia teria que ser revisada, rediscutida e ampliada, alterando significativamente o formato e a dimensão das atividades, sendo proposta consensual a realização de Audiência Pública como o ato externo inaugural dessa nova fase de luta em defesa do território e dos direitos.

Como preparação para a Audiência Pública, foram realizados encontros de trabalho e, em julho, foi marcada reunião ampliada, que contou com mais de 250 pessoas de diversas comunidades, na quadra da Escola Estadual Luiz Carlos da Vila, um dos primeiros equipamentos públicos do PAC, hoje deteriorado, com seus professores e alunos pedindo socorro para mantê-lo. Após cerca de uma hora e meia de reunião, os presentes decidiram a pauta e os meios de locomoção para a Audiência Pública, que receberia uma marcha de um grupo de moradores.

A Audiência Pública “PAC Manguinhos, Alemão e Jacarezinho: questões habitacionais não resolvidas... Qual a solução?”, articulada pelos movimentos sociais das favelas de Manguinhos, Alemão e Jacarezinho a partir de suas ações junto ao NUTH, responsável por convocá-la, foi realizada no dia 31 de agosto de 2016.

Abertos os trabalhos, prestigiada por todos os integrantes da Administração Superior da Defensoria, notou-se a ausência dos principais responsáveis pelas drásticas consequências relatadas pelos moradores. O governo do Estado mandou representantes com pouquíssima, quase nenhuma, autonomia para encaminhamentos. O governo municipal, que também atuou e cessou projetos na região, justificou minutos antes a impossibilidade de comparecer, embora

tivesse confirmado presença.

Após inúmeras intervenções, conforme estabelecido na reunião preparatória, as representações dos órgãos governamentais puderam apresentar suas justificativas, que foram, em grande parte, meras e inaceitáveis desculpas.

Se a Audiência Pública não teve frutos concretos, consistentes na resposta efetiva do governo às demandas, foi rica e abundante fonte de sinergia. Ali foi possível aos participantes identificar-se na pessoa do outro, ver que a luta de um é a luta de todos, em cujo processo identificou-se a necessidade racional e afetiva de caminhar conjuntamente, elaborar pautas comuns e enfrentar as questões com lastro na organização e na participação efetiva nos ambientes de decisão.

O PAC Favelas contribuiu para aprofundar e criar novas vulnerabilidades para os moradores, algumas visíveis em obras abandonadas e casas danificadas, como no caso da Rua São José em Manguinhos, hoje afundando literalmente por culpa das obras realizadas em seu entorno. Outras, invisíveis, como as casas demolidas pelo PAC, cujos donos se transformaram em moradores sem teto do Rio de Janeiro, que todos os meses temem não receber os valores irrisórios de aluguel social, enquanto aguardam as prometidas unidades habitacionais.

As diferentes realidades e necessidades fizeram com que as pessoas reunidas na Audiência Pública voltassem a caminhar separadamente. Entretanto, consolidou-se uma rede de apoio, constituída de grupos unificados por interesses comuns e assim tendo atendimentos específicos no Núcleo de Terras. O encontro de todos, provocado pelo trabalho coletivo da Comissão de Moradores de Manguinhos, foi o disparador da mobilização, que deu ânimo e potencializou cada luta particular, demonstrando a possibilidade de uma luta coletiva que respeite as diferenças e as diversidades.

Vale destacar que as favelas são territórios coletivos, construídos por trabalhadores para responder a uma necessidade primária do ser humano, a moradia. Esses territórios recebem a marca na propaganda oficial de serem locais onde o Estado não PODE intervir, por estarem sujeitos ao chamado “poder paralelo”.

Acontece que tal afirmação restou confrontada pela nossa experiência no

processo de resistência de um grupo de moradores, que se uniu em torno da defesa legítima da sua moradia e da de seus vizinhos durante a execução do PAC Favelas, ocasião em que observamos o domínio absoluto dos representantes dos governos nas ações executadas, indiciando, no mínimo, um acordo de cooperação entre todos os “donos” do poder local, cabendo ao Estado a coordenação deste “enlace”.

Neste contexto, explica-se o isolamento daqueles moradores, que simplesmente trabalham e necessitam do espaço territorial para (sobre)viver com suas famílias, quando suas demandas confrontaram os termos dos acordos delineados e coordenados pelo Estado⁶, cuja postura ensejou a necessidade da organização autônoma local. Também por isso, os moradores encontraram um ambiente bastante inóspito para sua organização, como aconteceu no Complexo do Alemão. Devido ao tamanho da violação anunciada, no entanto, ganhou forma em Mangueiras a Comissão de Moradores, que demonstrou a potencialidade da ação conjunta de moradores unificados e mobilizados com aqueles de outras favelas e, ainda, com grupos que entendem a luta por direitos humanos como um exercício fundamental para capacitar a formulação de estratégias amplas, que possam responder às demandas permanentes que antecedem e sucedem ao PAC Favelas.

6 Estado aqui está designando União, Estado e Município.

SANEAMENTO BÁSICO: INCOMPLETUDE COMO NORMA

José Stelberto Porto Soares

As ideias aqui expostas são decorrentes do diálogo entre pesquisadores, técnicos e moradores sobre os desafios do saneamento básico em favelas do Rio de Janeiro, em especial em Manguinhos. Diálogo que se iniciou em duas entrevistas que dei a pesquisadores da Fiocruz. Uma concedida ao Laboratório Territorial de Manguinhos da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, a outra, ao Departamento de Patrimônio Histórico e Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, no segundo semestre de 2009, no âmbito de projetos de pesquisa sobre o PAC Manguinhos. E, mais recentemente, pude atualizar esse diálogo participando dos encontros para organização desta coletânea, ocorridos no ano de 2017.

Busquei aqui reunir, brevemente, minhas reflexões sobre a permanente incompletude e má qualidade das obras de saneamento em favelas, assim como sobre as soluções possíveis, levadas a termo ou não, pelos diversos programas de urbanização de que participei, ora como técnico da Secretaria de Habitação da Prefeitura, ora como engenheiro da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) ou, ainda, como diretor do Sindicato dos Engenheiros e do Clube de Engenharia do Estado do Rio de Janeiro.

Apesar de as intervenções em favelas terem sido intensificadas no governo Leonel Brizola¹, com o mutirão, inicialmente não remunerado e depois remu-

1 No primeiro governo Brizola (1983-1987), foi criado o Programa de Favelas da CEDAE (PROFACE). O programa teve três fases, estendendo-se de 1983 a 1994. Entre 1983 e 1986, era executado pela administração direta do Estado e compreendia principalmente o fornecimento e a distribuição de água, sendo complementado em cada localidade com os mutirões pré-existentes de esgotamento sanitário. De 1987 a 1990, o programa teve o nome mudado para SANEAR, mantendo-se os mesmos serviços. A execução, porém, foi transferida da alçada da administração direta para terceiros e incorporou equipes locais, que realizavam os mutirões. Na terceira fase, nos anos de 1991 a 1994, foi criada na estrutura da CEDAE a Superintendência de Programas Especiais, que passou a administrá-lo e ampliou-o para todas as favelas do Estado. Propunha também incorporar a participação da comunidade ao processo de intervenção, respeitar as características físico-territoriais e culturais encontradas, aproveitar os sistemas de saneamento existentes, além de otimizar os investimentos através da integração de outros órgãos públicos.

nerado, da Secretaria de Desenvolvimento Social e, mais à frente, com a criação da Secretaria Municipal de Habitação, que implantou o programa Favela-Bairro, os problemas persistem. Ainda assistimos ao sucateamento do sistema de saneamento básico no Rio de Janeiro. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) não foi concluído até hoje, embora uma exorbitância de recursos tenha sido investida desde seu lançamento, em 1994.

Em Manguinhos, foi executado o Prosanear, programa do Banco Mundial (BIRD) para as favelas, que os moradores passaram a chamar de *pró sacanear*, tal foi a má qualidade das intervenções, cujas obras foram realizadas no início da década de 1990, embora o projeto original fosse muito bem estruturado. Mais recentemente, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também não resolveu o problema, por isso a necessidade de voltar a debater questões que venho colocando há cerca de 30 anos, as quais vou resumir a seguir, bem como levantar outras ainda pendentes e tentar entender o porquê. Como de costume nos projetos para as favelas, e não foi diferente nas intervenções do PAC, as obras não têm projetos técnicos.

Programas de Saneamento e Urbanização de favelas no Rio de Janeiro: obras inacabadas e inadequadas

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, há uma enorme quantidade de obras sem finalização. As mais recentes foram as do PAC Favelas e aquelas relacionadas às intervenções na cidade em função das Olimpíadas e de outros grandes eventos. Com os mesmos e eternos problemas ocorridos nos demais, porém com um diferencial, a prisão e os processos judiciais contra autoridades e executores².

No saneamento e urbanização de áreas de baixa renda, desde longa data, a não finalização é norma. Seja no Baixada Viva, antigo Nova Baixada, programa de urbanização na Baixada Fluminense desencadeado em 1997, com regiões licitadas mas não executadas, seja no PAC Favelas, com as falhas gritantes em

2 A respeito dos processos e prisões contra autoridades responsáveis pelo PAC Favelas, ver as reportagens: Fonte de propina de Sérgio Cabral, PAC das favelas deixou obras inacabadas, disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/fonte-de-propina-de-sergio-cabral-pac-das-favelas-deixou-obras-inacabadas-20542726.html>, acesso em: 21 set. 2018; e Sérgio Cabral pega 47 anos de prisão por propinas nas obras do PAC Favelas, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/sergio-cabral-pega-47-anos-de-prisao-por-propinas-nas-obras-do-pac-favelas/>, acesso em: 21 set. 2018.

Manguinhos e no Alemão, ou mesmo no Favela-Bairro, iniciado em 1995, entre outros projetos e programas lançados nas décadas de 1980-90.

Nas áreas formais da cidade, a incompletude também acontece com o PDBG e com o Túnel Extravasador, projetado para escoar o excesso das chuvas da bacia do Mangue na Praça da Bandeira, começado em 1972, hoje com menos de um quarto construído. Ainda podemos citar como exemplos o Reconstrução Rio, programa de controle de inundações da Baixada Fluminense, em que a barragem do Rio Dona Eugênia nunca foi realizada, o Emissário de Ipanema, cuja unidade de tratamento originalmente prevista não foi executada, o Emissário da Barra, até hoje sem coleta em parte da região, assim como os piscinões. Nenhum programa completou o estabelecido inicialmente no lançamento.

O Favela-Bairro, exemplo icônico, com prêmios internacionais de urbanização e um grande *marketing*, não foi capaz de planejar a operação e manutenção do construído para o esgotamento sanitário, mesmo não tendo incluído no projeto nenhuma das maiores favelas da cidade, como Manguinhos. As redes, estações de tratamento e elevatórias construídas foram repassadas à CEDAE, mas não recebidas por ela, ficando ao Deus dará. Tempos depois, das 35 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) construídas, apenas duas funcionavam. Das 82 Estações Elevatórias de Esgoto (EEE), apenas três funcionavam, assim como os cerca de 600 km de redes estavam se deteriorando, sem manutenção e operação. As autoridades e executores do programa foram incapazes de combinar com a CEDAE um acordo na época. Neste mesmo Favela-Bairro, a regularização fundiária não foi implementada, apesar de ser um dos objetivos do programa, o que também ocorreu no PAC.

E por que isso acontece? Falta de planejamento, de comprometimento, de respeito à cidade e à população. Formas erradas de implementar uma política pública, sem ouvir os principais interessados, os moradores, e sem integrar os próprios órgãos do Estado que irão implementar as ações. Enfim, sem planejar técnica e democraticamente.

A desconsideração pelo social, principalmente quando o objeto é a favela, é fato. Favelado não paga nada, e o que for feito lá é lucro para os moradores, alguns dizem, outros apenas pensam, e o resultado é o que conhecemos. É difícil considerar o que vemos como sendo de fato uma política pública, particularmente nas intervenções no saneamento em favelas e loteamentos clandestinos e

irregulares. A maioria das ações de governo é feita sem planejamento: são programas lançados em função dos recursos que aparecem. Projetos elaborados às pressas para aproveitar os tais recursos, sem planejamento adequado, gerando obras intermináveis ou abandonadas e os conhecidos aditivos, e nunca a definição dos projetos executivos.

Quando se realiza uma obra e ela não alcança o objetivo para o qual foi pensada, a pergunta é: foi mal construída ou foi mal projetada? Normalmente foi mal planejada, por falta de tempo, incompetência ou má-fé. Não funciona quando é projetada dentro das normas técnicas mas desconhece alguma particularidade local que vai impedir sua operação. Isto acontece por causa da elaboração sempre açodada dos projetos, por má intenção dos gestores ou, ainda, por falta de fiscalização.

Vale dar um exemplo: o chamado sistema separador absoluto na construção de redes de esgotamento sanitário e drenagem. Ele não funciona na maioria das intervenções atuais e, portanto, também nas áreas de baixa renda, inclusive nas obras do PAC Favelas.

Esgotos devem estar separados da água de chuva. Idealmente as águas de chuva devem ir para os corpos hídricos (rio, lagos, mar etc.) e os esgotos, para as redes públicas de tratamento final. O detalhe é que, quando os governos constroem as duas redes nas vias, o antigo tubo que o cidadão lançava no valão com tudo junto é agora ligado à rede de esgoto construída separadamente. Quando não está chovendo, os esgotos estão sendo escoados para a nova rede construída, como manda a norma, somente esgoto sanitário. Mas, quando chove, o tubo novo recebe e transporta a chuva dos telhados, laje ou quintal que já era lançada nele. Ocorre que este tubo é calculado apenas de acordo com as normas para os esgotos e não para receber água de chuva, ou seja, ele tem uma capacidade de receber em média meio litro por km como taxa de infiltração de norma, mas recebe água da chuva não prevista e em quantidades muito superiores.

Explicando melhor. Consideremos uma comunidade que tenha ruas ou becos com valões a céu aberto e sem pavimentação. Os moradores constroem suas residências escoando o esgoto sanitário por algum tubo até o valão mais próximo. Neste tubo conectado ao valão, ele liga os esgotos de seu banheiro, cozinha e tanque e também a água de chuva do telhado, laje e quintal. Vai

tudo junto no mesmo tubo para o valão. Assim “funciona” o sistema, com frequência, nas áreas sem urbanização. O que acontece quando o Estado entra para acabar com os valões e construir os esgotos sanitários e o escoamento das águas pluviais (a drenagem), pavimentando a região? Instala tubos para escoar as águas de chuva (drenagem), com as grelhas (ralos) para captar as águas junto ao meio-fio (sarjetas) e põe também tubos para coletar somente os esgotos sanitários e águas servidas (tanque, etc.) das residências.

O que sobrevém então? Os tampões começam a extravasar, jogando para fora água de chuva com esgoto, que corre pela pavimentação, entra pelas grelhas junto ao meio-fio e, finalmente, penetra nas tubulações de drenagem e desemboca nos corpos hídricos (rios, lagos, mar etc.), poluindo-os. Essa é a realidade, hoje, de todas as obras construídas no Rio de Janeiro: gastam-se recursos para construir duas redes separadas, uma para esgotos sanitários e outra para drenagem, e quando chove mistura tudo. É dinheiro jogado fora, levando a poluição aos corpos hídricos.

Como solucionar isso? Construindo um sistema unitário (água de chuva junto ao esgoto), o que hoje é ilegal, ou entrando em cada lote ou residência e separando os esgotos da água de chuva. Um caso em que tal procedimento deveria ter sido feito, por exemplo, foi no da obra na comunidade da Babilônia, no Leme, no âmbito do PAC Favelas. Lá, quando chove, os esgotos vão para a drenagem, mas, em chuvas mais fortes, chegam à praia do Leme/Copacabana, ícone turístico mundial. É importante informar que na própria área formal do Leme existem inúmeros prédios que têm seus esgotamentos sanitários ligados à rede de drenagem, indo também para a praia em chuvas intensas. Esse não é um problema apenas das obras realizadas na comunidade da Babilônia.

Todas as obras executadas pelo município ou Estado nas áreas já ocupadas habitacionalmente não fazem essa separação dentro do lote do cidadão, acarretando o problema mencionado. O projeto, muitas vezes, até tem recursos que poderiam ser usados para a separação dentro dos lotes, mas ela nunca é feita. Os motivos são diversos, tais como o morador ausente de sua casa, o que atrasa a obra, ou mesmo a decisão da empreiteira de não querer ou não ter previsão de pagar horas extras aos operários para que estes trabalhem nos fins de semana, quando a maioria dos moradores está em casa. Enfim, tais motivos impedem o cumprimento da finalidade da obra, que é funcionar

adequadamente. Todos sabem que o sistema que separa os esgotos sanitários das águas de chuva não vai funcionar quando chover, mas se omitem ou são obrigados a aceitar por decisões superiores e políticas.

Experiências que nos fazem refletir

Nos programas de saneamento e urbanização de favelas, em geral, não vemos o planejamento e o projeto técnico plenamente realizados e, quando alguma solução é estudada adequadamente, ela acaba não sendo aproveitada. Um exemplo marcante foram os estudos feitos pelo arquiteto e urbanista Luiz Carlos Toledo para a Rocinha. Seu escritório venceu, em 2006, o concurso do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), que fora contratado pelo governo estadual para organizá-lo com o objetivo de receber propostas de intervenções públicas que integrariam o Plano Diretor da Rocinha (PDR). A construção do plano coordenado pelo arquiteto foi baseada na participação popular e na seleção de uma área-piloto para o início das intervenções, considerada como estratégia de implementação a curto prazo, que, posteriormente, seria aplicada a toda comunidade. A ideia central do PDR foi priorizar o saneamento e articular todas as soluções de moradia, mobilidade e convivência.

Esse plano detalhado e participativo não foi aproveitado pelos governos estadual e municipal por ocasião do PAC, e o resultado foi a opção do Estado pela construção do teleférico, recusado pela comunidade. A prioridade dos moradores era o saneamento básico.

Em Manguinhos, o referido Prosanear, levado a cabo pela CEDAE, construiu redes de esgotos sanitários sem construir sistema de drenagem, o que fez com que os moradores tentassem escoar as águas de chuva pelas tubulações de esgotamento sanitário, entupindo-as e reduzindo sua vida útil. Vimos também o Plano de Desenvolvimento Urbanístico (PDU) (CONSÓRCIO PAA AGRAR, 2004)³, da prefeitura, começar a ser elaborado. Quando se estudava a solução para as enchentes – galeria de cintura para impedir a entrada de água de chuva de fora da área, muratas e comportas, dique e criação de bacias de acumulação para as águas de chuva no interior de Manguinhos, entre outras propostas –, veio o PAC Favelas construir a elevação da linha férrea. A comunidade, no entanto, tinha outras prioridades, das

3 CONSÓRCIO PAA AGRAR. Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos – Relatório de Diagnóstico, 2004. (impresso).

quais a principal era a prevenção das enchentes.

Em Manguinhos, os rios são cursos de dejetos, lixo e sedimentos e extravasam sempre para dentro das comunidades, o que requer ação de proteção. Algo difícil hoje, exigindo um programa amplo de proteção dos cursos d'água, visto que os próprios órgãos do Estado não têm dados sobre a qualidade deles. Exemplos em Manguinhos são os rios Faria-Timbó e Jacaré, cloacas a céu aberto.

No Complexo do Alemão, o governo estadual erigiu como símbolo do PAC o teleférico, que jamais foi prioridade para os moradores. As demais obras de mobilidade e saneamento, hoje inconclusas, não resolveram as carências das comunidades. O teleférico está sem operação desde outubro de 2016, um elefante branco que representa a irresponsabilidade dos governantes.

O PAC em Manguinhos e no Alemão foi uma grande vitrine, razão pela qual começou pela elevação da via férrea e pelo teleférico, não priorizando as demandas da população e causando enorme frustração e transtorno.

A questão fundamental não é técnica, é política. Falta abrir o planejamento das obras à participação de todos os interessados, principalmente os moradores, faltam transparência e democracia. É preciso unidade entre as entidades e a população para acompanhar o desenvolvimento de projetos e intervenções, criando uma massa crítica que pressione por estudos adequados, obras corretas e respeito ao cidadão.

A precariedade do saneamento básico e as enchentes em Manguinhos

Prosanear e PAC não resolveram o problema da drenagem pluvial, cuja solução é central para Manguinhos. Por ser uma região de manguezal, não é possível fazer o esgotamento sanitário e a distribuição de água sem equacionar a drenagem.

A cada chuva forte, os Rios Faria-Timbó e Jacaré “botam água pra dentro”, ou seja, transbordam e invadem as ruas e casas, principalmente na parte mais baixa, onde ficam o Parque João Goulart, CHP2 e Vila Turismo. É o que vimos falando há muito tempo: sem resolver o problema da drenagem perde-se toda a qualidade das obras de saneamento, ou seja, o sistema de esgotamento sanitário não funciona adequadamente.

Para entendermos: o saneamento básico, considerado classicamente, é formado por quatro componentes: água para beber, esgotamento sanitário, dre-

nagem – que é esgotamento de água de chuva – e lixo. Na linguagem comum, fala-se muito de saneamento básico referindo-se apenas ao esgoto. Hoje, dá-se ênfase ao saneamento ambiental, algo muito maior, muito mais amplo em qualidade de vida.

Fazer a rede de esgoto em Manguinhos, sem a drenagem, significa que, com qualquer chuva, a população naturalmente vai tentar escoar a água de chuva através do esgoto. Então, os detritos e sedimentos entram pela tubulação, assoando-a e/ou desgastando-a até o limite, e ela para de funcionar.

A drenagem tem que ser feita para escoar água de chuva, e tem que ser dada uma solução para as águas de chuva em Manguinhos. Isso não foi feito no Prosanear, e parece que no PAC também não, ou fizeram de forma inadequada. Fizeram uma parte da rede de esgoto, sem resolver a drenagem pluvial.

O PDU, desenvolvido para Manguinhos entre 2003-2004, estabelecia que a primeira fase deveria resolver o problema mais premente: para urbanizar a área, é preciso impedir que ela seja um reservatório de água. Para isso, a proposta era fazer uma grande galeria de cintura pela Avenida dos Democráticos, impossibilitando que a água de fora, por exemplo, do bairro de Higienópolis, entrasse em Manguinhos. Outra questão era impedir que os rios transbordassem para dentro de Manguinhos, seja o Faria-Timbó, seja o Jacaré. Com uma galeria de cintura recebendo toda água na Democráticos, levando-a para o Jacaré ou para o Faria Timbó, com uma pequena mureta na beira dos rios para manter a altura, e com as saídas de drenagem com comportas *flap*, que são fechadas pela própria movimentação da água, impedir-se-ia que as águas de fora entrassem nas áreas de Manguinhos. Só a água de chuva, de cima, caindo na vertical, atingiria Manguinhos. Fazendo a galeria de cintura e evitando que a água de fora entrasse, se o rio estivesse alto, as comportas permanecessem fechadas e a chuva não pudesse sair, esta ficaria acumulada sob as torres da Light. Teria ali o que nós chamamos de bacia de acumulação, mas em área contida, sem entrar nas casas, sem invadir as ruas.

Assim, as ruas não encheriam, seriam as bacias de acumulação que receberiam a água de chuva. Quando a chuva para, as bacias se esvaziam. Esse é o sistema para impedir que as ruas fiquem embaixo d'água: acumular a água em um campo, em uma quadra. Parou de chover, o rio escoou, e a bacia esvazia. Isso é muito usado no exterior, inclusive em áreas de degelo. É uma forma de

minorar o problema, reduzir as enchentes.

Resolvendo o problema básico da drenagem, é possível então fazer um esgoto adequado e a distribuição de água correta, sem problema de contaminação. Uma área cheia de água de chuva, misturada com esgoto e lixo, e com os tubos de água de beber passando por ali, é um grande fator de contaminação, de problemas de saúde. Após a drenagem das cheias, das enchentes, pode-se urbanizar a área, fornecer água e tratar esgoto, melhorar as condições de circulação, resolver o transporte, e assim induzir ao crescimento, o que configura todo um plano de desenvolvimento local.

A situação de Manguinhos no pós PAC nos mostra que esses problemas não foram apropriadamente enfrentados. Manguinhos sofreu cinco grandes enchentes após as intervenções do PAC: em abril de 2010, dezembro de 2013, março de 2015 e, no ano de 2016, foram duas, nos meses de março e dezembro. A enchente de 2010 inundou os prédios do conjunto do DSUP, obra do PAC inaugurada em dezembro de 2009 e ocupada pelos moradores no mês seguinte.

A persistência das enchentes em Manguinhos revela que as obras do PAC não foram realizadas a partir de estudos e projetos técnicos pertinentes. Também existem planos de manutenção para dragagem dos rios, problema este apontado no diagnóstico:

Percebe-se, portanto, a inexistência de planejamento plurianual para atendimento das diversas bacias de drenagem. A existência dos chamados Contratos de Manutenção Anuais que atendem a cada Área de Planejamento parece restringir a capacidade de planejamento para horizontes mais longos. Não foram identificados na Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) planos de intervenção na área, e não existem planos de dragagem programados para execução no Rio Jacaré, Faria-Timbó e para o Canal do Cunha na SERLA e na Fundação Municipal Rio Águas. Como já citado, obras havidas e em execução seguem as dotações orçamentárias destes órgãos conforme necessidades imediatas. Estas obras têm sido executadas somente pela Fundação Municipal Rio Águas, na falta de Planos da SERLA e dotações outras do Estado do Rio de Janeiro para estes setores. (CONSÓRCIO PAA AGRAR, 2004, p.95).

Enfim, a situação do saneamento básico em Manguinhos segue um “problema não resolvido”⁴.

4 PIVETTA, Fátima et al. *PAC Manguinhos. Problemas não resolvidos e recomendações*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP, 2016. Relatório de Pesquisa. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/def4d76a79608f7d45a76aea18030c016661f48b.PDF>. Acesso em: 17 nov. 2017.

“VOCÊ NÃO TÁ VENDENDO, NÃO?” – O DISPOSITIVO AUDIOVISUAL E AS INVISIBILIDADES DO PAC MANGUINHOS

Fabiana Melo Sousa

Este é um ensaio em que discuto as tensões entre ser moradora de favela e produtora audiovisual, a partir da experiência de produção dos documentários PAC Manguinhos: o futuro a Deus pertence? (2008) e PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança (2009), realizados no âmbito do Laboratório Territorial de Manguinhos/FIOCRUZ (LTM) entre os anos de 2007 e 2009. O dispositivo audiovisual foi um importante mediador entre as narrativas construídas pelos moradores de Manguinhos e a pesquisa do LTM sobre o impacto das obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). No entanto, o que me mobiliza nessa reflexão são as tensões que vivenciei, pois eu habitava um espaço fronteiro entre ser moradora/pesquisadora/produtora de Manguinhos, um lugar que exigiu atenção frente às dificuldades e aprendizados.

*

Antônia, moradora da extinta favela Mandela de Pedra, em Manguinhos/RJ¹, me entrega um documento de desapropriação de sua casa. Era um Termo de Compromisso que continha seu nome, RG e CPF, e em cujo texto afirmava-se que “a proprietária concorda plenamente em receber o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais)” pela sua casa.

O mesmo documento, porém, não trazia nenhum carimbo ou assinatura oficial por parte dos governos ou do consórcio responsável pelas obras do PAC Manguinhos. Ao final da sequência, o papel em plano detalhe está em minhas mãos e, após um breve silêncio, é possível escutar em *off* minha pergunta: “Mas eles não assinam nada?”. A resposta firme e desconcertante da moradora abalou o meu lugar de pesquisadora e produtora audiovisual, pois

1 PAC MANGUINHOS: promessa, desconfiança, esperança. Direção: Fabiana Melo Sousa. 2009. Minutagem 21’31” a 22’16”.

a experiência com entrevistas em favelas, aliada ao fato de ser favelada desde criança, orientava meu olhar para uma certa previsibilidade das respostas às minhas perguntas. O ano era 2009, mas ainda me lembro da sensação de angústia todas as vezes em que revejo esse trecho no filme.

Essa angústia se expressa no registro de imagens do documento que representava uma série de violações de direitos que os moradores viviam naquele momento, mas também no silêncio que se estabeleceu após minha indignação. Antônia me desestruturou, pois não havia o que questionar, era aquilo mesmo que eu estava vendo.

O silêncio orientou meus ouvidos durante a realização dos documentários na série PAC Manguinhos, já que era preciso escutar com atenção os depoimentos de meus vizinhos e, ao mesmo tempo, saber escutar o que não diziam, ou não poderiam dizer.

Meus olhos, como quem quisesse enxergar o som, ganharam outros direcionamentos também. Os entrevistados, assim como eu, percebiam a diferença entre as imagens apresentadas nas janelas de nossas televisões e aquelas que surgiam quando abríamos as janelas de nossas casas: entre as promessas de um Manguinhos transformado para melhor e a desconfiança de quem constatava diversos problemas na implementação de mais uma política pública no território.

Incomodavam-me as imagens da indústria cultural (jornais impressos e televisivos) que mostravam um território que iria se transformar para melhor, sem correspondência com a situação cotidiana, em que destacavam-se os entulhos abandonados das casas removidas, as dezenas de sacos de areias acumulados nas ruas, a poeira, a falta de água ou o barulho ensurdecedor das máquinas trabalhando. Isso sem falar na incerteza sobre as remoções e quanto aos prazos de início e término das obras. Essas imagens não tinham espaço nos discursos oficiais.

Coordenavam a produção eu e Ludmila Oliveira. Ela, nascida e criada no Parque João Goulart, uma das 17 localidades do conjunto de favelas de Manguinhos, e estudante de ciências sociais iniciando sua inserção em vídeo, além de pesquisadora do LTM desde a adolescência. Eu, cria da Rocinha e recém-chegada à Vila Turismo, também situada em Manguinhos, com formação na TV Tagarela e estudante de direção cinematográfica na Escola de

Cinema Darcy Ribeiro, estava saindo da experiência em produção audiovisual de três anos no aTreVer em Manguinhos².

O “fazer audiovisual”, que desde sempre pratiquei, foi construído de forma orgânica na favela, nos becos e ruas, com pessoas perguntando “é para a Globo?”, em meio ao ambiente favelado, que não parava e se organizava para que eu pudesse filmar. Afinal, o grande cenário não era um estúdio controlado e, sim, a favela.

No entanto, não presumi que eu poderia usar essa mesma experiência de produção naquele território, pois algo de novo se apresentava e era preciso fazer emergir imagens potentes diante da intensidade de acontecimentos urgentes.

A urgência em certos momentos colidia com as dinâmicas de produção, pois mesmo as experiências de “comunicação favelada” dialogam com o que tradicionalmente praticavam os primeiros documentários, nos quais “importava mais o que filmavam do que como filmavam” (NICHOLS, 2012, p.121), exigindo, portanto, certa distância entre o documentarista e a realidade que o cerca, para fazer valer a metodologia de produção, considerando a melhor luz, os direitos de imagem e as autorizações para filmar. Não havia tempo, tínhamos que iniciar o trabalho.

A metodologia sofre uma inversão, assim como propõem alguns cartógrafos/filósofos (PASSOS; BARROS, 2015): o *metá-hódos*, no qual as metas pré-fixadas orientam o caminho, dá lugar ao *hódos-metá*, em que o caminhar dará as pistas que direcionam esse processo.

Sendo assim, necessitava estar atenta ao que o próprio processo iria ensinar e, nessa prática, aprender qual o melhor caminho, cujo objetivo era fazer um vídeo que correspondesse às nossas utopias, denunciasse as violações de direitos que vivíamos e transformasse a realidade. Lancei-me.

A interseção entre ser moradora/pesquisadora/documentarista me colocava diante de um constante sentimento fronteiriço, negociado internamente e externamente quando tínhamos que nos posicionar frente aos desafios encontrados durante a produção.

No entanto, apesar das tensões, algo nos mobilizava desde o início:

2 O aTreVer de Manguinhos é um núcleo de comunicação comunitária da ONG RedeCCAP. Saiba mais em <http://www.redeccap.org.br/quemsomos.html>. Acesso em: 31 jul. 2018.

privilegiar o ponto de vista do morador nas imagens e depoimentos. O morador não estaria na posição de entrevistado ou informante da pesquisa/vídeo, mas valorizado pelo seu conhecimento do território.

Era uma orientação difícil de manter, pois aquele era um momento de muitas disputas entre governos (federal, estadual, municipal), instituições (saúde, habitação, educação, cultura) e sociedade civil (Associação de Moradores, ONGs) ou mesmo pesquisadores de diversas áreas.

Essa disputa não se deu apenas no território tangível, mas também nos afetos que ali circulavam, e que eram produzidos sobre Manguinhos nas imagens dos jornais televisivos e impressos, que procuravam noticiar uma região que o então presidente Lula escolhera para ser contemplada pelo PAC.

Muitas versões sobre a escolha do presidente circulavam e, a mais famosa, conta que Lula sobrevoava Manguinhos de helicóptero e, ao se comover com a situação da região, escolhe o território para receber as obras do PAC Favela. Mas existem outras versões...

Outro presidente, o da Associação de Moradores de uma das favelas, me concedeu uma entrevista afirmando que ele e seu vice haviam trazido as obras para a região. Tudo gravado, cortado do filme e arquivado, num movimento de cuidado permanente que tínhamos que ter. Afinal, eram muitos os “donos do PAC”, e nós, apenas duas moradoras registrando as histórias de nossos vizinhos. Não era possível gravar e ir embora, pois permanecíamos ali, em nossas casas, abrindo as janelas da televisão, que davam para uma representação utópica do que viria a ser aquele cenário, e as de nossas casas, que se deparavam com uma realidade em 3D: o som, o cheiro e o chão de Manguinhos.

Com as visitas presidenciais e de representantes dos governos na região, as pessoas de fora de Manguinhos alimentavam-se das imagens da televisão, divulgadas sempre em contraste com a realidade da pobreza e violência do território: o croqui desenhado da elevação da linha férrea, do Centro Cívico e dos conjuntos habitacionais trazendo a promessa de mudanças, em oposição às imagens da pobreza, por exemplo, do Mandela de Pedra, da cracolândia, da falta de saneamento básico.

Manguinhos passa a ganhar visibilidade na mídia com a promessa da piscina, da Biblioteca Parque, da elevação da Linha Férrea e dos conjuntos

habitacionais. Essas imagens, alinhadas aos discursos de verdadeiras transformações, alimentavam de esperança o Rio de Janeiro de um modo geral: certamente a realidade de pobreza iria mudar para sempre, havia sinais em todas as partes, como na frase “Manguinhos vai mudar”³, escrita na blusa da técnica que cadastrava as casas a serem removidas do Mandela de Pedra.

Era um “bombardeio midiático”: a “maquete, o croqui desenhado, fazendo o vínculo de que tudo vai ficar lindo”, como afirma Patrícia Evangelista⁴ em entrevista. Mas essa “arma” é usada tendo como principal munição os discursos midiáticos mais tradicionais sobre tais territórios, que possuem um lugar central na produção de sentidos sobre o que são as favelas cariocas.

Uma questão, já há muito tempo debatida pelos grupos de comunicação popular, como O Observatório de Favelas⁵, chama atenção para o discurso que escolhe como eixo principal a ausência, através do qual “fala-se no que falta: no que ela não é ou no que ela não tem.” (apud GIANNOTTI, 2016, p.52). Além deste, outro eixo é a “homogeneização”, que transforma as representações das favelas em um todo igual, sem levar em conta as diferenças de construções históricas e características culturais de cada uma delas.

É um discurso reproduzido em toda a cidade e não foi diferente no PAC Manguinhos. A polêmica entrevista de Ícaro Moreno, então presidente da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP)⁶, é um forte exemplo desse conceito de favelas, comumente reproduzido:

Entregamos as casas agora do Complexo do Alemão e as pessoas ainda não se mudaram porque estão fazendo um curso, curso de como se viver em comunidade: como é que se vive num prédio? Como é um síndico? Quais são as regras? [...] Você tem que pagar as contas, todo mundo paga, errado é quem não paga. [...] Como é um condomínio, como é o lixo? Como se comporta? [...]

O trecho da entrevista, que também compõe o segundo documentário da série PAC Manguinhos, teve um tratamento diferente ao dado à liderança que se

3 PAC MANGUINHOS: promessa, desconfiança, esperança. Minutagem 0’24’09 a 0’25’09.

4 Ibidem. Minutagem 0’35’09 a 0’35’11.

5 Livro *O que é Favela, afinal?* Observatório de Favelas. 2009. (Apud GIANNOTTI, 2016, p.52).

6 Órgão da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro, responsável pelo PAC Favelas.

7 PAC MANGUINHOS: promessa, desconfiança, esperança. Minutagem 35’36” a 36’47”.

disse “dona das obras”, uma vez que não cortamos e arquivamos a entrevista. Por motivo de autoproteção, o não corte foi o procedimento utilizado diante do que estávamos escutando, e no documentário é possível acompanhar o raciocínio do gestor durante longo 1’10”.

Atenta à experiência que tive com Antônia, narrada anteriormente, fiz poucas intervenções e deixei que a própria “realidade”, por mais surreal que parecesse, tomasse espaço na relação entre o processo de filmagens e as nossas inquietações.

Ao modo deleuziano (2007) e “antoniano”, lancei mão da verdadeira força audiovisual que é a “fabulação” como a possibilidade de criação de sentidos. Essa era a maior arma que eu tinha contra as verdades pré-estabelecidas sobre Manguinhos, que se ancoram nos antigos discursos dos colonizadores, que chegam prometendo a salvação que deve ser aceita acompanhada de um alto preço a pagar: o sequestro de nossa memória.

*

Iniciamos nosso trabalho em 2008, quando as obras estavam em estágio inicial, e realizamos o primeiro documentário, PAC Manguinhos: o futuro a Deus pertence?, em parceria com a Escola de Cinema Darcy Ribeiro⁸. O filme traz uma interrogação a partir de uma fala de uma moradora: “Minha expectativa pro futuro? Aí só Deus sabe, o futuro pertence ao Senhor”⁹. A escolha do título, com um ponto de interrogação ao final, é uma provocação sobre as dúvidas do que iria acontecer com o futuro do território.

Nessa experiência, foi a primeira vez em que percebemos que, naquele momento, circular com uma câmera no território não era mais tão fácil quanto em 2007, quando foi produzido o documentário Manguinhos, histórias de pessoas e lugares¹⁰.

A equipe era a todo instante interceptada pelo que apelidamos de “diretores de arte” e “produtores”, pessoas orientando o que poderíamos gravar ou

8 Eu era estudante/bolsista de direção cinematográfica da escola e aproveitei a ocasião para uma parceria com o LTM. A escola emprestou equipamentos e mobilizamos uma equipe de estudantes para atuar na técnica do filme.

9 PAC MANGUINHOS: O futuro a Deus pertence? Minutagem 13’46” a 14’40”.

10 O primeiro documentário que realizei em Manguinhos foi Manguinhos, histórias de pessoas e lugares, produzido com a equipe da aTreVer de Manguinhos (ONG RedeCCAP) e o LTM entre 2005 e 2007.

como tínhamos que proceder: “A vala pode, atrás da vala não pode”, dizia um trabalhador do tráfico; “Vocês deviam filmar o Manguinhos todo”, criticava um morador; “Mas vocês são da Fiocruz mesmo?”, perguntou um presidente de Associação de Moradores.

O fato de sermos moradoras não nos garantia livre circulação no território, além de nos depararmos com a desconfiança de quem via duas jovens coordenando uma equipe de filmagem em nome de um projeto de pesquisa da Fiocruz. Em campo, tivemos que repetir diversas vezes as nossas intenções com o trabalho, explicar o argumento e roteiro, escutar reclamações sobre a instituição, nas quais a frase mais comum era “a Fiocruz faz pesquisa, mas não dá retorno”.

A estratégia para enfrentar esses problemas foi a de abrir mão do total controle sobre o processo e deixar que os outros moradores e pesquisadores do projeto atuassem conosco em busca das melhores estratégias para a realização do documentário.

Mas essa aventura só foi possível porque muitas pessoas confiavam no nosso trabalho, tanto os moradores que conheciam a Ludmila desde criança quanto os entrevistados, que assumiam a vontade de realizar os vídeos, emprestando-nos a legitimidade que tinham por serem antigos na região, o que foi útil para mobilizar outros personagens, pedir autorização de filmagens e fornecer informações sobre os melhores horários e lugares para registro.

Dona Geralda, por exemplo, abriu a sua casa para ser entrevistada, além de emprestar a laje para a primeira exibição do filme numa conversa riquíssima com todos os moradores. Prometemos como contrapartida que lhes mostraríamos o último corte e, se eles autorizassem, então publicaríamos o vídeo. Ela recebeu pessoas que nem conhecia, e outras que faziam parte de redes com as quais ela não concordava, mas ajudou a promover o trabalho dentro e fora da favela.

“Eu moro em cima das fezes”, diz Geralda num dos trechos do filme, sentada em sua sala, onde podemos ver ao fundo a imagem de Jesus Cristo numa estatueta. Ao falar com tanta franqueza da sua realidade, ela seguia o mesmo caminho de Antônia, personagem do segundo filme da série, que era nos convocar a transparecer aquela honestidade para quem quisesse escutar, com a garantia de que a sua fala não seria censurada em nome de

uma narrativa que escondesse a sua verdadeira história.

O vídeo, uma produção institucional da Fiocruz, não poderia trazer uma invisibilidade das narrativas dos moradores, como é de costume nas narrativas oficiais em audiovisual sobre esses processos de obras. Mais tarde, aprendi que Dona Geralda me ensinava naquele instante que silenciar é diferente de silenciamento.

Rocha (1997), pensando a comunicação na favela, dedica uma importante reflexão sobre o silêncio nesses territórios, distinguindo entre “silêncio ativo” e “silêncio passivo”. (p.36). O primeiro, o silêncio como “defesa”, quando a máxima “ninguém sabe, ninguém viu” é a saída para não se meter em confusão, ou mesmo uma defesa diante da possível deturpação de discurso, muito comum em práticas do jornalismo que procura o morador da favela como informante e, ao final, descontextualiza sua fala para afirmar seus próprios pontos de vista.

Na prática audiovisual, em processos de entrevista, o silêncio do entrevistador também é ativo, quando percebe que, ao invés de falar, o melhor mesmo é escutar. O silêncio é a forma de deixar que o entrevistado fale, que este possa dar o seu depoimento e contar as suas versões sem a interferência de suas Verdades.

Já o silêncio passivo representa “quero falar, mas não posso” (Ibidem, p.38) e se aproxima dos processos de silenciamentos. A pesquisa acadêmica e a produção audiovisual o fazem quando não percebem o conhecimento das pessoas que estão falando. O outro, neste caso, fala de sua vida, mas não reflete sobre ela. O favelado sabe bem o que é isso, pois é silenciado porque não sabe falar e não sabe o que diz, sendo silenciado em sua dor, como afirma Mônica Francisco em depoimento¹¹.

Em 2009, iniciamos e lançamos o segundo vídeo, PAC Manguinhos: promessa, desconfiança e esperança, num processo diferente do primeiro. O contexto era outro, pois agora as imagens das ruas em plena obra eram uma constante.

O trabalho nessa produção já iniciou com uma pesquisa prévia sobre as personagens que queríamos filmar. O desafio era que a voz dos moradores

11 Mônica Francisco é liderança comunitária do Borel e em 2016 coordenou a pesquisa de campo do projeto Vigilância popular em saúde, do LTM.

continuasse em primeira instância e estivesse entrelaçada por outras vozes, tanto de pesquisadores quanto de gestores do PAC Mangunhos, da saúde e de outras áreas.

A metodologia era filmar e, aos poucos, usar o material bruto para conversar com os outros pesquisadores do LTM. O trabalho consistia inicialmente em reunir todos os interessados no projeto para uma tempestade de ideias, em que proporíamos o argumento inicial a ser debatido, além de exibir algumas imagens e entrevistas, com o objetivo de perceber quais seriam as possíveis leituras suscitadas no grupo diante do material apresentado.

Era desafiador, pois nem todos tinham a experiência de produção em audiovisual, o conhecimento das nossas necessidades no processo de filmagens em campo (equipe, alimentação, transporte) e os caminhos de edição. Além disso, as pessoas percebiam o filme de formas diferenciadas: alguns queriam uma narrativa mais poética, outros entendiam os documentários como denúncia e chegavam mesmo a apontar a necessidade de entrevistas de acadêmicos que corroborassem o ponto de vista dos moradores.

O desafio agora, com a necessidade de mesclar os depoimentos dos moradores com outras vozes, era o de produzir de forma menos orgânica e, muitas vezes, mais técnica: preocupação com o direito de imagem, com a autorização para filmar em determinados espaços de instituições, como a EMOP.

Claudia Trindade¹², então pesquisadora e doutoranda da UFF, foi a responsável em muitos momentos por dar o tom “sério” ao nosso trabalho, com os olhos de quem via de fora. Se dentro da favela as desconfianças das “lideranças locais” eram em torno de nossas intenções, fora dela os gestores, pesquisadores e técnicos entrevistados enxergavam apenas duas jovens com uma equipe fazendo um filme. Claudia atuou em nossa produção, auxiliando no roteiro e produzindo entrevistas e, em muitas destas, os entrevistados das instituições demoravam para perceber que eram eu e Ludmila as diretoras, e viam em Claudinha, como a chamávamos, a pessoa a quem se referir.

Agora, a interseção entre ser moradora/pesquisadora/produtora ganhava mais uma dimensão, a de amadora, quando tivemos que também negociar

12 Em 2012, Claudia Trindade concluiu sua tese de doutoramento com o título “*Não se faz omelete sem quebrar os ovos*”: Política Pública e Participação Social no PAC Mangunhos. PPGH/UFF, Niterói.

este lugar com as instâncias de dentro das favelas e das instituições que não nos reconheciam.

Entendi, a partir deste dia, que também estava em jogo o nosso lugar de fala, onde tudo o que acreditávamos estar a nosso favor (moradoras de Manguinhos, pesquisadoras da Fiocruz, estudantes universitárias) nada significava, pois, afinal, não passávamos de duas jovens faveladas com muitas ideias na cabeça, câmera na mão e corpos pouco legitimados para muitos.

Mas seguimos, atuando nas brechas que eram possíveis, no silêncio que por vezes era necessário, e com personagens que aproveitaram a câmera, mais uma vez, para denunciar.

Essa foi a situação das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) que falaram da dificuldade em trabalhar naquele território. Acompanhamos a equipe do Mandela de Pedra numa incursão na comunidade, em que o tema era a situação do território. Porém, em seguida, elas começaram a falar com desconfiança sobre a ampliação do programa de saúde da família, suscitada pelos novos equipamentos do PAC Manguinhos: uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e mais uma clínica da família.

Em um diálogo, numa das ruas da comunidade, pergunto: “Quanto vocês ganham?” Fernanda responde: “Um salário mínimo”. Imediatamente Glorinha complementa: “Agora que estamos recebendo um salário, porque estávamos recebendo menos de um salário mínimo, R\$ 442,00.” Fernanda segue: “E sem o salário-família”.

A conversa continua e questiono: “A quantas famílias você atende aqui?”; Fernanda diz: “Eu tenho 269”. Insisto: “E qual era o máximo?” Ela acrescenta: “150”. Nesta sequência, ela finaliza: “Eles falam que o ACS é a ponte, nós somos a ponte, sim, mas pra eles passarem por cima de nós e chegar ao paciente.”¹³

Como afirma Salles (2005), talvez a maior dificuldade do documentário nem seja a sua natureza estética, mas sim ética. Estamos lidando com pessoas que existem num mundo situado além da relação que se estabelece em nossos filmes. O personagem é, na verdade, um sujeito que terá um pequeno momento de sua existência registrado num filme.

Nesse sentido, por imperativo ético, muitos depoimentos como o de

13 A sequência completa está no documentário entre 17'34" e 19'55".

Fernanda foram analisados pela equipe do LTM e pela própria personagem. Foi ela quem, ao assistir a cena, deu a autorização para manter no filme o trecho, mesmo após ter assinado o direito de imagem e o consentimento exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A ACS, embora represente a instituição de saúde, é antes de tudo moradora de Manguinhos, e trazia consigo um olhar que queríamos privilegiar. A ACS, assim como nós, vive caminhando e negociando entre as fronteiras orgânicas de seu cotidiano e os entraves institucionais do trabalho que realiza.

Mas talvez um dos maiores aprendizados no processo de realização do segundo filme da série se resume na fala de João Rato: “Não se faz omelete sem quebrar os ovos”, que também deu o título à tese de doutorado de Claudinha. Entre instituições, moradores e pesquisadores, também escutávamos os gestores das obras, que justificavam as denúncias dos moradores e diziam “ser assim mesmo”, pois processos de mudanças exigem de nós paciência e compreensão.

Claudinha expressa muito bem essa dimensão:

[...] as duas expressões mais faladas em Manguinhos são: “É preciso compreender, estamos trocando o pneu com o carro andando” e “Não se faz omelete sem quebrar os ovos” dão o contorno dramático à falta de disposição para implementar a política pública de modo diferente, levando em consideração a atuação consciente da população imediatamente impactada pelas intervenções. (TRINDADE, 2012, p.245).

Esse pensamento se alinhava à esperança muito cultivada pelas imagens da mídia, como já discutido anteriormente. Qualquer crítica ao processo era recebida como uma espécie de “agouro” ou “mi-mi-mi” de movimentos sociais.

Lembro do assessor de imprensa da EMOP no dia da apresentação do documentário na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), num encontro de exibição com debate em seguida. Convidado para a atividade, ele se dirigiu a mim pedindo explicações sobre as imagens que acabara de assistir e querendo ser o primeiro a falar, antes mesmo da mesa composta por Gilson Alves, morador de Manguinhos, Adriana Facina, pesquisadora, e Marcelo Firpo, do LTM.

Sua intenção era a de neutralizar e justificar as questões apresentadas no

vídeo. Resisti, disse que eu não poderia lhe conceder a vez, e que ele teria a opção de esperar o microfone aberto, depois das falas da mesa. Ele foi embora.

*

São dez anos passados, desde que iniciei e finalizei a série sobre o PAC Mangueiras. Reflito agora à luz de uma memória que foi acessada ao assistir aos documentários, ler relatos de campo e conversar com algumas pessoas.

O que percebo é que o vídeo não foi tradutor de uma pesquisa institucional realizada num laboratório frio e distante da realidade, mas de tensões que ele mesmo carrega nas imagens, nos sons e silêncios. Em cada narrativa em outros processos, como a tese de Claudia Trindade, é possível perceber que a experiência de um filme é também produtora de conhecimento, de novas metodologias e que também é parte das tensões e de um cotidiano vivido, que acontece em outros tipos de procedimentos ancorados na relação imagem/sujeito.

Eu, que acreditava saber que o documentário não é o retrato da verdade, aprendi com a experiência, e mais tarde com os estudos em filosofia, que, sim, é uma realidade, mas de outra natureza, a natureza cinematográfica.

Como mediador de um processo de pesquisa, o audiovisual constrói conhecimento, em que as metodologias de produção audiovisual devem também passar por mudanças. O papel do diretor é muito mais do que o de um articulador de desejos, agenciador de afetos, do que necessariamente o de criador único de uma obra.

É nesse sentido que experiências de produção audiovisual do cinema popular ensinam também a fazer filmes, nos quais a dimensão de forma e o sentido da obra são orgânicos ao lugar e às questões, utopias e desejos de quem o realiza.

Daí, talvez, a importância das narrativas audiovisuais dos moradores, que se apropriam da experiência audiovisual e resultam em processos que fazem o espectador e produtor ver o óbvio, rever o mundo, escutar silêncios.

Bibliografia

GIANNOTTI, Claudia Santiago. *Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro, ontem e hoje. Uma história de resistência das favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação/Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas: Papirus Editora, 2012.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. Pistas do método da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). *Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

ROCHA, José Luis Silva. *Comunicação de Resistência: falo, logo existo*. 1994. Monografia de Conclusão de Curso, Faculdades Integradas Hélio Alonso, Rio de Janeiro.

SALLES, João Moreira. A dificuldade do documentário. In: ECKERT, C.; MARTINS, J. S.; NOVAES, S. C. (orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2005, pp.57-71.

TRINDADE, Claudia Peçanha da. *“Não se faz omelete sem quebrar os ovos”:* política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro. 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 244 p.

Filmografia

PAC MANGUINHOS: o futuro a Deus pertence? Direção: Fabiana Melo Sousa. Produção: Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n9OaA-LRVVQ>. Acesso em: 29 mai. 2018.

PAC MANGUINHOS: promessa, desconfiança, esperança. Direção: Fabiana Melo Sousa. Produção: Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n9OaA-LRVVQ>. Acesso em: 29 mai. 2018.

UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: O CASO DO MOVIMENTO JUNTOS PELO COMPLEXO¹

Marize Bastos da Cunha & Alan Brum Pinheiro

Introdução

- Lana de Souza: Sério, tô sem força pra qualquer coisa...

Não força física, mas força emocional, psicológica... Tá foda!

- Renata Trajano: Estou no meu limite galera!!

- Raul Santiago: A missão é seu escudo e a verdade, a sua espada!!²

Na madrugada de 11 de dezembro de 2013, um temporal caiu sobre o Rio de Janeiro e, ao atingir o Complexo do Alemão, um dos maiores conjuntos de favelas da cidade, deixou mais de uma centena de famílias desabrigadas e várias outras em situação de risco. A Defesa Civil demorou a atender aos chamados e, diante do dramático quadro no Complexo, muitos moradores recorreram a ativistas e instituições locais, informando sobre os riscos de suas moradias.

Um grupo de moradores, que atua informal ou institucionalmente no Complexo, tomou então a frente das ações que socorreram as famílias: identificaram moradias em risco, improvisaram abrigos e criaram uma grande

1 Uma primeira reflexão sobre o Movimento Juntos pelo Complexo foi publicada na revista *O Social em Questão*, da PUC RJ, no artigo *O desastre cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro*. Outra reflexão foi publicada na revista *Libertas*, da Universidade de Juiz de Fora, em 2015. Este último artigo descreve com mais detalhes o Movimento Juntos pelo Complexo, mas não discute a questão da participação. Ambos os artigos encontram-se nas referências bibliográficas.

2 Diálogo no *chat* do Facebook entre alguns participantes do Movimento Juntos pelo Complexo, atualmente integrantes do Coletivo Papo Reto do Complexo do Alemão, em 23 de dezembro de 2013.

mobilização para doações aos desabrigados. Constituiu-se daí o grupo Juntos pelo Complexo do Alemão, que dialogou com entidades e atores da sociedade civil e órgãos públicos, e operou especialmente por meio de canais informais de trocas e da rede social, em particular do Facebook. O grupo Juntos pelo Complexo do Alemão foi uma entre outras ações desenvolvidas no enfrentamento dos impactos do temporal, tendo se convertido no movimento de maior dimensão, e que liderou as negociações com várias instâncias governamentais e não governamentais.

Este movimento ocorreu exatamente no momento em que desenvolvíamos uma pesquisa voltada para os impactos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) – Favelas no Complexo do Alemão, em parceria com uma organização não governamental local, e foi a base para as reflexões sobre a temática da participação popular neste texto.

Constituído em um território marcado por processos de vulnerabilização ambiental e social ocorridos em uma temporalidade de longa duração, o Juntos pelo Complexo do Alemão emergiu por ocasião de um evento particular, cuja dimensão dramática reatualizou práticas sociais e conhecimentos acumulados pelos moradores no que se refere à sociabilidade na favela, bem como acionou a experiência de fóruns anteriores de mobilização comunitária. Ao mesmo tempo, o movimento incorporou novas tecnologias de imagem e de rede social, então utilizadas pelos moradores e coletivos locais. O movimento dialogou ainda com diferentes agentes sociais externos, envolvidos de formas diferenciadas nas lutas pela ampliação dos direitos sociais e humanos.

Compreendendo o Juntos pelo Complexo como um movimento de vigilância popular em saúde e meio ambiente, buscamos analisar sua particularidade e quais caminhos ele indica no que se refere à participação popular, sua relação com o poder público, e com a cidade, nos tempos atuais.

A concepção de vigilância popular recupera aqui a contribuição de Victor Valla a respeito das possibilidades de construção de conhecimento, incorporando o ponto de vista popular, e da perspectiva da participação popular em uma conjuntura de crise. (VALLA, 1996; 1998). Na visão do autor, a incorporação da experiência e da visão de mundo das classes populares é um elemento fundamental para completar “uma equação capenga que frequentemente inclui apenas uma das partes do conhecimento – o do mediador.” (1996, p.187).

A este respeito, foi realizado o projeto de Ouvidoria, desenvolvido por Victor Valla e sua equipe de pesquisa, procurando organizar um sistema de vigilância capaz de identificar os problemas de saúde da população e os recursos utilizados na tentativa de superá-los, através de encontros sistemáticos de profissionais de saúde, líderes comunitários e religiosos. Os fóruns da Ouvidoria Coletiva constituíram-se em espaços de diálogo entre os saberes científicos e os populares, sendo concebidos considerando-se o processo de “Construção compartilhada do conhecimento”, em que a teoria é desenvolvida a partir da prática, em cuja interação promovem-se a troca de saberes e o protagonismo popular. (GUIMARÃES et al., 2011).

Ao nosso ver, as políticas econômicas e sociais da chamada “Era Lula”, e em especial as contradições por elas trazidas, nos colocam desafios no que se refere à concepção da participação popular e à dimensão formativa nela inscrita, que ultrapassam a ação através dos canais institucionalizados. Mais recentemente, com o colapso da referida Era, os desafios assumem uma projeção ainda maior. O impasse atual aproxima-se então do que foi discutido por Valla a respeito da participação popular em um momento de crise.

Ao abordar a participação popular na conjuntura de globalização e de avanço do neoliberalismo, o autor destaca que:

O aparente impasse entre os movimentos populares e as autoridades pode servir como uma oportunidade de reflexão sobre o próprio termo participação popular. Na atual conjuntura, é como se não houvesse o que negociar, pois, para a maioria dos governantes, decide-se o orçamento segundo linhas alheias ao dia a dia do brasileiro comum: dívidas externa e interna, manutenção de inflação baixa e juros altos. (1998, p.17).

Neste âmbito, Valla considera a hipótese de que, “na perspectiva popular, a política e os políticos merecem pouca confiança.” Então, “não seria surpreendente constatar que grandes parcelas das classes populares não acreditam em mudanças através do caminho parlamentar ou através de negociação com as autoridades.” (1998, p.17). Por isso, de acordo ele, tais classes seguem o que ele denomina de “duplo caminho”: por um lado, reivindicam seus direitos, buscando negociar com o Estado, mas, ao mesmo tempo, avançam no trabalho popular segundo a ideia de mutirão, de apoio mútuo e de solidariedade. (1998, p.17).

Inspirando-nos nas contribuições do autor, concebemos, portanto, que o movimento de vigilância popular em saúde se constitui no cruzamento do duplo caminho, ou seja, ao mesmo tempo em que se relaciona com o Estado e suas instituições, ele produz práticas e estratégias, com base na experiência e sociabilidade populares locais e na relação dos grupos populares com outros agentes sociais externos, buscando responder de forma urgente a problemas que emergem como drama cotidiano para a coletividade.

O Método: a compreensão do território a partir dos espaços de ponto de vista e a Comunidade de Pesquisa Ação (CAP)

A pesquisa que deu base a esta reflexão tinha como proposta a análise participativa do PAC em três complexos de favelas no município do Rio de Janeiro, considerando as dinâmicas territoriais, bem como a experiência e a percepção dos sujeitos envolvidos no processo, em particular dos moradores destas localidades, na perspectiva de produção compartilhada de conhecimento (MARTELETO; VALLA, 2003; CUNHA, M. B., 1995; 2007; PORTO et al., 2015; 2016) e da pesquisa ação (BRANDÃO, 1985).

Neste processo, a metodologia teve um papel fundamental, pois, mais do que a conformação de técnicas, ela se constituiu como um tema de reflexão teórica de experimentação, através do qual pensamos a importância do conhecimento dos moradores no processo de produção de informação, analisamos a potencialidade da categoria de experiência (THOMPSON, 1981; CUNHA, M. B., 1995) na produção de conhecimento e, por fim, indicamos um outro modo, caminho ou forma participativo capaz de incorporar as experiências de moradores e técnicos às pesquisas e intervenções desenvolvidas no nível local. Ao considerarmos a experiência dos moradores diante do PAC, levamos em conta que ela era mediada por formas culturais, religiosas e pelo que Thompson denomina consciência afetiva e moral. (1981, p.189).

A perspectiva da produção compartilhada se realizou por meio da constituição e do trabalho de comunidades ampliadas de pesquisa-ação (CAP) nas localidades de estudo, envolvendo no caso pesquisadores, bolsistas (moradores ou não moradores das localidades estudadas), moradores que desenvolvem ações no território e profissionais de saúde e de outros setores im-

plicados. (PORTO et al., 2016). Com a CAP, buscamos reunir, confrontar e estabelecer diálogos entre distintos saberes e perspectivas, por meio do que Bourdieu chama de espaço de ponto de vista (1997), de forma a alcançar maior qualidade, contextualização e transparência tanto na produção de conhecimento quanto nos possíveis processos de compreensão e engajamento, principalmente dos moradores, mas também dos pesquisadores, técnicos e instituições responsáveis pela implementação de políticas públicas.

No caso em foco, a CAP do Alemão foi constituída por uma pesquisadora da FIOCRUZ, no papel de coordenadora, dois pesquisadores bolsistas e dois assistentes de pesquisa moradores e ativistas em coletivos do Complexo. A CAP esteve estreitamente articulada às ações do Instituto Raízes em Movimento, parceira do projeto no Complexo do Alemão, atuante há 14 anos no território e seu entorno. Neste sentido, o trabalho desenvolvido pela CAP ao longo da pesquisa se deu em diálogo com a rede estabelecida pela referida ONG, que se destaca por sua aproximação com o cotidiano local, com uma teia de relações com diversos pesquisadores e sua inserção direta em várias mobilizações comunitárias.

Por ocasião do temporal que atingiu o território, portanto, a CAP já se encontrava bastante articulada às redes locais e pôde acompanhar e agir em todo o processo, em diálogo com os principais coletivos e instituições que atuaram, fazendo uso da observação participante. (BECKER, 1993). Os dados usados como base da nossa reflexão são resultantes das oficinas do projeto de pesquisa, mas também da troca de informações com os principais sujeitos envolvidos no Juntos pelo Complexo, através da rede do Facebook e das visitas e observações de campo, em cujas ocasiões a pesquisa assessorou o movimento, sistematizando e produzindo informações e, ainda, identificando as causas dos desabamentos e as áreas de risco.

A investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e seguiu os valores de conduta necessários à sua realização, cuja base é a produção compartilhada de conhecimento, na qual a coleta e a análise dos dados têm como referência o diálogo e os acordos estabelecidos entre pesquisadores e os sujeitos da pesquisa. As identidades destes últimos foram preservadas, exceto nos casos em que recorreremos a depoimentos publicados na rede social aberta e que não colocam em risco a segurança dos seus autores.

A respeito da coleta dos depoimentos na rede social aberta, destacamos que ela se deu no âmbito do trabalho de campo e das relações da pesquisadora com os agentes sociais do movimento em questão, responsáveis pela postagem nas páginas do Facebook. Neste sentido, no tratamento destes dados, consideraram-se sua relação com a pesquisa de campo e a incorporação do espaço de ponto de vista destes agentes sociais, que demandam a visibilidade de suas ações e de sua autoria.

A riqueza do material gerado neste processo abriu um leque de questões, que vai desde os determinantes do processo e a relação entre os impactos das chuvas e os efeitos das obras do PAC, passa pela constituição do Juntos pelo Complexo do Alemão e pelas tensões e divisões no movimento de luta junto ao poder público, chegando finalmente aos processos de encaminhamento para a solução do problema dos desabrigados, que se prolongaram para além do auge do movimento. A abordagem dos múltiplos aspectos escapa ao escopo deste artigo, que se propõe a levantar as características do Juntos pelo Complexo no que se refere às novas formas de participação popular.

O temporal no Complexo do Alemão (o evento) e a constituição da rede de vigilância popular

Quando o temporal atingiu o Complexo do Alemão, em 11 de dezembro de 2013, estava prevista para o mesmo dia a visita ao local da Relatora da ONU para o Direito à Água e Saneamento, Catarina Albuquerque. O objetivo da nossa equipe era acompanhá-la, uma vez que a pesquisa apontava o saneamento como um dos principais desafios do território, ainda não resolvido pelas obras do PAC. A investigação mostrava também que o programa não chegara a algumas localidades (Mineiros, Caboclo), ou as alcançara de forma insuficiente (Matinha), e revelava que havia várias moradias abaladas pelas obras e pelas remoções, problemas no sistema de esgoto sanitário e no escoamento de águas pluviais, acúmulo de lixo doméstico e de entulhos do PAC e, por fim, falta de água em algumas localidades.

O temporal de 11 de dezembro caiu portanto sobre um território não atingido em sua totalidade pelo PAC, e quando este o alcançou, o fez de forma incompleta, trazendo maiores problemas.

Por ocasião das chuvas, o Sistema de Alerta da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil estava em funcionamento nas seguintes localidades: Joaquim de Queiroz, Morro das Palmeiras, Parque Alvorada, Nova Brasília e Vila Matinha. O sistema utiliza sirenes, acionadas do Centro de Operações da Prefeitura sempre que o índice pluviométrico de uma região chega a 40mm em uma hora, e alerta a população, orientando-a para se dirigir a um ponto de apoio. De acordo com as informações constantes no *site* por nós consultado, o sistema serve-se também de aparelhos celulares cedidos pela prefeitura, que recebem SMS (torpedos) com alertas em caso de ocorrências de chuvas. Contudo, os moradores ignoram a informação veiculada na página da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Social. (Disponível em: UPP Social do Complexo do Alemão – <http://uppsocial.org/territorios/complexo-do-alemao>, acesso em: 14 nov. 2015).

No entanto, o Sistema de Alerta não funcionou de acordo com o esperado. Alguns moradores afirmaram que o ruído da chuva era maior do que o som das sirenes. E houve localidades onde a sirene não funcionou mesmo (Relatório da Terceira Oficina de discussão CAP Alemão, abril de 2014).

O alerta não partiu, portanto, da Defesa Civil, nem dos meios de comunicação, mas sim dos moradores e de suas redes locais. Na manhã do dia 11 de dezembro, o anúncio de que algo muito grave acontecia no Complexo foi feito por Renata Trajano, liderança da localidade da Matinha, em sua página pessoal do Facebook:

Gente, bom dia!

Por favor, acionem a Defesa Civil.

Aqui na Matinha Mtn pedras rolaram e casas foram danificadas... Umas correm risco de cair. Estamos com os nossos acessos prejudicados. Rua Canitar com bastante água. Desce bastante água do alto da Serra.

A SIRENE NÃO FUNCIONOU COMO SEMPRE. (<https://www.facebook.com/renata.trajano.3/posts/4975564647436>, acesso em: 12 dez. 2015).

Renata já mostrava aquele que seria o padrão de ação solidária e de vigilância, por parte de vários moradores e ativistas do Complexo nos dias seguintes, ao comentar: *“Estou com as pernas cheias de lama. Andando de um lado a outro. Ajudando no que eu posso. Estou indo de um lado a outro da Matinha Mtn. Mais vai dar tudo certo!”*

Além de a sirene não funcionar, o ponto de apoio localizado na Matinha não estava em condições de responder aos transtornos causados pelo temporal. Em visita realizada em novembro de 2013 à localidade, observamos que a construção que abrigava o ponto de apoio estava com problemas estruturais e oferecia risco, o que nos fazia perceber a ironia da situação: um ponto de apoio, que deveria responder aos riscos, também era inseguro. Em razão disso, por ocasião da chuva, as lideranças das localidades sabiam que não podiam levar os moradores cujas casas encontravam-se ameaçadas para o ponto de apoio, utilizando-o apenas para guardar móveis e objetos das famílias desabrigadas.

Foi por esta postagem de Renata, informando a situação de risco e solicitando ajuda, que rapidamente várias pessoas do Complexo souberam o que estava acontecendo. Pouco depois de emitir o alerta, a liderança da Matinha postou na mesma rede social uma sucessão de fotos, registrando o desabamento parcial de uma casa, e informando que não havia vítimas mas que cinco casas tinham sido atingidas.

Ao longo de todo o dia, várias outras pessoas telefonaram para a Defesa Civil, comunicando-a sobre o risco. No entanto, a Defesa Civil só chegou no fim da tarde, quando vários moradores de outras localidades do Complexo já estavam lá, apoiando as famílias e registrando a situação em que se encontravam as casas.

No fim da tarde do dia 11 de dezembro, sobreveio um desabamento na localidade da Pedra do Sapo, e ainda havia várias moradias ameaçadas. A situação chegou a seu extremo no Morro das Palmeiras, com desmoronamento de um prédio que abrigava um conjunto de famílias, fato narrado em tempo real pelos moradores e ativistas que participavam das ações de emergência, através de seus aparelhos celulares. E, ainda, transmitido depois pela internet, quando foi postado o vídeo *Um dia no Complexo do Alemão 11/12/2013* (<https://www.youtube.com/watch?v=0ACbSU7Cro8&feature=share>).

O vigor da troca de informações pela rede social virtual levou à abertura de páginas no Facebook. No dia 11, foi criado o primeiro grupo, o SOS Complexo do Alemão e, no dia 12, foi inaugurada a página do Juntos pelo Complexo do Alemão, com a postagem do vídeo acima referido e o relato do desabamento no Morro das Palmeiras. (Disponível em: <https://www.facebook.com/juntos->

pelocomplexodoalemao/?fref=ts, acesso em: 30 ago. 2016).

Foram os moradores do Complexo do Alemão que entraram em cena, enfrentando o caos que se estabeleceu no território. Entre as ações empreendidas, constituíram-se o Movimento Juntos pelo Complexo do Alemão, que reuniu moradores que já desenvolviam ações locais, coletivos informais como o Ocupa Alemão, e organizações como o Instituto Raízes em Movimento, o Educap, o Voz da Comunidade e o Verdejar Socioambiental. O movimento contou ainda com o apoio da Nave do Conhecimento de Nova Brasília, um dos equipamentos públicos criados pelo PAC, e então administrada pelo Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP).

De 11 de dezembro, dia do temporal, a 29 do mesmo mês, quando toda a infraestrutura do abrigo provisório na Vila Olímpica foi desfeita, o movimento desenvolveu regularmente um conjunto diversificado de ações em resposta ao impactos do temporal, entre as quais: o monitoramento das áreas atingidas, feito por grupos locais organizados em equipes de uma ou duas pessoas, a articulação do Coletivo Juntos pelo Complexo do Alemão e a circulação das informações sobre áreas de risco através de páginas dos moradores no Facebook, incluindo a criação da página do Juntos pelo Complexo do Alemão³. Esta veiculava informações sobre locais de risco, cujos dados eram sistematizados, incluindo os de famílias desabrigadas, divulgava ao vivo o que acontecia nas várias localidades e as principais ações realizadas junto aos desabrigados, além de apresentar os resultados das reuniões entre os integrantes do Juntos pelo Complexo do Alemão, e destes com os moradores. Por fim, a página encaminhava ações junto a várias instâncias do poder público e a parceiros do movimento, numa estratégia de solicitação de ajuda à Defesa Civil, através da qual várias pessoas informavam a mesma área de risco e as negociações para atendimento dos desabrigados.

É importante realçar que tais ações tiveram como desdobramento um conjunto de outras ações fundamentais para a sustentação do movimento, sendo estratégicas para o encaminhamento de soluções, tais como: campanha de doações e primeira convocação aos parceiros externos; início das atividades de saúde, educação, assistência e arte com os desabrigados, para cuja conse-

3 https://www.facebook.com/juntospelocomplexodoalemao?ref_type=bookmark, acesso em: 30 ago. 2016.

cução recorreu-se ao trabalho voluntário; primeira visita do subprefeito da Zona Norte, para tratar diretamente com os moradores desabrigados; início das reuniões diárias com desabrigados, nas quais atualizavam-se a situação e as deliberações de encaminhamentos; acompanhamento das primeiras famílias contempladas com o aluguel social; solicitação da presença da Defensoria Pública pelo coletivo Juntos pelo Complexo do Alemão; visita da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro (OAB/RJ) às áreas de desabamento; e a retomada das negociações com diversas instâncias da prefeitura.

Conhecimentos, práticas e estratégias na rede de vigilância popular

O Juntos pelo Complexo do Alemão se constituiu como um movimento que mobilizou diferentes agentes sociais, locais e externos, e operou recorrendo aos recursos da rede social, em especial o Facebook, e às tecnologias de imagem, que contribuíram para a divulgação, análise e compreensão do que estava acontecendo. O movimento atuou de forma regular até o mês seguinte ao temporal (janeiro de 2014). Posteriormente, manteve sua configuração de coletivos e moradores e suas parcerias externas, passando a se manifestar de forma pontual em encontros e alimentando sua página do Facebook.

Atualmente, ele é formado por coletivos e organizações do Complexo do Alemão. São 18 colaboradores em diversas áreas de atuação e com diferentes perspectivas, mas que unem-se através da rede social sempre que uma situação limite emerge, ameaçando vidas, como foi o caso dos desabrigados na Vila Everest, no início de 2017, ou da violação de casas de moradores, ainda em 2017, que serviam de base para a Polícia Militar. Alertas sobre tiroteios e risco de vida para os moradores, ou sobre morte, também são publicados. Além disso, a página divulga eventos, mobilizações e serviços.

O diferencial do movimento, inclusive em relação a outras iniciativas que pretendem responder aos problemas ocasionados pela chuva, é que ele se configurou interrogando, através de sua prática, formas anteriores de participação popular, em particular do PAC, que afastou de sua dinâmica de operação a prevista colaboração dos moradores.

A bandeira da participação popular e o caráter fundamental do Trabalho Social idealizado pelo PAC atuaram, na realidade, de forma a apenas legiti-

mar o programa. De acordo com um dos moradores presente a uma das oficinas do projeto de avaliação do PAC: *“A participação popular, ela tem que cobrar a efetividade do que está sendo posto. A gente foi lá, discutiu, colocou e no final nada foi feito. Foi validado o que eles queriam. Eles recolheram assinaturas, eles precisam disso, para ganhar dinheiro.”* (Relatório da Primeira Oficina no Complexo do Alemão, julho de 2013).

As prioridades foram definidas e as decisões, tomadas num campo de interesses no qual os moradores e os coletivos locais não tiveram o papel de protagonistas que lhes foi prometido. Em resumo, o PAC avançou e se desenvolveu, desmontando o sentido proposto do trabalho social e os mecanismos de participação popular já existentes nos territórios. Por outro lado, enquanto o programa progredia, surgiram mobilizações e movimentos locais denunciando seus limites e lógicas de intervenção.

O Juntos pelo Complexo do Alemão pode ser localizado no âmbito destes movimentos locais, ainda que haja outros aspectos a considerar, quando se trata de compreender sua amplitude, bem como seus limites.

O efeito dramático do temporal no Alemão explica a mobilização imediata dos moradores e o surgimento do Juntos pelo Complexo, numa ação de defesa da vida em situação de alto risco. No entanto, alguns elementos podem nos ajudar a entender a sustentação do movimento, sua eficácia em termos de resposta aos problemas, sua capacidade de pressão sobre o poder público e suas várias instâncias.

Em primeiro lugar, é importante demarcar o contexto favorável ao surgimento desta mobilização popular, desenvolvida ao fim de um ano marcado por protestos em todo o país. Ela emerge em uma conjuntura de manifestações em diversas cidades do Brasil, cuja origem se deu na luta pela mobilidade urbana, o que uniu em alguns momentos as causas dos jovens de favelas e periferias àquelas dos jovens do restante da cidade. Vários jovens do Complexo do Alemão participaram dos protestos, deslocando-se para os espaços do Rio de Janeiro munidos de aparelhos eletrônicos como celulares e *tablets* e contribuindo para fazer circular nas redes sociais, e em suas localidades, o que estava acontecendo. Para o jovem da favela, a luta em questão era mais do que contra o aumento da passagem, era uma luta pelo direito à cidade, de cuja experiência ampliaram-se suas redes de diálogo e ação.

A este respeito, cabe destacar a presença de jovens não residentes no Alemão, que militaram nos protestos de 2013, entre os voluntários do Juntos pelo Complexo do Alemão. E o apoio ao movimento de parceiros e instituições, que tiveram uma importante ação nas manifestações, particularmente no campo dos direitos humanos e na mídia de comunicação alternativa.

O diálogo do Juntos pelo Complexo do Alemão com agentes sociais externos, em especial com aqueles ligados às lutas por direitos humanos, remonta a duas experiências vividas na comunidade, que favoreceram o acionamento do apoio de importantes e diferentes agentes externos e as estratégias de pressão e discussão utilizadas pelo movimento. Uma delas foi a experiência do Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia, que esteve à frente do debate sobre o PAC na região. A segunda diz respeito ao acompanhamento, pelo mesmo Comitê, do chamado processo de pacificação, com a ocupação do território pelo Exército, e a posterior implantação da UPP. Ao longo de ambas, os coletivos do Complexo acumularam um conhecimento sobre o monitoramento dos processos que desafiam o modo de vida e o cotidiano dos moradores e exigem o enfrentamento do Estado, com a apropriação dos princípios norteadores dos direitos humanos e a utilização de estratégias, tais como aliança com parceiros externos, articulação com várias instâncias voltadas para a defesa dos direitos humanos e aperfeiçoamento de mecanismos de comunicação e visibilidade das lutas.

No que se refere à apropriação de conhecimentos, deve-se lembrar a importância das estratégias de defesa dos direitos humanos e das tecnologias por agentes locais na época da ocupação pelo Exército, o que permitiu a estes narrar o processo sob seu ponto de vista. Foram os casos da utilização do Twitter pelo jovem Rene Silva, atualmente à frente do Voz da Comunidade, e do YouTube, onde o coordenador do Instituto Raízes em Movimento postou um vídeo sobre o desabamento de um telhado de uma casa, provocado por um helicóptero durante operação do Exército. (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_LOP5LjYnsE, acesso em: 14 nov. 2015).

Na época da emergência do Juntos pelo Complexo do Alemão, muitos moradores, em especial os jovens, e organizações já acumulavam experiência no uso das tecnologias de informação. Como indicou pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), jovens

das favelas do Rio de Janeiro utilizavam *blogs* pessoais e institucionais, redes sociais virtuais e outros mecanismos de compartilhamento de informação na internet (como YouTube e Flickr) para falar de sua realidade como residentes em comunidades, realizando uma espécie de “crônica do cotidiano”. (SOUZA, 2013). A referida pesquisa nos mostra ainda o papel relevante de tais tecnologias, desde 2008, quando a morte de um menino de oito anos na Maré foi narrada a partir do ponto de vista dos moradores. Neste caso, e em vários outros que se seguiram, por ocasião de eventos marcantes nas favelas, as novas tecnologias foram usadas como ferramentas de denúncia e de mobilização.

O temporal no Complexo do Alemão e todo o drama que se seguiu foram narrados pelos moradores e pelo Juntos pelo Complexo no Facebook, cuja página da comunidade, inaugurada em 12 de dezembro, um dia após a chuva e os desabamentos, já havia acumulado 441 curtidas. Nela e em outras páginas, alimentadas através do mecanismo de compartilhamento, era possível acompanhar quase todas as ações referidas anteriormente.

A atuação através das mídias sociais foi fundamental para a visibilidade dos acontecimentos e do movimento e, junto com a experiência de intercâmbio anteriores com parceiros externos, concorreu para receber o apoio de vários agentes sociais externos, através de doações e de ações variadas. Um destes casos foi o da assessoria dada por nossa pesquisa, que contribuiu para sistematizar os dados sobre as áreas de risco e produzir material de comunicação no Facebook. Entre tais agentes, sobressaíam-se os diversos pesquisadores de instituições como UFRJ, UERJ e FIOCRUZ, que desenvolviam trabalhos no Complexo do Alemão, e os ativistas das lutas pelos direitos humanos, sobretudo profissionais do direito.

Os princípios norteadores dos Direitos Humanos embasaram as argumentações dos integrantes do Juntos pelo Complexo do Alemão, assim como advogados deram um suporte fundamental à luta. Este apoio foi relevante uma vez que, desde o início, as ações governamentais foram desarticuladas, por um lado, proibindo os moradores de permanecerem nas suas casas e, por outro, não dando qualquer encaminhamento, mesmo provisório, de abrigo. Os mesmos técnicos que embargaram as casas contrariaram, em uma segunda vistoria, suas declarações e insistiram para que os moradores retornassem a elas, afirmando que não havia riscos. Negavam-se, contudo, a fornecer qual-

quer documento que comprovasse suas novas avaliações. Neste processo, o envolvimento da rede de apoio, principalmente da Seção de Direitos Humanos da OAB/RJ, foi fundamental para dirimir as dúvidas jurídicas e fundamentar a decisão política do movimento, que não aceitava os subterfúgios usados pelos técnicos e gestores públicos.

A luta do Juntos pelo Complexo do Alemão conseguiu chegar também à imprensa pois, aproveitando-se da visita da Relatora da ONU para o Direito à Água e ao Saneamento, os participantes do movimento garantiram a presença da TV Record e do *Jornal do Brasil* no Complexo.

No que se refere à relação com as várias instâncias do poder público e à pressão exercida sobre ele, de forma a dar encaminhamento ao drama dos desabrigados, é importante indicar aqui os caminhos utilizados pelo movimento, combinando várias estratégias e ferramentas que, juntas, concorreram não só para o fortalecimento da luta e para a agregação dos participantes do Juntos pelo Complexo do Alemão, mas também para a conquista das principais reivindicações. Recorremos aqui à narrativa de campo da pesquisadora Patrícia Lânes de Souza, que acompanhou uma das ações mais importantes do movimento, quando os integrantes procuraram exigir um posicionamento do subprefeito. Apesar de longa, a narrativa é esclarecedora:

No tempo em que estive lá, o subprefeito não deve ter ficado mais de 15 minutos. Quando começou a movimentação para sua saída do local, essas pessoas de grupos e ONGs do Alemão começaram a se deslocar rapidamente. Em dado momento, me perdi deles e depois, quando os encontrei, já estavam todos (uns sete rapazes e uma moça) em um carro com uma caçamba. [...] Entendi então que aquele carro ia atrás do carro do subprefeito, o objetivo era garantir que ele também visitasse o abrigo na Vila Olímpica, como havia acabado de se comprometer. Os minutos que se seguiram se assemelharam a um filme de ação, com os rapazes empolgadíssimos filmando a *perseguição* e movidos pela adrenalina de não saberem se o subprefeito iria ou não cumprir com sua palavra. O carro em que estava corria pelas ruas estreitas e principais das favelas do Complexo que, ao final, levaram o nosso carro e aquele onde estava o subprefeito até a Vila Olímpica. O clima entre eles era de brincadeira e excitação com a situação.

Tudo que estava acontecendo era fotografado, filmado e transformado por alguns deles em *posts* no Facebook e no Twitter. Além disso, um rapaz de fora que estava naquele grupo (ligado a um coletivo de comunicação alternativa que ficou bastante conhecido pela cobertura das manifestações de junho de 2013 em diversas cidades do Brasil)

transmitia em tempo real alguns acontecimentos. Chegando à Vila Olímpica, nova fala do subprefeito para os moradores ali abrigados (tudo novamente filmado por celulares, câmeras e *tablets*). [...] Ao final da breve visita, o cadastro dos desabrigados que ali estavam ia ser entregue ao subprefeito, para que ele fizesse os encaminhamentos acertados, quando um desses rapazes achou que seria prudente fazer cópias daqueles documentos (produzidos pelo grupo de pessoas que estava gerindo aquele abrigo), o que foi feito através de fotos tiradas pelo seu *tablet*. (SOUZA, 2015, pp.5-6).

A narrativa indica com precisão a diversidade de estratégias, consubstanciadas em conhecimentos e experiências acumulados, que se misturam na ação dos integrantes do Juntos pelo Complexo do Alemão: uso da tecnologia para registro e reprodução de imagem; comunicação através da rede em tempo real; circulação de informação entre os próprios integrantes através de seus celulares; a articulação com agentes externos (no caso, a própria pesquisadora e o participante do coletivo de comunicação que transmitiu ao vivo o que estava acontecendo); e a estratégia de pressão sobre a autoridade, fazendo uso dos recursos tecnológicos, mas também de uma prática que envolve dois aspectos fundamentais para o modo de vida na favela: solidariedade e agilidade na mobilização diante das necessidades urgentes.

Foram estes dois últimos aspectos (solidariedade e agilidade na mobilização), somado ao clima de aventura referido na narrativa da pesquisadora, que estiveram presentes no processo de trabalho que sustentou o movimento na Vila Olímpica, para a qual convergiu o maior número de desabrigados. Um processo de trabalho que pode ser bem traduzido na frase que nós, junto a participantes do movimento, ouvimos de um dos integrantes do grupo, Raul Santiago: *“A missão é seu escudo e a verdade, a sua espada!!”*

Ao longo de quase 20 dias, os integrantes do movimento desenvolveram múltiplas ações, cuja base era uma poderosa e ágil rede de comunicação, através da qual os participantes do Juntos pelo Complexo do Alemão se comunicavam entre si, com os moradores do Complexo e com a sociedade. A interlocução frequente agilizava o deslocamento pelo território, a pressão sobre as instâncias do poder público e o contato com agentes sociais estratégicos, como os advogados, empresas e pessoas físicas que faziam doações. No *chat* interno do Juntos pelo Complexo do Alemão, os integrantes se comunicavam regularmente.

A rede criada pelo movimento, com o uso regular das tecnologias de imagem e de comunicação, era sustentada por uma rede social da favela, que estava longe de ser virtual. Com efeito, o que alimentou o cotidiano do movimento e potencializou o uso das tecnologias de comunicação foram os modos de vida e formas de sociabilidade construídos historicamente pelos moradores no território que, junto com as experiências anteriores de resistência do Complexo, foram acionadas diante dos impactos dramáticos do temporal.

Neste sentido, o Juntos pelo Complexo do Alemão foi informado por aquilo que Calazans denomina cultura de sobrevivência da favela, baseada em formas de convívio estabelecidas, pactuadas, operacionalizadas e sustentadas por redes de sociabilidade fraternas. Tal cultura se traduz, por exemplo, na forma como se compartilham serviços de saneamento, eletricidade e internet, criando caminhos diante da ausência de direitos e dos entraves da luta por sua conquista. (CALAZANS, 2015). Caminhos que se configuram pois como culturas que aprenderam a fazer da dificuldade e do sofrimento as matérias da criação. E que sobrevivem porque ressignificam a vida, dão a força e a energia para continuar. (FACINA, 2013).

As redes de sociabilidade na favela são referenciadas numa experiência em comum e movidas por uma prática de solidariedade tecida no cotidiano e cujo horizonte é a própria sobrevivência no urbano. As trocas que se revelam no cuidado com as crianças, no uso de mantimentos, na construção e na melhoria da casa etc. são ilustrativas da sociabilidade local que se tece no espaço de vida e moradia e na experiência social na favela. (CUNHA, M. B., 1995).

No entanto, cabe destacar que a solidariedade não está confinada ao âmbito local, mas pode ultrapassá-lo, na medida em que, quando se evidencia uma situação de conflito, sua própria possibilidade de existência e reatualização implica o enfrentamento político. Ou seja, em meio a uma situação de conflito, vivida enquanto limite das possibilidades da condição e da convivência humana, as alternativas engendradas para responder de forma mais imediata às necessidades colocadas entram em contradição com a própria solidariedade dos moradores, exigindo a saída para além da esfera local, para localizar o conflito onde ele é produzido, na teia mais ampla da sociedade, e interpelar aquele que se coloca como árbitro do conflito, o Estado. (CUNHA, M. B., 1995).

Conclusão: uma nova configuração da participação popular

Possivelmente, o Juntos pelo Complexo do Alemão foi o primeiro movimento de favelas no Rio de Janeiro a ser divulgado de forma cotidiana na internet, por meio de seus próprios agentes, oferecendo uma visão alternativa à mídia hegemônica e criando seus próprios canais de interlocução.

Antecedido por experiências locais, nas quais foi possível produzir conhecimentos e estratégias de enfrentamento das ações do Estado no território, como foi o caso da ocupação militar e instalação da UPP e da implementação do PAC, o Juntos pelo Complexo do Alemão ressignificou os mecanismos e ferramentas que já vinham sendo utilizados, assim como acionou redes de sociabilidade integrantes do modo de vida da favela, que configuram uma cultura de sobrevivência que lhe permite enfrentar os desafios do viver em uma cidade onde seus direitos são cotidianamente negados.

É possível afirmar que o Juntos pelo Complexo do Alemão não inovou em suas práticas. No entanto, em função da intensidade do tempo vivido pelo movimento (através de um convívio diário em que todas as ações eram urgentes e exigiam a agregação e a utilização de todos os recursos disponíveis) e da ampliação de seu espaço de interlocução (dialogando com diferentes agentes sociais fora da localidade), ele constituiu uma experiência que integrou várias ferramentas e estratégias, ensaiando uma nova configuração da participação popular, cuja força residia na negação da centralidade de lideranças, como atesta a declaração de Raul Santiago, um dos participantes mais ativos, no chat interno do grupo: *“Precisamos que a Globo faça uma matéria sobre o desca-so do poder público, não sobre nós. Se for para pôr pressão no poder público, pode ser, mas nós não devemos aparecer.”*

As reuniões diárias na Vila Olímpica, entre os integrantes do movimento e com os desabrigados, reforçavam o espaço coletivo como principal fórum de circulação de informações, discussões e deliberações. Nelas, o coletivo ampliado de ativistas e moradores refletia sobre o *modus operandi* do governo municipal, que recorria à burocracia e a promessas verbais para pressionar a desocupação da Vila Olímpica, equipamento público que servia de abrigo provisório. Nesses foros, também eram decididos os posicionamentos diante do governo e suas várias instâncias, sustentados por uma forte rede de apoio, fundamental para que não fossem aceitas falsas promessas e para que

o avanço das negociações envolvesse cada vez mais diferentes instâncias da administração pública (técnicos de atendimento direto à população, gestores de empresas públicas, subprefeitura, secretários municipais e, finalmente, o prefeito). Como analisa Raphael Calazans, em umas das discussões sobre os Juntos pelo Complexo do Alemão na CAP de nossa pesquisa:

A diferença é que quem conduziu criticamente foram as pessoas, definindo quais ações eram importantes, buscando não apenas uma ação assistencialista, que acaba ali, mas uma forma de organizar para combater o Estado, que tinha responsabilidade sobre a situação. (Relatório da CAP Alemão, 6 de janeiro de 2014).

Com efeito, o Juntos pelo Complexo, ao descentralizar a liderança do movimento e recorrer sistematicamente às narrativas de moradores e ativistas através de textos e imagens na rede social do Facebook e do YouTube, intensificou uma dimensão que vem sendo fundamental para as lutas das favelas atualmente: a ampliação das vozes na luta popular, promovendo uma escuta ativa e a comunicação sistemática dos testemunhos daqueles que experimentam os dramas que não saem na mídia hegemônica, mas que são veiculadas por canais como o Facebook e, mais recentemente, Instagram e WhatsApp.

A partir do Juntos pelo Complexo do Alemão, tal prática passa a referenciar a atuação de diferentes coletivos, como o próprio Coletivo Papo Reto, formado alguns meses depois da emergência do Juntos pelo Complexo do Alemão por moradores que participaram do movimento.

A este respeito, o trabalho de Patrícia Lânes de Souza, pesquisadora que acompanha as ações de vários coletivos no Alemão, é esclarecedor. Procurando analisar as práticas e modos de ação do Coletivo Papo Reto, a partir do uso de redes sociais e tecnologias, com o objetivo de pensar o repertório de engajamento militante em espaços populares urbanos, ela destaca a relação entre o Juntos pelo Complexo do Alemão e a formação do Coletivo Papo Reto:

Nas palavras de um dos criadores do coletivo, foi *marcante, foi uma época em que todos vivenciaram na carne os problemas*. Essa experiência contribuiu para a criação de laços de amizade e identificação entre uma parte dos envolvidos. Nas palavras de outra criadora do grupo: *E, aí, depois de tudo isso, das chuvas, as chuvas foram solucionadas, a gente resolveu se juntar, porque cada um tinha uma certa militância de alguma coisa e, aí, ficou e acabou que a galera ficou mais junta. [...] Aí, começou a juntar no Casarão,*

“vamos conversar, vamos reunir” e, aí, do nada, alguém sugeriu: “ah, vamos montar um coletivo”. Após a mobilização que levou à gestão do abrigo na Vila Olímpica, um grupo de pessoas, que ficou mais próximo nessas semanas, continuou a se juntar em outro espaço do Complexo (em outra favela do conjunto, numa localidade de difícil acesso) chamado Casarão. (SOUZA, 2015, p.8).

O Juntos pelo Complexo do Alemão possivelmente inaugura uma forma de ação política, que agrega a multiplicidade de conhecimentos, estratégias e práticas aqui levantadas, produzidas no diálogo com uma pluralidade de agentes sociais, locais mas também externos, e que têm caracterizado os movimentos mais recentes nas favelas do Rio de Janeiro. Tais movimentos, cuja característica marcante é a negação da centralização da liderança e o diálogo regular com os moradores, vêm operando em resposta ao PAC e à forma através da qual a UPP opera nos territórios. Eles constituem amplas redes virtuais, fazendo usos de tecnologia de imagem e comunicação, mas têm como base quase sempre redes pessoais, acionadas a cada evento, em uma situação de emergência. Ainda que se valham das relações pessoais, elas não são redes personalistas, ou seja, elas atuam tendo como referência o valor humano e o coletivo. Juntas, as redes virtuais e pessoais talvez venham se misturando e configurando uma nova forma de participação e luta, na qual o público assume novo significado, assim como o humano.

Isso é possível, pelo menos no caso das favelas do Rio de Janeiro, porque redes virtuais e redes pessoais recuperam e potencializam um saber e uma experiência acumulados na vida social e histórica das favelas. Algo que tem a ver com estratégias de sobrevivência, com a tática de estar junto e misturado e com atuar velozmente, a fim de dar conta da sobrevivência em um mundo urbano cruel e estigmatizador.

O trabalho destes movimentos, formado por diversos e diferentes coletivos, vem se fazendo de modo a tornar visível aquilo que é experimentado como drama pessoal. A heterogeneidade e a diversidade de canais de atuação, não se reduzindo às organizações instituídas, bem como a capacidade de dialogar com a experiência do morador em seu cotidiano, tornando-a visível e publicizando-a, são marcas dos atuais movimentos nas favelas, que precisam ser consideradas na formulação e implementação das políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, H. *Método de pesquisas em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOURDIEU, P. (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, C. R. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CALAZANS, R. *Os impactos do PAC na Sociabilidade e nas Experiências Culturais na favela: uma análise a partir da mobilidade urbana e da configuração socioambiental no Complexo do Alemão*. Relatório Preliminar de PIBIC. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2015, mimeo.
- CUNHA, M. B. et al. O desastre cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. In: *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 33, pp. 39-58, 2015.
- CUNHA, M. B.; PINHEIRO, A. B.; CALAZANS, R. Vou te exigir o meu lugar, se não me der, eu vou tomar: o desastre do temporal no Alemão e o movimento Juntos pelo Complexo do Alemão. In: *Libertas, UFJF(On-line)*, v. 15, pp. 1-29, 2015.
- _____. Testemunhos orais e memória: a formação e a reinvenção da vida no processo de pesquisa em favelas do Rio de Janeiro. In: *Anais do Encontro Regional Sudeste de História Oral*, 7, Rio de Janeiro: 2007.
- _____. *Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e outras moradas: história e saber nas favelas da Penha*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- FACINA, A. Sobreviver e sonhar: reflexões sobre a cultura no Complexo do Alemão. In: *Revista Vírus Planetário (On-line)*. Outubro de 2013.
- GUIMARÃES, Maria Beatriz Lisboa et al. Os impasses da pobreza absoluta: a experiência da ouvidoria coletiva na região da Leopoldina. Rio de Janeiro (RJ, Brasil). In: *Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)*, v.16, pp. 291-300, 2011.
- MARTELETO, R.; VALLA, F. Informação e educação popular – o conhecimento social no campo da saúde. In: *Perspect. Ciênc. Inf.* 2003, n. Especial, 8-21, jul./dez.
- PORTO, M. F. S. et al. Comunidades ampliadas de pesquisa ação como dispositivos para uma promoção emancipatória da saúde: bases conceituais e

metodológicas. In: *Ciência & Saúde Coletiva (On-line) JCR*, v. 21, pp. 1747-1756, 2016.

PORTO, M. F. S. et al. Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde. In: *Serv. Soc. Soc. (On-line)*. 2015, n. 123 [cited 2017-04-01], pp.523-543.

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. Relatório estudo de caso identidade favelada e novas tecnologias. IBASE. *Pesquisa Jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas*. Rio de Janeiro: Ibase, 2013.

_____. Internet, visibilidade e favela: movimentos sociais e comunidade em tempos de redes sociais virtuais. Montevideo, Uruguai: XI Reunião de Antropologia do MERCOSUL, 30 de novembro a 4 de dezembro de 2015, mimeo.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALLA, V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. In: *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 14, supl. 2, pp. S07-S18, jan. 1998.

_____. A crise da compreensão é nossa: procurando compreender a fala das classes populares. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: 2:177-190, 1996.

REPRESENTAÇÕES DA MORADIA POPULAR: O CASO DO “CONDOMÍNIO DO PAC”

Bruno Coutinho de Souza Oliveira

[...] nunca as histórias individuais foram tão explicitamente referidas pelas histórias coletivas, mas nunca, também, os pontos de identificação foram tão flutuantes.

(Não-Lugares - Marc Augé)

Introdução

O conjunto habitacional Relicário foi inaugurado em agosto de 2010. Como outros originados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em sua modalidade para as áreas de favelas (o chamado PAC Favelas), foi erguido em um terreno que abrigou por muitos anos uma antiga fábrica de roupas. Situados em uma das principais vias de acesso ao Complexo do Alemão – bairro do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro –, os 22 prédios, dispostos ao longo de um terreno íngreme, entrecruzados por muitos lances de escada, compõem um cenário colorido de construções de blocos pré-moldados. Cada prédio (ou bloco) possui quatro andares, cada um destes com quatro unidades habitacionais, sem elevador, totalizando 16 moradias. Ao todo, são 352 unidades habitacionais. O Relicário está situado entre as construções vistas e reconhecidas como “de favela” e a denominada área formal do bairro de Ramos.

No começo da ocupação do Relicário, moradores contemplados com as chaves dos novos apartamentos passaram a marcar uma forte distinção entre eles e os “de fora”. Muitos moradores “de dentro” – os que naquele momento passavam a residir em uma estrutura predial – assumiram e reproduziram a fala governamental difundida sobre os “condomínios de classe média”. No discurso feito pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva na inauguração de um empreendimento semelhante¹ ao Relicário, morar em apartamento de

1 <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/25-10-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-entrega-de-unidades-do-programa-minha-casa-minha-vida-para-familias-atingidas-pelas/view>>, acesso em: 29 jan. 2014.

“condomínio” tornava-se elemento importante de ascensão econômica e reconhecimento da cidadania, o que contribuiu, por outro lado, para a aceitação e a consolidação das políticas de habitação popular na região. Esse discurso foi reproduzido ao longo do tempo nos espaços de atendimento à população no programa governamental. Técnicos, gestores, engenheiros, todos referiam-se aos conjuntos residenciais do PAC como “condomínios”, ou seja, reiteravam aspectos físicos e simbólicos que remetiam a uma outra maneira de morar, em oposição à representação historicamente negativa da vida na favela. (ZALUAR, 2001). Ao todo, entre 2009 e 2012, foram nove os conjuntos residenciais erguidos, perfazendo 1.750 unidades de habitação popular.

Com o passar do tempo, essa representação baseada na possibilidade de uma “nova vida”, num “novo tempo”, no “recomeço”, na “realização de um sonho”, entre outras expressões que denotavam as expectativas de melhora nas condições de vida, se esvaiu. O crescimento dos números e da sensação de violência no território, a descontinuidade das políticas de urbanização e a deterioração das estruturas físicas do conjunto residencial provocaram um certo “desencantamento”. Simultaneamente, mesmo entre os mais críticos, sete anos após a inauguração do Relicário, a “conquista do sonho” da casa própria e a sensação de certo distanciamento físico da favela (que remetiam à ideia de segurança) permaneceram em algumas falas. No entanto, as críticas giraram em torno da maneira como o território onde o Relicário está localizado continuava a ser entendido e praticado por agentes e grupos supralocais, por representantes governamentais, políticos, a polícia. “Bandidos” continuavam ordenando o espaço vivido, em uma dissonância com a ordem legal esperada. A “bagunça” e a “satisfação” em relação à nova moradia tornaram-se perspectivas ambíguas no decorrer da vida praticada ou, como defino, uma estrutura de ordenamentos ajustados.

Dessa forma, este texto procura problematizar as representações construídas sobre esse novo espaço de moradia a partir do olhar de seus próprios viventes. Para entender como essas representações se sobrepõem e concorrem entre si em um universo de práticas compartilhadas, inicio contextualizando a formação da moradia no bairro do Complexo do Alemão. Em seguida, apresento os princípios que orientaram a implementação do programa de urbanização direcionado às favelas do bairro. Por fim, por meio de entrevistas semiestruturadas e anotações do campo construídas ao longo dos meus cinco anos de pesquisa para o doutorado, analiso duas narrativas sobre trajetórias de pessoas que moravam em favelas do bairro e passaram a residir no conjunto Relicário, local que escolhi para realizar a etnografia.

Complexo do Alemão: breve histórico sobre o processo de ocupação

As origens históricas que retratam a emergência da moradia popular no Complexo do Alemão, localizado no subúrbio da Leopoldina², datam do final do século XIX. As ocupações na região ocorreram sob forte influência das sucessivas reformas urbanas no Centro da cidade, que marcaram o início do século XX, e foram acompanhadas por um intenso processo de urbanização e industrialização dos subúrbios que se desenvolveu por toda a primeira metade deste mesmo século.

A primeira fase de ocupação do Complexo do Alemão, bem como dos subúrbios cariocas, anteriormente caracterizados pelo ar bucólico das grandes fazendas e chácaras, pode ser entendida, em grande medida, como o resultado de um conjunto de fatores sociais, econômicos e ideológicos. (ABREU, 2013; PEREIRA DA SILVA, 2010; FERNANDES, 2011). Tais fatores, que desencadearam um contínuo movimento de povoamento e permanência na região, podem ser dimensionados ao observar-se a crise habitacional instaurada na cidade devido ao rápido crescimento populacional. Este, por sua vez, fora provocado pelos efeitos da abolição da escravatura e da intensa migração de estrangeiros³ atraídos pelos incentivos econômicos dados pelos governos à iniciativa privada para a construção das primeiras “vilas operárias”; pelo forte impulso gerado pelas instalações das primeiras fábricas na região; pela expansão da rede de transporte ferroviário; e, por fim, pela “enorme inundação de terrenos baratos e vendidos a prazo para as classes trabalhadoras”, o que denota a constituição de um vultuoso mercado imobiliário. (FERNANDES, 2011. p.184).

Mais tarde, em meados dos anos 1940, ocorre um segundo fluxo migratório para a região, em decorrência da facilidade de circulação de pessoas, matérias-primas e produtos proporcionada pela abertura de importantes vias rodoviárias, como a Avenida Presidente Vargas (1944) e a Avenida Brasil (1946), bem como de uma segunda onda de industrialização. As sucessivas reformas urbanas e as regulações governamentais sobre as determinações para construções prediais e uso do solo em diferentes regiões urbanas⁴ também foram decisivas para o crescente povoamento dos subúrbios. Abreu (2013) chega a

2 Essa região da Zona Norte do Rio de Janeiro passa a ser conhecida como “subúrbio da Leopoldina” após a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina, em 1858, com trechos que passavam por dentro da malha urbana no seu trajeto de escoamento da produção de café e de interligação com o estado de Minas Gerais. (EL-KAREH, 2010).

3 Gonçalves (2013) mostra que, somente entre os anos de 1872 e 1920, a população do Rio de Janeiro passou de 274.972 habitantes para 1.157.873 – um crescimento de 421% no período.

4 De que é exemplo o Decreto 6000/1937, que especificou as Zonas Norte e Oeste como áreas de zoneamento industrial da cidade. (ABREU, 2013; MIYASAKA, 2011).

afirmar que, entre 1946 e 1960, se estabelece, de fato, uma zona industrial no subúrbio da Leopoldina. Inúmeras fábricas instalaram-se nos bairros que circundam o que seria o Complexo do Alemão, entre elas as fábricas da Coca-Cola, Tuffy e Poesi. A primeira e a de maior destaque na região foi o Curtume Carioca⁵.

Na visão de Lefebvre (2001, p.16), ocorreu um “duplo processo” de ocupação e de transformação de antigas zonas rurais. A rápida expansão da indústria e sua demanda por recursos naturais, conjugada à urbanização, da qual decorreu uma crise habitacional já no século XIX intensificada por intervenções públicas configuradas num modelo segregador, fez surgir um complexo tecido urbano submetido a especulações no mercado informal de terras e imóveis. As disputas pela terra e as relações políticas e comerciais entre agentes públicos e privados em torno da ocupação do solo urbano desdobraram-se em situações “problemáticas” (Idem, p.17), tendo como efeito um amplo e contínuo processo de expansão dos espaços suburbanos. Sob o influxo desse movimento, “nasceram” as favelas do Complexo do Alemão, resultado de um processo de loteamento e comércio de terras que permitiu seu povoamento tanto para moradia quanto para os negócios.

Couto e Rodrigues (2013) afirmam que, diante desse modelo de desenvolvimento urbano, o povoamento do Complexo do Alemão foi estruturado sob um padrão de ocupação informal de terras, com as mais variadas modalidades de fixação no solo e com diversos arranjos de negociação entre atores em distintas posições sociais e condições econômicas. Essas ocupações – principalmente em encostas e nos topos dos morros – ocorreram sob um intenso processo de negociações entre atores públicos e privados, que permaneceu como *modus operandi* ao longo do tempo. Tal forma de organização servirá como base e justificativa para uma série de intervenções do poder público para fins de regularização, de formalização e de integração do tecido social do Complexo do Alemão ao conjunto da cidade “formal”.

O Complexo do Alemão e a “PACficação” das favelas

Atualmente circundando os bairros suburbanos da Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso e Inhaúma, o Complexo do Alemão é formado por dezenas de fa-

5 Segundo informação de moradores, a fábrica Curtume instalada no bairro da Penha, vizinho ao Complexo do Alemão, chegou a ser, na década de 1950, a primeira e maior indústria de curtição e fabricação de produtos de couro das Américas, tornando-se a segunda no mundo, e empregando cerca de três mil pessoas.

velas⁶. Seu tecido urbano é composto por uma diversidade de órgãos e de equipamentos públicos (escolas, creches, postos de saúde), de instituições privadas e de caráter comunitários (como organizações não governamentais, institutos de pesquisa, associações de moradores), de comércio variado – supermercados, bancos, lojas diversas –, o que faz dele uma densa composição urbana. A região hoje é considerada uma das mais populosas do município, com mais de cem mil habitantes⁷, com características demográficas, econômicas, sociais e culturais que nos remetem a uma típica cidade brasileira de médio porte⁸. Parte desse complexo urbanístico foi objeto das intervenções recentes do PAC Favelas.

Com o crescimento exponencial das construções informais, as sucessivas crises econômicas a partir dos anos de 1970 e a militarização do conflito entre operadores do Comando Vermelho e policiais, que se tornou cotidiana no Complexo do Alemão no início dos anos de 1990, a região passou a ser lida quase que, exclusivamente, como lugar do crime e da violência. Dito de outro modo, um lugar onde se consolidou um conjunto de práticas ligadas a um grupo social em desconformidade com a ordem institucional-legal instituída, que leva “à padronização dos comportamentos, estruturalmente condicionados e estruturantes e à apreensão desses padrões através da transmissão social e de codificações simbólicas.” (GRILLO, 2013, p.95). A representação simbólica de todo o Complexo do Alemão foi impregnada nos/pelos meios de comunicação com os sentidos do chamado “mundo do crime”.

Em grande medida, parte da referida leitura esteve associada aos desdobramentos dessa conjuntura visível. O conjunto de ruínas e espaços vazios em

6 Atualmente, a definição de quantas favelas e áreas internas compõem o Complexo do Alemão varia de acordo com a fonte pesquisada. Durante a implementação do PAC, o governo do Estado trabalhou com o número de 12 “comunidades” (Morro da Baiana, Morro do Alemão, Itararé/Alvorada, Morro do Adeus, Morro da Esperança, Matinha, Morro dos Mineiros, Nova Brasília, Palmeiras, Fazendinha, Grotta, Reservatório de Ramos e Casinhas). O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) utilizou como referência em recentes trabalhos 14 “favelas”, acrescentando à lista acima Pedra do Sapo e Canitar. Representações locais nomeiam 31 “lugares” (Grotta, Areal, Sabino, Chuveirinho, Cava, Canitar, Te Contei, São José, Mineiros, Pedra do Sapo, Central, Alemão, Relicário, Matinha, Coqueiro, Rua 2, Alvorada, Sem Saída, Praça do Samba, Largo da Vivi, Praça do Cruzeiro, Fazendinha, Zona do Medo, Casinhas, Nova Brasília, Loteamento, Aterro, Reservatório de Ramos, Morrão, Inferno Verde, Área 5).

7 O número total de habitantes do Complexo do Alemão é controverso. O Censo Demográfico de 2010 (IBGE) contabilizou 60.583 pessoas distribuídas em 18.442 domicílios. Algumas instituições locais afirmam que há cerca de 200 mil pessoas. Em 2008, o Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (EGP-Rio) realizou o Censo das Favelas, indicando 90 mil habitantes distribuídos em 28 mil domicílios somente para a área de intervenção do PAC. Porém, tal área não é totalmente coincidente com o território do bairro do Complexo do Alemão. Os dados do EGP-Rio estão disponíveis em: <http://www.emop.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Apresentacao-Censo.pdf>.

8 Segundo o IBGE, as cidades de médio porte possuem entre 100.001 e 500 mil habitantes.

que as fábricas fechadas se tornaram, as explosões demográficas de décadas de desenvolvimento industrial e urbanização, os altos índices de desemprego, de analfabetismo e de doenças na região, entre outros indicadores, passaram a ser o material substantivo para a reiteração de estigmas e preconceitos. Na trajetória secular interpretativa sobre os espaços das favelas na cidade do Rio de Janeiro, aquele antigo bairro, outrora visto como o *habitat* do novo proletariado (LEFEBVRE, 2001), passou a ser construído no imaginário social e veiculado sistematicamente na imprensa como o lugar da criminalidade, da pobreza, da falta e da negação de vida.

Assim, sob a leitura da precariedade e da violência, o governo federal, em abril de 2008, com o apoio dos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro, anuncia o PAC Favelas, implementado em quatro conjuntos de favelas⁹. Sua proposta, elaborada pelo Ministério das Cidades e gestores da Caixa Econômica Federal (CEF), tinha como objetivo “integrar as favelas ao conjunto da cidade” por meio de obras de infraestrutura e projetos sociais, baseado na experiência urbanista da cidade colombiana de Medellín, ocorrida no início dos anos 2000. (ROLDÁN, 2001).

Ao longo de cinco anos, o programa realizou obras de saneamento, alargamento e pavimentação de ruas, vielas e becos, creches, escolas e conjuntos habitacionais. No Complexo do Alemão, a obra do teleférico estruturou basicamente todo o programa. Por ele, desencadeou-se grande parte das outras intervenções e ações, principalmente as relacionadas à moradia e a processos indenizatórios. Ao final, com todo o aparato urbano construído, parte das edificações originárias do programa foi incorporada ao pacote de ofertas de serviços e de equipamentos públicos que compôs a marca do projeto “Cidade Olímpica”¹⁰. De acordo com o *site* da prefeitura do Rio de Janeiro¹¹, o Complexo do Alemão possui hoje quatro escolas municipais, oito creches/pré-escolas, dois postos de saúde, uma “vila olímpica”, uma academia para idosos e outra de uso amplo, e uma instalação de uso educacional multimídia e multidisciplinar sob a administração do projeto municipal que visou consolidar a imagem interna-

9 Além do Complexo do Alemão, o governo do Estado gerenciou o PAC em mais quatro territórios no Rio de Janeiro: Pavão-Pavãozinho, Preventório, Complexo de Manguinhos e Rocinha. Há uma série de estudos sobre os impactos das políticas do PAC nessas localidades, com destaque para a tese de doutorado de Cláudia Trindade, intitulada “*Não se faz omelete sem quebrar os ovos*”: política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro.

10 A marca “Cidade Olímpica” foi utilizada pela administração municipal do Rio de Janeiro como termo capaz de criar certa ideia de unidade e coesão na cidade. Segundo o *site* da prefeitura, “#CidadeOlímpica é centro e periferia; morro e asfalto; Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste e Zona Portuária, tudo junto e misturado no traço e na poesia de grandes expoentes da arte urbana carioca.” Ver: <http://www.cidadeolimpica.com.br>, acesso em: 15 mar. 2016.

11 <http://www.cidadeolimpica.com.br>, acesso em: 8 out. 2015.

cional da cidade.

A concretização desses projetos de urbanização em áreas vazias e degradadas na cidade, o que incluiu a região portuária e outras favelas, seguiu o receituário da “cidade-empresa”, ou das *global cities* (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000), bem difundido na América Latina por agências internacionais de fomento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e ONU-Habitat, e consultores especializados em economias emergentes. (CAVALCANTI, 2013). Como nos apontam Arantes, Vainer e Maricato (2000), por meio do *marketing* agressivo, baseado na consolidação de uma “coalizão pró-crescimento” envolvendo governos e grupos privados de diversos setores econômicos, tais como empresas de comunicação e publicidade, adotou-se um tipo de governo que negociou seus espaços como produto, em nome de uma suposta revitalização e modernização. Para os autores, essa espécie de resgate simbólico e econômico de regiões periféricas impõe à cidade a lógica mercantil de “cidade-emprego”, semelhante às experiências exaltadas, como o caso de Barcelona. Com o Complexo do Alemão não foi diferente. Cabe lembrar que, no momento em que o PAC passa a ser executado, a cidade do Rio de Janeiro vivia um período de grande euforia. Tínhamos sido “escolhidos”, em 2007, sede da Copa do Mundo de Futebol da FIFA e nos preparávamos para a possível vitória para receber os primeiros Jogos Olímpicos e Paraolímpicos da América Latina, o que se concretizou em outubro de 2009.

Entre 2010 e 2011, período em que realizei a pesquisa para o mestrado e atuei como gestor territorial do PAC, a fala dos moradores remetia a uma sensação geral de transformação do Alemão. “Uma benção do presidente Lula”, relatou-me uma senhora divorciada, mãe de duas crianças, na inauguração de um dos nove conjuntos habitacionais construídos pelo programa. Ela havia sido contemplada com um dos apartamentos do PAC. Com o montante de recursos empreendidos na região (cerca de R\$ 1 bilhão¹²), o PAC caracterizava-se como oportunidade única para o atendimento de demandas históricas. Para usar o termo de Arantes, Vainer e Maricato (2000), estava em curso naquele momento a “requalificação” da favela. Com as sucessivas inaugurações – teleférico, postos de saúde, creches, escolas, bem como os conjuntos habi-

12 Os valores totais sobre o investimento variam de acordo com as fontes pesquisadas. Em apresentações realizadas por representantes do governo do Estado, o valor total gasto no PAC do Complexo do Alemão é de R\$967.414.879, sendo R\$731.311.159 oriundos do governo federal (Ministério das Cidades e CEF) e R\$ 236.103.720 do governo do Estado (Secretarias Estaduais de Fazenda e Obras). Segundo dados do Boletim de Transparência Fiscal, documento da Secretaria de Estado de Fazenda, o total de investimentos do PAC, entre 2008 e 2010, é da ordem de R\$ 3,1 bilhões. No *blog* do Palácio do Planalto (<http://blog.planalto.gov.br/o-teleferico-do-alemao-e-um-simbolo-do-pac-diz-presidenta-dilma/>), o valor investido pelo governo do Estado como contrapartida foi de R\$210 milhões e do governo federal, de R\$729.400.000, totalizando R\$939.400.000.

tacionais, as pessoas se envolveram em uma verdadeira “animação urbana.” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000).

Aliada às entregas de construções e equipamentos públicos, a ocupação militar ocorrida em novembro de 2010 pelas forças armadas e pelo Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE), amplamente divulgada pelos meios de comunicação, impunha à localidade a lógica da “retomada de território”. O projeto de segurança pública, com vista à ocupação e à permanência nas favelas do Complexo do Alemão pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), apresentava a possibilidade de se estabelecer outro tipo de relação entre os moradores das favelas e policiais. A ideia de “polícia de proximidade”, defendida por gestores públicos e estudiosos da área de segurança pública como a única alternativa para diminuir o poder dos traficantes nos morros, justificava os altos investimentos do governo do Estado na formação de novos policiais, a compra de equipamentos para o setor, bem como a instalação de bases fixas da polícia militar dentro das favelas.

Cavalcanti (2013) nos ajuda a pensar sobre esses dois movimentos governamentais, que ocorrem quase que simultaneamente em áreas de favelas nas quais o predomínio territorial é exercido por grupos que controlam a venda do varejo de drogas. O PAC Favelas e a UPP foram concebidos para “reconquistar” não só os territórios, mas corações e mentes de quem espera há décadas algum tipo de transformação em suas vidas. O discurso da mudança ganhou as páginas dos jornais e as conversas em cada esquina do Complexo do Alemão. Soldados do Exército, policiais militares, escavadeiras e operários compartilhavam as ruas e os becos. Diante dessa combinação, Cavalcanti defende que, para além das obras de melhoria física do espaço urbano, o acoplamento entre as duas intervenções em larga escala propicia um tipo de gramática de controle social das favelas, que conjuga urbanização à militarização, constituindo a política prevista pelo projeto do Rio como “Cidade Olímpica”. Todo esse processo de reconfiguração socioespacial estaria baseado numa gramática político-urbana, que ela define como “*PACificação*”. Por meio da articulação de instâncias governamentais distintas, tendo a opinião pública um papel relevante no processo de construção do convencimento sobre as políticas, impuseram-se “transformações impactantes às estruturas cotidianas de autoridade nas favelas incidindo sobre relações de poder e de mediação política há muito tempo estabelecidas.” (op. cit., p.198).

Diante do arranjo socioterritorial instituído após as ações governamentais, as leituras sobre o cotidiano passaram a mobilizar ordens de grandeza que interpretavam o antes e o depois, o antigo e o novo, o esperado e o vivido. Dentro do conjunto residencial Relicário, as representações sobre o espaço

vivido, praticado e experimentado de acordo com as necessidades e as ordens vigentes tornaram-se fragmentadas nos discursos sobre o cotidiano. Para exemplificar, compartilho duas narrativas baseadas em histórias locais que expõem de maneira evidente as ambiguidades interpretativas sobre a moradia popular, em que as ordens institucional e local/comunitária estão em permanente disputa e ajustamento. As falas constroem-se na porosidade da fronteira que separa a decepção da satisfação, mostrando que os sentimentos e os entendimentos ajustam-se de acordo com os contextos vividos entre os pares em um determinado espaço compartilhado e disputado, físico e simbolicamente.

As representações da moradia: duas trajetórias¹³

As trajetórias aqui trabalhadas recuperam poderosas histórias pessoais no tempo e no espaço, não só no Complexo do Alemão, mas na própria cidade. Histórias que ganham significados de luta, de astúcia e de sobrevivência, principalmente quando consideramos os desdobramentos do PAC Favelas na região e seus processos de participação e de aquisição dos apartamentos. Todas as falas remontam a expectativas e frustrações, dores e realizações, críticas e contentamentos que nasceram como efeitos das rotinas vividas, não só no Relicário, mas também no Complexo do Alemão.

Aqui, utilizo a ideia de representação a partir da definição de Mary Jane Spink (1993), segundo a qual o conhecimento processual do outro ou de qualquer objeto é produto de determinações tanto históricas como do aqui-e-agora e construções que têm uma função de orientação: conhecimentos sociais que situam o indivíduo no mundo e, situando-o, definem sua identidade social – o seu modo de ser particular, produto de seu ser social. (op. cit., p.8).

Sá (1998), de maneira complementar, nos ajuda a pensar o processo de formação das representações quando atribui à práxis o mecanismo formador e organizador da própria representação social. Para o autor, as representações “emergem das práticas em vigor na sociedade e na cultura, [...] perpetuando-as ou contribuindo para a sua própria transformação.” (1998, p.40). São as práticas cotidianas que redimensionam as dinâmicas relacionais e constituem as

13 Para este artigo, escolhi duas histórias que reproduzo em parte por considerar que sintetizam de maneira mais evidente a ambiguidade de sensações e percepções sobre a moradia no conjunto residencial Relicário. Elas constam da minha tese de doutorado que, no momento, encontra-se em fase de revisão final para disponibilização pública.

representações no contexto em que elas se desenvolvem. Aqui, na experiência relatada, o contexto tornou-se um elemento estruturante dos processos de significação e ressignificação das representações nas relações estabelecidas.

Dandara, mulher negra, 26 anos, solteira, mãe de um menino de 13 anos e de uma menina de cinco, sem trabalho fixo, transita entre a satisfação com o apartamento nos “predinhos” e a ácida crítica a respeito da dinâmica da moradia individualizada (e “egoísta”, como ela fala) das unidades habitacionais. Mateus, 47 anos, liderança forjada nos processos de aquisição dos apartamentos do PAC, também reproduz a alegria por ter adquirido seu imóvel, mas afirma enfaticamente: “aqui está uma bagunça só!” Sentimentos ambíguos que incidem sobre as formas de se relacionarem e constituírem o próprio espaço vivido.

“Nem muito bom, mas melhorada.”

Dandara foi uma das primeiras pessoas que reencontrei ao retornar ao conjunto Relicário. Conheci-a no período em que estive no campo como gestor do PAC. Desde o início, sua história chamou-me a atenção. Como centenas de pessoas no Complexo do Alemão, Dandara viu-se desabrigada após as fortes chuvas que fecharam o verão de 2010. Seu caso chegou aos corredores da Secretaria de Estado de Assistência Social, responsável pelo acompanhamento e o cadastro das famílias desabrigadas. Técnicos e gestores da assistência relatavam incrédulos sobre uma menina grávida, “com o maior barrigão”, órfã, que andava pelo “canteiro social” (espaço criado para atendimento do PAC Social) e que havia perdido tudo, inclusive os documentos. Após o desabamento de sua casa, Dandara não possuía qualquer identificação que comprovasse seus dados pessoais, o que a impedia de ser incluída formalmente nas listagens para um possível sorteio de apartamentos do PAC.

Dandara morava no alto de um morro do Complexo do Alemão. Com seu pai vindo do interior de Minas Gerais, e sua mãe do norte do estado do Rio de Janeiro, viveu grande parte da sua vida em uma favela considerada por muitos moradores do próprio Complexo do Alemão como uma das “mais pobrezinhas da região”, conhecida como Pedra do Sapo. A trajetória de Dandara até o Conjunto Relicário foi marcada por passagens dramáticas. Do momento em que ficou desabrigada ao recebimento das chaves, passou por lugares onde sua moradia foi provisória e improvisada. Transitava entre a casa da irmã e o centro esportivo disponibilizado por representantes do governo e lideranças locais para receber as pessoas desabrigadas: a Vila Olímpica. Dessa experiência, expôs-me as precariedades dos abrigos provisórios, as relações de conflito e negociação com as pessoas com quem dividiu o mesmo espaço

e as táticas que utilizou para sobreviver ao caos que se instalou em sua vida e na de seus filhos. “Nunca passei tanta humilhação na minha vida, Bruno, comi o pão que o diabo cuspiu, amassou e pisou”, relatou-me no dia em que me concedeu uma entrevista.

[...] já trabalhei guardando carro quando era de menor, já trabalhei. [...] Quando eu fiz 13 anos, eu engravidei do meu filho, aí quando ele fez seis meses minha mãe morreu, aí fui aprender a vida, porque eu fui trabalhar com a Dayse. Ela dava comida fresca pro Valente, que era o cachorro dela, e queria eu comesse a comida da jantar do dia anterior. Tinha dia em que eu falava: tranquilo Dayse, não quero nem almoçar. Sabe por quê? Porque eu sabia que a minha casa era num barraco que, quando eu chegava lá, no mínimo eu ia comer uma comida decente. Dayse era minha patroa. Ela não me dava dinheiro, não, ela só comprava as coisas pro meu filho: leite, fralda, Maizena, Danone. [...] Só a casa dela tinha seis banheiros, no IAPI na Penha. Pra tu vê, a casa era tão grande que ela fez uma república. Tinha dia em que eu sentava e dormia sentada. E ela ainda tinha um sacolão, que ela ainda achava que eu tinha que limpar e lavar o sacolão dela. Três anos sem carteira assinada porque eu precisava, acima de tudo, criar meu filho. Eu precisava sobreviver.

Atualmente, Dandara mora no quarto andar de um dos blocos da Parte Baixa do Pavimento 2 com seus dois filhos: área superior do conjunto. Como outras mulheres moradoras do Relicário com as quais conversei, recebe o benefício do Programa Bolsa Família. Seu grau de escolaridade formal é o ensino fundamental incompleto. Desde que retirou seus novos documentos de identidade e se mudou para o Relicário, conseguiu alguns empregos com carteira assinada como “auxiliar de serviços gerais”, mas que “duraram pouco”. Disse: “Bruno, esse pessoal só quer explorar, querem que eu trabalhe sem descanso, mas na hora de pagar ficam fazendo jogo duro!” Esporadicamente, realiza trabalhos pontuais como diarista, mas evidenciou diversas vezes que as oportunidades de trabalhos – e aqui ela não diferencia trabalho formal de informal – tornaram-se mais difíceis depois que foi morar no Relicário. Atribui a essa dificuldade a maneira como as relações se estabelecem entre as pessoas dentro do conjunto, em “ritmo de cadeia”:

Vou te falar uma coisa, no morro eu ainda arrumava um biscate, arrumava 30, 40, aqui eu não arrumo nada! Sai fora! Lavava um tênis, uma blusa, um bagulho, na outra arrumava um tapete... aqui é ritmo de cadeia! Ninguém abre a mão! Nada! Não sei, Bruno... aqui é um lugar estranho, parece aqui um lugar amaldiçoado, não arrumo um trabalho, Bruno, quando tô, pá! Sou mandada embora...

Em diversos momentos, ela transita, discursivamente, entre a realização da conquista individual do apartamento do PAC – “Meu palácio, minha conquista!” – e a crítica contundente ao que considera um “lugar de desunião e egoísmo, se você precisar de alguém aqui, você morre”. Positivamente, ela ressalta as condições materiais de sua residência quando comparadas à antiga no alto da Pedra do Sapo. Possui uma visão muito prática sobre o morar: “quem não tem casa, não tem vida! Agora tenho meu apartamento, aqui é tranquilo, não tem tiroteio, crio meus filhos, pego um ônibus ali em baixo, sem aporrinhacão.” No entanto, Dandara utiliza o termo “ritmo de cadeia” para metaforizar um ambiente interno fragmentado e vigiado, onde cada um cuida do seu espaço, do que é seu ou do seu grupo, “sem deixar de tomar conta da vida um do outro”, como mencionou. Um lugar onde não há solidariedade e sim “desunião” e “egoísmo”, diferente do morro, na sua visão. Em relação às formas de geração de renda e trabalho, ela sente mais negativamente sua moradia no Relicário. “Nos predinhos é muito melhor”,

mas acontece que aqui não tem a união como a gente tinha lá no morro, não. É desunião. Bruno, aqui é tipo o Bangu 1, pavilhão de Bangu, cada um na sua cela. Nem um alho é bom você pedir pro teu vizinho. Igual eu te falei, aqui é feito Bangu: cada um no seu quadrado, nem um copo de açúcar o seu vizinho gosta de te dar. Aqui é foda. Aqui é cada um por si e Deus por todos. Até um copo de açúcar, tu tem que saber a quem vai pedir. No morro, não. No morro, tu chegava na janela: “ô fulano, não tem açúcar aí, não? Tem feijão aí, não? Dá um pouco de arroz.” Aí mora aqui no “predinho”, acha que é rico. Tá entendendo? Todas as pessoas... tem pessoas que vieram pra cá, acham que tão lá onde tu mora, lá na Zona Sul, lá em Copacabana, entendeu? Lá no Copacabana Palace! Mas acha que mora lá! Gente, aqui é uma comunidade também! Só saímos de cima pra descer pra baixo!

Dandara conta que sempre teve um bom relacionamento com os vizinhos, e que mantém uma boa convivência com as pessoas provenientes da Pedra do Sapo. Mas aponta para uma quebra dos compromissos entre elas e para uma falta de solidariedade causada pelo próprio espaço dos “predinhos”. Para ela, com a chegada aos “predinhos”, as pessoas tornaram-se “egoístas” e “metidas”. Dandara entende que a possibilidade de morar em uma espécie de “condomínio” fez com que as pessoas adotassem uma postura de distinção dentro do próprio conjunto, em um processo de crescente individualização das ações e dos entendimentos sobre o morar no Relicário. Ao realizar suas

críticas, Dandara remete-se sempre ao passado da “comunidade no morro”, da solidariedade entre vizinhos, onde os limites da vida privada eram concebidos de maneira mais fluida e os compromissos coletivos estavam mais presentes na construção da sociabilidade local.

Eu tenho certeza que, se é no alto do morro, você desce com qualquer pessoa velho, novo... se você chegar na porta do Willian [um vizinho antigo]: Williiiaan! Por favor, Willian, leva fulano aqui no hospital que tá passando mal. Eu já cansei de chamar Willian de madrugada pra levar minha irmã no hospital pra mim e ele nem te cobrar um real, te esperar na porta pra te trazer de volta. Com as pessoas desse lado lá do alto morro, ele morava na rua, no pé do morro. Podia chamar ele qualquer hora que ele socorria, acredita? Aqui você não tem isso. Aqui você não tem isso, aqui você vai morrer sem um socorro porque seu vizinho nem um SAMU vai chamar pra você. Então, são essas pequenas coisas que o morro faz falta. Tem poucas pessoas que socorrem. Povo aqui vive mais pelo ódio.

Chamo a atenção para a narrativa de Dandara, de que parece ocorrer ao longo do tempo um processo contínuo de fragmentação da vida social e de individualização das ações no dia a dia dos problemas comuns. Da perda de sua casa e o fim da “vida no morro” à dinâmica das disputas pelos apartamentos do PAC e à moradia no Relicário. A saga coletiva que se anunciou no relato dos deslizamentos de terra na Pedra do Sapo e na formação de grandes “formigueiros” humanos, prosseguiu em torno dos atores públicos e desfez-se na medida em que Dandara relatou como as pessoas passaram a operacionalizar suas ações diante dos bens postos à mesa: individualizada, da comida no abrigo ao apartamento desejado. Em certa medida, viver dentro do Relicário seria a consolidação desse processo, um ambiente menos solidário feito por pessoas “sem espírito”.

Escuta uma coisa, concluindo sua pesquisa, a favela é foda, mas o pobre tem um espírito. Tem pessoa que aqui não tem espírito. É pobre de espírito. E você ser pobre, você não ter espírito, você é pior do que o pobre mesmo. Porque se você for pobre, mas você ainda tiver um pouco de espírito, você tem dignidade porque você vai pensar no próximo. Tem pessoas que nem isso têm. Nem um espírito a pessoa tem. Aqui é horrível.

Perguntei a Dandara em uma ocasião como ela definiria sua moradia no Relicário em uma frase. De forma objetiva, respondeu: “Nem muito bom, mas melhorada”.

“Cheguei com vontade de mudar, mas cansei.”

Junto com Dandara, Mateus foi um dos primeiros moradores que conheci quando cheguei ao Complexo do Alemão, após as chuvas de abril de 2010. Nosso contato ocorreu na dinâmica do cadastramento das famílias desabrigadas. Sua trajetória até o Relicário era parecida com a de Dandara: moravam no mesmo local e estiveram na mesma condição de desabrigados. No entanto, depois que chegaram ao Relicário, Mateus e Dandara tiveram papéis distintos. Mateus foi um dos protagonistas de um movimento que buscava impedir o trânsito de moradores da favela vizinha por dentro do conjunto residencial. Ocorreu um embate entre o grupo de moradores do “condomínio do PAC” e o da favela vizinha. Mateus revoltou-se com uma passagem que mantinha a circulação entre os dois lados: defendia que o Relicário se tornasse um “condomínio fechado”. Suas expectativas em relação à nova realidade de moradia levaram-no a considerar inaceitáveis as idas e vindas dos “favelados” pelas ruas que cortam o terreno. Em uma ocasião, logo que soube que a passagem permaneceria aberta, esbravejou:

Mano, esses favelados ficam passando por aqui, quebram a porra toda dos brinquedos do parquinho das crianças, fumam *crack*, fazem uma zona do caralho, [...] não quero esses favelados passando aqui, não! Senão vira bagunça igual lá em cima!

Mateus desejava um outro tipo de ordenamento naquele espaço do Relicário, em sua obstinação para transformá-lo e acabar com a “bagunça”. Esse termo foi muito utilizado, não só por ele, mas por outros moradores para designar um estado de desordem. A “bagunça” ganha um contorno moral para um conjunto de práticas que compõem a realidade vivida na sociabilidade das favelas. Para ele, era preciso impor uma nova ordem dentro do Relicário. Mateus defendia a organização baseada na representação dos síndicos e das comissões gestoras fomentadas pelas equipes do PAC no período da mudança para os prédios. Ao mesmo tempo, defendia a criação de uma Associação de Moradores do Conjunto Residencial Relicário como meio de organização local. No seu entendimento, a associação deveria atuar como instrumento de ordenamento no cotidiano da moradia e como representação reconhecidamente formal do Relicário, diante das outras associações e lideranças locais e governamentais. De acordo com ele, síndicos e membros da nova associação deveriam conduzir aquele novo espaço de moradia.

Mateus, morador do Bloco H, vive hoje com sua esposa e sua filha mais nova em um apartamento no quarto andar. Gosta de morar no Relicário. Ex-

pressa gratidão aos que o ajudaram a conseguir um apartamento do PAC. Reconhece que, com sua mudança de endereço, obteve benefícios no seu cotidiano, principalmente aqueles relacionados à facilidade que encontra na mobilidade urbana (acesso aos meios de transporte) e no acesso “à rua” na busca por novos serviços remunerados. Sua avaliação sobre as instalações residenciais e a estrutura predial é sempre positiva. Entende que sua vida “melhorou muito” e não pensa em sair do Relicário.

No entanto, aponta para um problema central no processo de formação desse novo espaço de moradia: o “social”. Sua crítica mais incisiva encontra-se na dimensão da interação e das reciprocidades (ou a falta delas) entre os moradores vizinhos, em suas relações cotidianas no interior do conjunto residencial. Para ele, “o governo” é o responsável direto pelo “problema”.

Mateus afirma que o fato de o governo não ter acompanhado a nova dinâmica das pessoas no dia a dia do condomínio resultou, ao longo do tempo, em uma piora significativa da qualidade da organização interna dos prédios e áreas comuns, bem como na manutenção das suas instalações. Considera um “grave erro” do programa federal a maneira como o processo de mudança de endereço foi conduzido pelos gestores públicos, principalmente no que diz respeito à adaptação das pessoas ao novo local de moradia e às formas de organização do espaço. Julga que o governo deveria ter acompanhado por mais tempo a mudança das pessoas para o conjunto, conduzindo rotineiramente as práticas para a preservação do local, como, por exemplo, a limpeza, o recolhimento do lixo, a conservação das instalações condominiais, o pagamento das taxas etc.

O que eu achei que o governo poderia ter feito, eles fizeram essa integração, mostraram como seria, teria que ter sido, da maneira que eles colocaram, olha, condomínio funciona desse jeito, existe essa regra, seu direito começa da onde o do seu vizinho termina, e vice-versa, e tal e explicar... só que o seguinte, fez eleição, botou síndico e subsíndico, sumiram! Desapareceram! Fomos esquecidos! Não explicaram pro povo que condomínio é um imposto. Se você não pagar, você perde seu local. Isso é lei. Só que não registraram porra nenhuma, largaram o síndico nessa furada e muitos síndicos tiveram que desenrolar com bandido achando que tavam querendo roubar. Eu fui um, achando que eu tava querendo roubar o condomínio, entendeu? Então, é por aí... Eu fico, como falei no início, fiquei muito bem, gostei legal de morar aqui, pedi a Papai do céu pra me dar o quarto andar e ele me deu, então tudo que eu, graças a Deus, eu conquistei com a minha... hoje minha vida melhorou muito, um pouco mais, porque por eu morar muito próximo da rua, eu consigo arrumar outros serviços... hoje eu tô bem melhor, mas eu fico chateado em termos que pô, o que foi pregado no início, o que eles queriam que nós regássemos, a água tinha que vir deles, do governo, porque a partir do momento em que eles plantaram aqui essa regra do condomínio

que teria que ser pago e a manutenção seria por conta dos moradores, então é isso, Bruno, o básico é isso. A questão nossa toda aqui foi essa. Eu achava que se o governo tivesse mais presente, essa sujeirada não teria, a evolução do pátio em si, por exemplo, quando nós viemos tinha quatro árvores dessa aí, morreu, entendeu?

Em encontros que tivemos ao longo da pesquisa, Mateus sempre fez distinção entre a vida no morro e a no conjunto residencial, ou melhor, entre conjuntos de práticas e regulações que compõem, em sua opinião, dois universos de moradia diferentes. Mateus enxerga neles dois tipos diferentes de ordenamentos: um que fundamentar-se-ia sob leis pactuadas e outra, sob o signo do medo. Para ele, a “opressão” e o “medo” estão no cotidiano do morro. Sua percepção é que, no conjunto residencial, não há uma opressão permanente da “boca”, assim os moradores, como ele disse, “fazem o que querem e quando querem”. No conjunto residencial, as pessoas agiriam com mais liberdade, sem que haja uma forte sensação de coerção naquele ambiente compartilhado de vivência.

Mesmo havendo dentro do Relicário claras indicações que remetem a certa regulação do local feita pelo Comando Vermelho, a percepção de Mateus é a de um espaço sem regras, sem qualquer tipo de regulação. Com o fim das comissões gestoras condominiais e menor “opressão da boca”, não haveria alternativa capaz de impor limites e estabelecer compromissos mútuos de um outro ordenamento interno. É nesse sentido que Mateus afirma que faltou o que ele chama de “psicologia”, ou seja, um mecanismo que estabelecesse os acordos entre as partes fora da chave da violência e da dominação personalizada do tráfico.

Tinham que ter vindo uma vez por mês, fiscalizar, acompanhar: olha só, cadê as contas? Vem cá, tá roubando mesmo, não tá? Quer eleger outro síndico, que esse síndico não tá tratando como deveria? Ou então, que não seja mês e mês, podia ter sido de três em três meses, fiscalização... então, o que eu fiquei meio chateado, decepcionado, foi com isso. Porque tenho certeza que se tivessem botando ainda, não o terror, não o terror, mas a colocação da lei... que pô, olha só, você mora em condomínio, então você tem que pagar o condomínio. Respeitar, obedecer às regras, à lei. Você pagando o condomínio, você vai ter direito a isso, isso e isso. Você não pagando, você deixa de ter esse direito. Então, você desvaloriza onde você mora. Então, você tem que pagar... entendeu? E não foi feito nada disso. Então, foram umas palavras vagas que não foram cumpridas.

Mateus aponta ainda para uma questão: o “individualismo” das pessoas como consequência do “abandono” estatal, como já indicado também por

Dandara em sua entrevista. Ele enxerga que, diante das dificuldades e da falta de atendimento por parte dos órgãos governamentais, ao invés de as pessoas se solidarizarem umas com as outras, elas passam a orientar-se predominantemente em direção a causas próprias, com uma perspectiva mais individualizada, muitas vezes, para ele, “egoísta”. Mateus afirma que, com esse “abandono”, haveria uma quebra nos laços de compromissos mútuos, indicando a impossibilidade de formação de uma comunidade mais coesa e solidária. A falta de continuação do acompanhamento do governo, como ele sempre disse, “educa as pessoas para o egoísmo”. Elas passam a disputar os recursos disponíveis entre si, suprimindo o caráter coletivo de suas ações.

De uma forma geral, Mateus tentou desde o começo refletir sobre as condições e as causas de suas realizações e decepções em relação ao novo formato de moradia. Acreditou na consolidação de um outro tipo de ordenamento interno no Relicário, que rompesse com um tipo de domínio senhorial dos “frentes” do morro. De início, tentou descolar-se das representações tradicionais e impor a sua forma de liderar. Contudo, desde sempre e, mais ainda com a chegada ao conjunto, Mateus enfrentou dificuldades para se firmar como liderança local, conseqüentemente para realizar as ações que considerava necessárias para organizar o Relicário.

Considerações finais

Atualmente, vem se colocando no debate público a necessidade de se pensar (e agir) sobre os modelos de desenvolvimento urbano propostos pelos atuais gestores públicos. Nos últimos anos, os representantes da administração estadual e municipal do Rio de Janeiro valorizaram um tipo de desenvolvimento baseado nas relações de compromisso entre interesses político-partidários e o capital nas reformas e “modernizações” dos espaços urbanos e na própria gestão do Estado. Tendo as justificativas dos “megaeventos”, podemos interpretar, sob o olhar de Harvey (1996), que a estratégia governamental foi corresponder às expectativas de grupos econômicos – que veem nos espaços da cidade oportunidades de ampliarem seus negócios comerciais e suas taxas de lucro –, atendendo a demanda por reformas urbanas. No caso do Complexo do Alemão, uma intervenção espetacularizada pela obra faraônica do teleférico e pela midiática das invasões militares de 2010. Esse movimento revelou a maneira como os segmentos mais populares foram reconhecidos e tratados pelas representações institucionais do Estado em nome do desenvolvimento, do crescimento econômico e da ordem urbana: de maneira subalternizada. Por outro lado, todo o aparato urbanístico incidiu sobre as expectativas em relação ao futuro desejado, de uma “nova vida”, longe da

precariedade infraestrutural dos topos das morros e da violência aguda dos conflitos armados.

Ao retratarem o cotidiano da vida no conjunto residencial Relicário, os dois personagens citados passaram a estabelecer uma relação direta entre suas vidas pregressas e as atuais. Dito de outro modo, ao significar a vida atual, passaram a relacioná-la a um tempo/espaço anterior – a “vida no morro/favela”. Em todas as falas, há sempre a perspectiva comparativa entre o “antes” e o “depois”, entre “comunidade”/“favela” e os “predinhos”, como recorrentemente denominam o Relicário. Os significados narrados sobre os dois lugares – o morro e o conjunto residencial – remetem sempre a matrizes espaço-temporais reveladoras de mudanças de um estado ou de uma situação vivida.

Com a obtenção dos apartamentos e a consolidação da vida no Relicário, visto como um bem material que proporciona a estabilidade do lar, as narrativas transitaram entre a realização e a decepção com o novo lugar. Na dimensão da realização, construiu-se um sentimento, amplamente compartilhado, de melhora de vida por meio da nova casa. Possibilitou-se instituir na novidade a sua origem, ou, como diz Bachelard (1978), o passado no mundo, a “casa natal”, onde “na profundidade extrema do devaneio, participa-se desse calor primeiro, dessa matéria bem temperada do paraíso material... ambiente em que vivem os seres protetores.” (op. cit. p.202). O novo lar criava também uma nova moradia, ou seja, as novas fronteiras simbólicas entre o público e o privado, situada no âmbito do lugar, do núcleo de coabitação afetiva e efetiva, articulando o “dentro” e o “fora” da casa, o espaço circundante e formador da realidade vivida. Aqui, encontra-se a dimensão do acesso aos bens e serviços das cidades facilitada pela proximidade da rua, da área formal do bairro, antes dificultado pela moradia no alto do morro.

Assim, a chegada aos apartamentos do PAC representou um novo momento: uma moradia na cidade diferente quando comparada aos barracos no alto das favelas. Sendo a casa o limiar entre a circulação e a imobilidade de sua representação física no espaço, é ela quem possibilita partirmos de um lugar para qualquer outro. Uma referência, o lugar de onde se vem e para onde se vai. Nesse sentido, tanto para Dandara quanto para Mateus, o apartamento do PAC proporcionou a melhora da vida em relação às suas casas e às condições passadas. No entanto, os limites para um novo cotidiano, o estabelecimento de novas relações de organização, compromisso e solidariedade passam pelo exercício de novas práticas e costumes. Um esforço hercúleo para ajustar ordenamentos tão distintos que ainda estão em pleno processo de conformação.

Bibliografia

- ABREU, Mauricio. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN RIO/Jorge Zahar Editor, 1987.
- ARANTES, O., VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Coleção Travessia do século. 4ªed. Campinas: Papirus Editora, 1994.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BORJA e CASTELLS. *Local y Global*. Madrid, Taurus, 1997.
- BURGOS, Marcelo M. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CAVALCANTI, M.. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação. In: Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 6, pp. 191-228, 2013.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (orgs.). *150 anos de subúrbio*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/EdUFF, 2010.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- GRILLO, Carolina Christoph. *Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro. 280 p.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: *Espaço e Debates*, São Paulo, ano XVI, n.39, pp. 48-64, 1996.
- KOWARICK, L. *A Espoliação Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal

de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011. 204 p.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (orgs.). *150 anos de subúrbio*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/EdUFF, 2010.

PEREIRA DA SILVA, Maria Lais. A Favela e o Subúrbio: associações e dissociações na expansão suburbana da favela. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (orgs.). *150 anos de subúrbio*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/EdUFF, 2010. pp. 161-186.

RODRIGUES, Rute Imanishi; COUTO, Patrícia Brandão. *A gramática da moradia no Complexo do Alemão: história, documentos e narrativas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SÁ, Celso Pereira de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SPINK, Mary Jane (org.). *O conhecimento no cotidiano – As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TRINDADE, C. P. “*Não se faz omelete sem quebrar os ovos*”: política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro. 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 244 p.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Consultas on-line

http://www.chs.ubc.ca/consortia/events/E-20080916/GovernoRJ-Complexo_do_Alemao.pdf, acesso em: 18 out. 2015.

<http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036873>, acesso em: 18 out. 2015.

<http://www.cidadeolimpica.com.br/naves-do-conhecimento/>, acesso em: 8 out. 2015.

PAC MANGUINHOS: UMA RECONSTRUÇÃO NO TEMPO

Lenira Zancan, Fatima Pivetta e Jairo Freitas

Introdução

Ao longo de quase dez anos, período que vai de dezembro de 2007 a dezembro de 2016, o Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) acompanhou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Manguinhos¹, através do diálogo com moradores e seus coletivos a respeito das intervenções e dos impactos do programa sobre seus cotidianos e suas vidas. Geramos e circulamos conhecimentos e informações em oficinas, reuniões e eventos dos fóruns de participação social e gestão do território, como o Conselho Gestor Inter-setorial (CGI) do TEIAS Escola Manguinhos, Fórum Social de Manguinhos, Conselho Comunitário de Manguinhos, entre outros. Nesse processo, produzimos um conjunto de materiais disponíveis ao público, tais como relato fotográfico, documentários, cadernos de oficinas e relatórios técnicos, bem como circulamos informações e outros materiais pela página no Facebook “Territórios em Movimento”. (CUNHA et al., 2015; ZANCAN et al., 2014).

Havia muitas expectativas positivas e grande mobilização social em torno da realização das obras do PAC e, ao longo do tempo, sobreveio a frustração, transformando o maior programa de intervenção urbanística e social em Manguinhos em mais uma política excludente e que invisibiliza a população.

Considerando o tempo curto dos governos com suas obras e interesses eleitorais e o tempo longo da memória dos moradores e suas experiências com as políticas públicas neste território-favela, buscamos identificar e analisar as contradições e os descaminhos do PAC Manguinhos, os descompassos

1 O LTM acompanhou o processo de implementação do PAC Manguinhos por meio de visitas de campo, oficinas, entrevistas, conversas informais, seminários e outros mecanismos de pesquisa realizados no âmbito de dois principais projetos: *Território, Políticas Públicas e Promoção da Saúde: Análise dos efeitos potenciais do PAC para a redução de riscos ambientais e vulnerabilidades em Manguinhos*. Rio de Janeiro: (Convênio MS/SVS/CGVAM – FIOCRUZ, 2008) e *Políticas Públicas, Saneamento, Moradia e Mobilidade: Uma Análise Participativa do PAC Manguinhos-RJ na perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental* (Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012).

entre o discurso e a prática dos gestores, entre os objetivos e promessas declarados no planejamento das intervenções, e o jogo de interesses e disputas entre os atores no processo de implementação.

A partir da ideia de linha do tempo do PAC, destacamos aqui os principais acontecimentos e procuramos construir uma leitura tendo em vista a marca histórica das intervenções e programas públicos nas favelas, nomeada por Itamar Silva como “incompletude das promessas”, para quem “a intervenção pública em favelas padece de um mal que se repete há décadas: fragmentação, descontinuidade, interrupção.” (SILVA, 2011, p.26).

Somamos a isto a percepção de que o PAC seguiu impondo uma lógica de desrespeito e “invisibilização” na relação com organizações e movimentos populares. Segundo Marcelo Burgos, “mais do que o *deficit* de direitos sociais, são os *deficits* de direitos políticos que permanecem como obstáculos à integração da cidade.” (2003, p.26).

Manguinhos se localiza em uma das regiões estratégicas do Rio de Janeiro, tanto pelo atravessamento de grandes vias – as Avenidas Brasil e Dom Helder Câmara, a Linha Amarela, além da via férrea –, quanto por simbolizar o processo de degradação ambiental, social e econômica da cidade.

A configuração do lugar reflete as acentuadas mudanças vivenciadas nos últimos 30 anos, de bairro industrial à “Faixa de Gaza”², mudanças estas provocadas pela lógica das políticas públicas de urbanização e seus programas e das intervenções nas favelas e bairros de periferia da cidade, mas também, e principalmente, pelo processo de “apropriação social do espaço”.

Historicamente, Manguinhos recebeu intervenções pontuais, particularmente relacionadas aos problemas de saneamento básico. Como exemplo, citamos o programa PROSANEAR, limitado às comunidades de Vila Turismo, CHP II e João Goulart, na década de 1990, a edificação de habitações devido às remoções, ocasionadas por incêndios de barracos e enchentes, entre outros fatores, e a construção dos conjuntos habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel, na mesma década. Manguinhos não foi incluído no programa Favela-Bairro. Em 2012, foi contemplado pelo programa Morar Carioca da prefeitura e inserido na nova orientação da política de segurança do Estado do Rio de Janeiro, através da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

O PAC foi a primeira grande intervenção em Manguinhos, sendo parte de uma política pública envolvendo as três esferas de governo e uma expressiva soma de recursos, que prometeu impactos sobre todo o território, tanto no pla-

2 Apelido dado à Avenida Leopoldo Bulhões devido aos constantes tiroteios entre polícia e traficantes de drogas. Divide o território e tangencia a FIOCRUZ, os Correios e a Embratel, instituições que ainda permanecem no local no momento do anúncio do PAC Manguinhos.

no da realização de obras estruturais quanto na mudança nas formas de fazer políticas públicas. Segundo o 10º Balanço do PAC 2, de junho de 2014, o somatório dos investimentos das três esferas de governo em Manguinhos foi de R\$ 686,2 milhões, cujo montante final é 2,1 maior que o previsto inicialmente, em 2007, que era de R\$ 328,3 milhões. (TRINDADE, 2012).

No plano das intervenções, foram definidas como principais frentes: a elevação da via férrea, com o objetivo de integrar as comunidades separadas pela linha de trem, na altura da Avenida Leopoldo Bulhões; a construção de habitações para diminuir o *deficit* de moradias e para realocar as famílias que seriam removidas de áreas de risco e de áreas de implantação das novas vias e dos futuros equipamentos sociais de educação, saúde, esporte e lazer; a regularização fundiária; o saneamento, com ênfase na drenagem de águas pluviais; e o transporte e mobilidade urbana.

No plano das mudanças na lógica das intervenções públicas em favelas, uma das propostas trouxe grande esperança de que seriam atendidas as prioridades da população local: aquela relacionada à previsão de participação das comunidades no planejamento e no acompanhamento do projeto e das obras, envolvendo diretamente os moradores e organizações comunitárias independentes, como estratégia de governo para a “restituição da legalidade dentro das favelas” (JENNERJAHN, 2009, p.27), inclusive com geração de emprego e renda³.

Abordaremos alguns acontecimentos que expressam, em nossa leitura do PAC e dentro da nossa metodologia de produção compartilhada, os principais movimentos no processo de implementação do programa. Uma linha do tempo que nos permite acompanhar a estrutura e dinâmica de uma política e é capaz de oferecer elementos importantes para a compreensão da lógica das políticas públicas, os interesses envolvidos e as forças sociais em disputa. Neste sentido, para cada período, enfatizamos o que gerou maior mobilização dos agentes envolvidos, a fim de analisar os impactos, as contradições e os descaminhos do PAC.

Tempo das Promessas: do PAC conquista ao PAC silenciamento

O PAC, iniciativa do governo federal, foi lançado em janeiro de 2007, com investimentos totais de 503 bilhões de reais em obras de infraestrutura até 2010, tendo o objetivo principal de alcançar um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5% ao ano. No Rio de Janeiro, para intervenções do Progra-

3 Ata de Audiência Pública do Complexo de Manguinhos EMOP Nº. 03/2007, de 27 de setembro de 2007. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Obras, Empresa de Obras Públicas (EMOP). Em formato digital

ma Saneamento Integrado e Urbanização de Assentamentos Precários, popularizado como PAC Favelas, os governos federal e estadual destinaram cerca de R\$ 1 bilhão (0,2% do total) a investimento social em favelas, tornando-o a maior ação governamental nas comunidades de baixa renda da capital nos últimos 50 anos.

Uma das primeiras controvérsias do PAC em Manguinhos relaciona-se à motivação de sua inclusão no PAC Favelas. De acordo com os movimentos sociais, o marco da inclusão de Manguinhos se deve ao Seminário Redução da Vulnerabilidade Socioambiental na Região Maré Manguinhos na Cidade do Rio de Janeiro, realizado no dia 18 de dezembro de 2006 na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), em que o representante do Ministério das Cidades assumiu o compromisso de responder às demandas prioritárias de saneamento básico. No encontro, houve o reconhecimento das condições de vulnerabilidade do território, expressas no Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Manguinhos (PDU), assim como dos potenciais mecanismos de participação social que garantiriam a sustentabilidade das intervenções públicas, conforme previsto pelo Estatuto das Cidades. (CONSÓRCIO PAA AGRAR, 2004; CARVALHO; ROSSBACH, 2010).

A proximidade da FIOCRUZ, cujos pesquisadores desenvolveram programas⁴ em parceria com organizações de garantia do direito à cidade, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), teria também contribuído para que Manguinhos estivesse entre as três grandes intervenções do PAC em favelas no Rio de Janeiro⁵.

Do ponto de vista dos gestores estaduais, a inclusão de Manguinhos foi decorrente de um sobrevoo do governador Sérgio Cabral e do presidente Lula, que consideraram a região estratégica para garantir a segurança e a mobilidade necessárias à cidade que iria abrigar os Jogos Olímpicos de 2016.

Para o governo federal, os projetos de urbanização de assentamentos precários inseridos no PAC tinham o objetivo de superar as condições de precariedade das favelas integrantes do programa, cujo foco era a sua incorporação à cidade formal, com a solução dos problemas urbanos, habitacionais, fundiá-

4 DLIS Manguinhos, Universidade Aberta, Projeto Promoção da Saúde em Ação, Laboratório Territorial de Manguinhos, entre outros. Ver *PAC Manguinhos: um relato fotográfico* (2012: 35 a 41), disponível em: www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br. Para saber mais sobre estes projetos, ver Zancan, Bodstein & Marcondes. *Promoção da Saúde como caminho para o desenvolvimento local*. RJ, ABRASCO, 2002.

5 *Dossiê-manifesto de avaliação-propositiva: 11 meses do PAC Manguinhos*, do Fórum Social de Manguinhos, entregue ao presidente Lula em 3 de fevereiro de 2009. pp. 2-3. Disponível em: http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie_manifesto_11meses_pacmang_vfinal_0.pdf, acesso em: 3 mai. 2017.

rios, sociais e ambientais⁶. O PAC vinha para resgatar uma dívida histórica dos governos com as favelas, expressa no discurso do presidente Lula, no dia 7 de março de 2008, por ocasião do lançamento do PAC Manguinhos⁷:

E por que nós estamos fazendo isso? Quando, em dezembro de 2006, a gente pensou em fazer o PAC, eu pedi para a ministra Dilma conversar com os companheiros do Rio de Janeiro, porque eu estava cansado de ver na televisão ou ler nos jornais que todo dia tinha uma notícia do Complexo do Alemão, todo dia tinha uma notícia de Manguinhos, todo dia tinha uma notícia da Rocinha, mas nenhuma notícia boa... Pois bem, eu estava cansado dessas notícias e eu sei que para a gente mudar isso é preciso que a gente ofereça, em nome do Estado brasileiro, esperança para milhões de jovens neste país. Se o Estado não estiver presente com educação, com escola, com lazer, com cultura, com emprego e com melhorias das condições de vida, o jovem não tem outra saída. Se não tem a prefeitura, não tem o estado, não tem a União, não tem educação, não tem saúde, não tem perspectiva de vida, o que ele vai pegar...

A criação, em março de 2007, do Fórum do Movimento Social para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável de Manguinhos (FMSDES) representou uma importante sinalização de que o processo de formulação das intervenções do PAC seria participativo e deveria responder aos interesses do conjunto das comunidades e dos seus atores. O Fórum reunia as principais organizações coletivas locais, associações de moradores e representantes dos moradores.

Em agosto de 2007, o vice-governador do Estado, Luiz Fernando Pezão, esteve em Manguinhos e se comprometeu a apresentar os projetos executivos das obras do PAC e a instituir o Comitê de Acompanhamento, que contaria com a participação dos moradores e lideranças locais. No entanto, na primeira audiência pública, em setembro do mesmo ano, aceitaram-se apenas os presidentes das associações de moradores como representantes da população de Manguinhos, mantendo a promessa de criação do comitê. Nesta primeira apresentação das propostas de intervenção, os discursos das autoridades reafirmaram a mudança de lógica que o PAC traria na forma de o poder público lidar com as comunidades, materializada no chamado trabalho social.

A proposta do PAC, tal como formulada pelo governo federal, realça a

6 *Manual de Instruções: Projetos Prioritários de Investimentos (PPI)*. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Intervenções em Favelas. Período 2007 – 2010.

7 Discurso do presidente Lula no lançamento do PAC Manguinhos. Disponível em: <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/Discurso%20LulaPACManguinhos.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2017.

metodologia específica do trabalho social, em que estão previstos: o Diagnóstico, a Gestão de Impactos e Desenvolvimento do Território e a Regularização Fundiária. Além disso, ela propõe uma instância específica de trabalho social e inova ao prever a necessidade de organização popular. De acordo com as explicações presentes na página da EMOP:⁸

Essa metodologia, premiada e reconhecida no Brasil e no exterior, tem como diferencial a garantia do diálogo permanente com a sociedade, do entendimento e da participação comunitária, visando o desenvolvimento de novas formas de convivência e encaminhamento de soluções coletivas, resultando em mudanças concretas na condução dos processos e no resultado das ações e obras.

Conforme apresentação da prefeitura, o trabalho social teria como função: criar comissões de acompanhamento de obras e conselhos comunitários representativos; estabelecer canais de diálogo entre órgãos envolvidos e demais parceiros; mobilizar organização e gestão comunitária; esclarecer os moradores que residem em locais que serão ocupados pelos projetos de urbanização sobre as formas de indenização e/ou aquisições assistidas (compra de casas); fazer reuniões com moradores, técnicos e equipe de obras; instituir dinâmicas de grupo e oficinas educativas; e proceder à capacitação para o acompanhamento das intervenções⁹.

Essa perspectiva de mudança que o PAC imprimiria à lógica das políticas públicas nas favelas também esteve presente na fala de Vicente Loureiro, subsecretário de Urbanismo da Secretaria de Obras do governo do Rio. Tendo ocupado o cargo no início do programa, ele compareceu à primeira audiência pública, realizada em setembro de 2007, em cuja ata está registrado o que deveria ser observado para que a referida mudança fosse alcançada:

[...] implantar um sistema de gestão pública efetiva na comunidade, com vias de comunicação acessível e sem ruído entre Estado, sociedade e comunidade, questão essencial para o bom desenvolvimento do projeto. Investir no campo da educação cidadã. A transparência do projeto é fundamental, discutir e debater e que [o governo] tem consciência de que não pode fugir disso, haverá diversos momentos em que irá trocar informações e ações com a comunidade.

No já referido lançamento do PAC em Mangueiras, o palanque presiden-

8 <http://www.emop.rj.gov.br/trabalho-tecnico-social/>, acesso em: 8 ago. 2017.

9 Secretaria Municipal de Habitação - 1º Fórum da Cidadania, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), em 16 de março de 2009. Apresentação em *power point* em formato digital.

cial contou com a presença de um conjunto expressivo de lideranças dos diversos coletivos locais, vestidas com camisetas do “Comitê de Acompanhamento do PAC”, o que parecia confirmar a expectativa de participação comunitária na formulação e implementação das ações, conforme preconiza o Estatuto das Cidades e as demais diretrizes do Ministério das Cidades.

No entanto, tal expectativa é frustrada quando as obras são iniciadas sem o conhecimento dos projetos executivos e priorizando as intervenções com maior visibilidade eleitoral, apoiadas no discurso da integração das favelas, o que configurou uma inversão nos objetivos. As intervenções na favela passaram a responder aos interesses da cidade formal, mais do que garantir os direitos à cidade das favelas. Priorizaram-se a alteração no traçado viário e a elevação da via férrea. Os gestores reforçaram as desconfianças dos moradores sobre as intenções de facilitar o acesso da polícia e, portanto, a ideia do PAC como política de segurança pública. Demonstraram também a continuidade na lógica de urbanização, com a localização dos serviços e equipamentos sociais em espaços externos e estranhos à percepção do lugar e de pertencimento dos moradores.

[...] Antes, a princípio, quando eu sabia o que era Manguinhos, era um pequeno território, era até a Coreia, até o CHP2. Agora, Manguinhos é até a Vila União. Aí, com a obra do PAC, vieram os [moradores dos] Ex-Combatentes, veio Vila União, veio aqui, veio Mandela. Para mim, na minha mente, Manguinhos ainda é só aquela área até o CHP2. Eu não consigo entender que aqui seja Manguinhos, que a CPPL seja Manguinhos. [...] Então, a obra se perdeu, criou uma biblioteca, criou uma coisa que não é dentro de Manguinhos, tinha que ser lá em CHP2, em João Goulart, em Vila Turismo. [...] Então, a biblioteca aqui hoje, porque falaram que aqui era Manguinhos, colocaram a biblioteca aqui, todas as obras do governo, todas as estruturas são aqui... Eu não acho isso justo. Porque Manguinhos para mim é até CHP2. É isso que eu tenho para falar. (Moradora da Vila Turismo, Oficina de projeto LTM, 31 de agosto de 2013).

As contradições entre o discurso e a prática, entre os objetivos enunciados e a realização das obras sem a participação e mesmo sem acesso a informações por parte da população, foram denunciadas no manifesto dos movimentos sociais, lido no dia 11 de novembro de 2008, no Encontro Pacto pela Cidadania promovido pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo IBASE. O discurso do Fórum de Manguinhos criticava a falta de diálogo e o descompasso entre as prioridades da população e as imposições do governo¹⁰.

Vemos que, mesmo em uma obra da magnitude da que será realizada

10 Disponível em: http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/discurso_patricia_cef_11_nov_0.pdf. Acesso em: 5 mai. 2017.

em Manguinhos, ainda falta muita coisa. Falta um diálogo franco, real, menos discriminatório, em que o povo possa discutir os rumos de suas vidas com os governantes e os vários movimentos sociais e políticos engajados com os problemas da favela, que influenciam com certeza toda a sociedade. Temos inúmeras necessidades em Manguinhos, por isso vemos a elevação da linha férrea como elemento secundário para a nossa qualidade de vida, diante da demanda urgente de saneamento básico e moradia para todos.

E cobrava ainda a garantia de participação efetiva no acompanhamento e controle das obras:

[...] O princípio da participação social está sendo desrespeitado, principalmente quando o Estado e a prefeitura não apresentam para as organizações da sociedade os seus projetos executivos detalhados. [...] O Estatuto da Cidade fundamenta-se em diretrizes essenciais para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. [...] Mas esta Lei, que pode garantir a sustentabilidade dos investimentos do PAC, não vem sendo cumprida! As comunidades de Manguinhos, seus atores sociais, não têm encontrado meios eficazes de participação social. Não participamos da formulação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Manguinhos, que não foi validado nem tornado público! E contestamos as formas de acompanhamento e participação do processo de execução dos projetos e políticas que são excludentes!

Além de denunciar os descompassos do PAC, os movimentos sociais em Manguinhos reivindicavam a importância de se respeitar e valorizar o capital social e as instâncias de mediação e mobilização social legítimas, que garantiriam maior equidade e sustentabilidade dos investimentos do poder público nas favelas:

É esta mesma política que não compreende a importância de reforçar o capital social local para a sustentabilidade dos investimentos do PAC Manguinhos. Neste sentido, queremos deixar claro que, para nós, os moradores de Manguinhos devem ter protagonismo na gestão dos equipamentos construídos pelo PAC Manguinhos.

Assim, a disputa de prioridades entre os movimentos sociais, que elegeram a habitação e o saneamento básico como essenciais para a mudança da sua qualidade de vida, e o governo do Estado, que optou pela elevação da via férrea, foi um dos primeiros e grandes embates entre as lógicas de intervenção pública em favelas que o PAC não conseguiu superar, resultando na não participação social. As poucas mudanças de prioridades e o acompanhamento

possível das intervenções em Manguinhos se dão a partir dos vários movimentos de resistência que aconteceram desde o início do programa.

A maior intervenção, a elevação da via férrea, calculada em R\$ 167 milhões, comprometeu em torno de 40% do orçamento do PAC Manguinhos. (TRINDADE, 2012). Sob os argumentos de integrar as comunidades divididas pelos muros da linha de trem e de favorecer a mobilidade com a ampliação das vias secundárias, o governo do Estado desengavetou o projeto das *Rambblas*, de autoria do arquiteto Mário Jaurégui, responsável pela coordenação do PDU Manguinhos. Segundo José Estelberto Porto Soares, engenheiro da prefeitura e fiscal na elaboração do PDU, tal projeto foi apresentado como uma possibilidade a ser considerada somente após a resolução dos problemas de saneamento básico, moradia e urbanização¹¹.

De acordo com a metodologia “inovadora” introduzida pelo PAC, cabia ao trabalho social operar o canal de informação e garantir o diálogo e a participação comunitária. Contudo, considerando os documentos consultados e os depoimentos dos moradores, o processo não se efetuou dessa forma. Uma moradora de Manguinhos recorda: “E a confusão que fizeram com a cabeça do morador? Porque fizeram uma divisão tremenda. Há uma divisão de pessoas, de grupos, de lideranças, uma coisa muito individual.” (Moradora do CHP2, Oficina de projeto LTM, 31 de agosto de 2008).

As várias instâncias de poder presentes no PAC – federal, estadual e municipal –, articuladas a outro leque de agentes sociais, como a CEF, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os consórcios privados, concorriam para tornar o PAC uma estrutura complexa, de dinâmica confusa, especialmente considerando-se os interesses locais, em particular aqueles das associações de moradores, e as pressões do narcotráfico.

Com o início descoordenado das obras, sem prévia ciência dos moradores e mesmo dos gestores locais dos projetos executivos, que desconheciam tanto a via férrea como as outras intervenções, em particular os equipamentos da localidade conhecida como DSUP (acrônimo que identificava a extinta Divisão de Suprimentos do Exército), o caos tomou conta de Manguinhos e isso se fez sentir na desarticulação imposta aos movimentos sociais.

O silenciamento das lideranças atuantes no Comitê de Acompanhamento do PAC foi desencadeado a partir da disputa de prioridades entre as obras julgadas necessárias pela população, tais como moradia e saneamento básico, e a imposição do governo pela obra monumental de elevação da via férrea. De acordo com depoimentos de moradores, que por razões de suas próprias se-

11 José Estelberto Porto Soares, entrevista concedida ao LTM para a produção do documentário PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança, em 2009.

guranças físicas nunca foram registrados em texto ou gravações audiovisuais, esse silenciamento foi agressivo, a partir de ameaças às lideranças contrárias à priorização da elevação, feitas pelo governo.

Com efeito, as prioridades foram definidas e decisões, tomadas em um campo de interesses deslocado dos moradores e coletivos locais, aos quais não foi dado o papel de protagonistas, em contradição com o discurso e as diretrizes do PAC Favelas e do contexto otimista quanto à ampliação da participação social nas políticas públicas. Na medida em que as obras avançavam, a participação foi sendo “reduzida”, substituída por ações do trabalho social, exemplificadas nos mecanismos burocráticos de gestão de conflitos e controle da população. A estratégia reproduziu a histórica dinâmica das políticas públicas em favelas e bairros populares, a de atuar cooptando, para diminuir a força dos fóruns populares, dividir os moradores e o movimento comunitário, desarticulando-os. Como lembra uma moradora em Mangueiras:

[...] essa fala do PAC veio para dividir... Eles têm a intenção de separar o povo, e aí deixa de ser aquele território que muito lutou por melhorias e acaba dispersando um pouco, um para um lado, outro para o outro (Moradora do Nelson Mandela, Oficina de projeto LTM, 31 de agosto de 2008).

O PAC como política de segurança pública, mais do que de urbanização, foi denunciado desde o início pelos movimentos sociais, espelhados na experiência da Colômbia como modelo do que seria implementado no Rio de Janeiro:

[...] em meados de 2007, em manifesto à sociedade, o movimento social de Mangueiras repudiou a manipulação dos movimentos de comunidades de favelas para a reiteração, no Estado do Rio de Janeiro, do “modelo colombiano” de urbanização de favelas para a pacificação (“civilização”) forçada (“a paz sem voz”) de conflitos sociais, que gerou, na Colômbia, um dos mais vergonhosos genocídios da história da humanidade, em um contexto ditatorial, de estado de exceção.¹²

Em resumo, o PAC avançou, e se desenvolveu, desmontando o sentido proposto do trabalho social e os mecanismos de participação popular já existentes nos territórios. O privilegiamento da elevação da via férrea em detrimento de outras intervenções reclamadas e necessárias do ponto de vista da população é um exemplo da perspectiva autoritária e pouco transparente no

12 *Dossiê-manifesto de avaliação-propositiva: 11 meses do PAC Mangueiras*, do Fórum Social de Mangueiras, entregue ao presidente Lula em 3 de fevereiro de 2009, p. 3. Disponível em: http://www.conhecendomangueiras.fiocruz.br/files/dossie_manifesto_11meses_pacmang_vfinal_0.pdf.

uso dos recursos públicos. A inauguração da via férrea às escondidas expressa bem essa dinâmica¹³. Sem a população e sem a imprensa para bater palmas, as notícias na mídia trazem imagens das fotos fornecidas pela imprensa oficial¹⁴.

Tempo das Inaugurações: entre o sonho da casa própria e o pesadelo das remoções

Os anos de 2009 e 2010 foram de intensa realização de obras do PAC em Manguinhos, com a inauguração da maior parte dos equipamentos sociais e a conclusão dos apartamentos. Os debates em torno da habitação, uma das prioridades enunciadas, e o entusiasmo com o início da entrega das unidades habitacionais e dos equipamentos sociais marcam esse período tanto quanto os processos de remoções anunciadas. Destacamos as contradições e des-caminhos do PAC em relação à habitação, dando ênfase a três aspectos: (i) a promessa de construção de um ideal de moradia, uma casa com quintal, respeitando a família e a cultura local, e a frustração com a entrega de pequenos apartamentos; (ii) o discurso de participação e respeito, de um lado, e a política de remoção de “áreas de risco” sem a devida justificativa, de outro, mantendo-se as condições precárias e utilizando-se o “cenário de guerra” do entorno para pressionar os moradores a aceitarem as propostas de compra assistida e indenizações, cujos valores eram abaixo do mercado, ou, ainda, as ofertas de aluguel social, com todas as suas incertezas; e, (iii) no desenrolar da entrega das chaves, a expectativa inicial transformando-se em apreensão, devido à baixa qualidade das obras e à continuidade dos problemas não resolvidos, como as enchentes, que atingem os apartamentos do DSUP logo após as inaugurações.

No biênio mencionado, foram entregues as primeiras 416 unidades do condomínio DSUP e as 480 unidades da Embratel. As demais 152 unidades do DSUP só seriam entregues em abril de 2011. A incorporação da CCPL no projeto, ainda em 2008, também decorreu do interesse da associação de moradores, conforme destaca Cláudia Trindade:

A inclusão da CCPL nas obras parece ser resultado da insistência e interferência direta da associação de moradores que, além de estar presen-

13 <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=981500>. Acesso em: 8 mai. 2017; <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1109868-nova-estacao-de-trem-no-rio-e-inspirada-em-vias-de-barcelona.shtml>. Acesso em: 8 mai. 2017.

14 http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/06/24/governo-do-rio-inaugura-estacao-ferroviaria-em-manguinhos/?from_rss=rio; <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1109868-nova-estacao-de-trem-no-rio-e-inspirada-em-vias-de-barcelona.shtml>. Acesso em: 8 mai. 2017.

te nos encontros gerais com o governo estadual, apresentava de modo específico sua reivindicação em repetidas solicitações de reuniões e visitas constantes aos órgãos de governo. Segundo a liderança local, a persistência e demonstração cotidiana das condições precárias de moradia e necessidade de obras levaram a sua inclusão no plano de obras... (TRINDADE, 2012, p.125).

Entretanto, as obras da CCPL foram iniciadas apenas em janeiro de 2012, com a implosão dos galpões da antiga fábrica de leite, no dia 8¹⁵. As primeiras 564 unidades foram entregues aos moradores em junho de 2014. Até a edição desta publicação, as 164 unidades restantes ainda não haviam sido concedidas.

Não há dúvidas de que o anúncio do PAC incutiu esperanças nos moradores de Manguinhos, que viviam em condições muito precárias. Havia muitas expectativas positivas, o que suscitou grande mobilização em torno do tipo de moradia a ser construída. No início do programa, o consórcio responsável expôs uma casa modelo que despertou em todos o sentido da moradia como direito humano¹⁶. Um grupo considerável de moradores visitou-a, reconhecendo nela uma habitação que repunha os espaços para uma família, em condições muito melhores do que aquelas precárias sob as quais viviam. A exposição da casa modelo serviu para legitimar o início das intervenções. Seu projeto, porém, foi suspenso sem maiores explicações e, em seu lugar, foram construídas e entregues 1.612 unidades de apartamentos. Enquanto a casa modelo teria 45 m², com um pequeno quintal, segundo o governo do Estado, os apartamentos foram entregues com 36,85 m²¹⁷.

A baixa qualidade das construções e a inadequação das unidades familiares – incapazes de abrigar todos os membros da família, diferentes das antigas casas construídas pelos moradores e, ainda, configuradas sem considerar suas necessidades, tendo, por exemplo, cozinhas pequenas no estilo americano – reproduziram a histórica lógica das políticas públicas para favelas, segundo a qual qualquer coisa serve para os pobres.

Assim, a desilusão sofrida, especialmente tendo-se em vista as promessas acenadas no início do PAC, reforça as contradições e os descompassos entre o discurso e a prática. A regularização fundiária, com a concessão do título de posse das casas, foi mais uma promessa inicial do PAC não cumprida.

15 [HTTP://WWW.CONHECENDOMANGUINHOS.FIOCRUZ.BR/?Q=NODE/149](http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=node/149), acesso em: 5 mai. 2017.

16 Matéria no portal G1: Modelo de casa do PAC em Manguinhos já está pronto. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL455185-5606,00.html>. Acesso em: 10 mai. 2008.

17 Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036918>. Acesso em: 22 jul. 2014.

As remoções estiveram sempre presentes nas políticas públicas direcionadas às favelas e, no caso do PAC, foram anunciadas como necessárias por diversas razões: implantação do sistema viário e das áreas de lazer e esporte; construção das edificações e equipamentos propostos; e desapropriação em áreas de risco (TRINDADE, 2012). Essas remoções já estavam previstas como condição para viabilizar as diretrizes do PDU e suas justificativas baseavam-se nas restrições legais à ocupação de áreas como as faixas marginais de proteção do Canal do Cunha e dos Rios Jacaré e Faria-Timbó; a faixa de domínio da linha de transmissão em alta tensão da Light; a faixa de domínio das linhas adutoras do sistema Ribeirão das Lajes, que cruzam as comunidades da Vila Turismo e CHP-2; e a faixa de domínio da linha férrea. Também projetavam-se remoções em áreas sujeitas a alagamento nas cheias dos rios e naquelas cujo solo era impróprio para a edificação¹⁸. Tais remoções foram mantidas no PAC, acrescidas daquelas já comentadas.

Os acordos de remoção se dariam a partir de três vetores. O primeiro deles se referia à oferta de aluguel social, com o objetivo de aguardar o imóvel que seria construído pelo PAC. O segundo era relativo à indenização e o terceiro, à compra assistida de imóveis próximos ao lugar de moradia, conforme decreto municipal¹⁸. Contudo, a forma de negociação pela indenização se deu em condição desfavorável, pois o morador era pressionado de várias formas a aceitar os valores oferecidos pela prefeitura e o governo do Estado.

Sobre os valores praticados, não se cogitou a valorização do próprio imóvel pelos investimentos feitos pelos moradores e o aumento do preço no entorno devido às obras, sendo algumas indenizações insuficientes para compra de outro imóvel. Emblemático é o documento Termo de Compromisso, que pode ser consultado no *Relato Fotográfico* (PIVETTA; ZANCAN; GUIMARÃES, 2012, p.81), que a EMOP encaminhava aos moradores, exigindo-lhes a assinatura para liberar espaço de moradia: uma folha A4, sem timbre e sem assinatura de qualquer autoridade responsável, contendo apenas os dados do morador e o valor a ser pago pela indenização. A forma de se proceder à indenização, aligeirada, em nada se compara às praticadas em outros lugares da cidade, onde há a intermediação da justiça para a celebração de acordos e de desapropriações.

Esse desrespeito ao morador se materializou também no processo de marcação das casas em áreas onde ocorreriam remoções. As casas eram marcadas por agentes da Secretaria Municipal de Habitação, muitas vezes sem prévia

18 Decreto nº 20.454, de 24 de agosto de 2001: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2001/2045/20454/decreto-n-20454-2001-aprova-as-diretrizes-de-relocacao-em-edificacoes-de-assentamento-populares>.

notificação aos moradores, lançados a toda a sorte de incertezas e tomados por um sentimento de impotência, como expressa a fala de uma moradora:

Eles chegam, marcam as casas, aterrorizam a todos ao falar de removidos. Talvez não percebam, mas o que temos aqui foi construído com muito esforço. Não compramos a casa já pronta, nós a construímos tijolo por tijolo. A vida, a história está nas paredes, em cada viga e em cada marca. Aqui construímos nossas famílias, nossos amigos. Nenhum dinheiro no mundo paga o que conquistamos aqui, nenhuma política de habitação é capaz de suprir ou tapar o buraco que ficará em nossos corações ao ter que deixar nossos lares. (Moradora da Vila Turismo e bolsista do LTM).

Não se contesta a necessidade de remoções em áreas de risco, mas algumas questões se colocam como centrais: Por que a lógica da participação, presente na formulação do PAC, não foi respeitada em Manguinhos? Ao contrário, houve pressões políticas, psicológicas etc. sobre os que estavam para ser removidos, a fim de que aceitassem as condições impostas, ainda que problemáticas e injustas. Os moradores eram chamados a se manifestar apenas para referendar o que já estava definido. Por exemplo, para onde seria removido ou como. Por que os moradores que gostariam de ser removidos não o foram? Por que os que não queriam ser removidos foram e de que forma? Por que os que deveriam ser removidos, por razões claras de riscos, não foram? Por que houve o descumprimento de regulamentações e leis que normatizam as remoções, como, por exemplo, a distância da nova moradia com relação à original? Os valores do aluguel social e das indenizações pagos pelos governos não previram o aumento devido à especulação imobiliária decorrente do PAC.

Considerando-se que o PAC se apresentava, na teoria, como um verdadeiro projeto de transformação social, na prática, sob vários aspectos, ele corroborou uma prática de reprodução social das condições de vida, com forte impacto sobre a situação de saúde. Isto é reforçado pela observação do aumento dos casos de depressão e do agravamento do estado de saúde de hipertensos e diabéticos, entre os moradores..

As incompletudes traduzidas em fragmentação, descontinuidade e interrupção são manifestas em Manguinhos pelos problemas de saneamento e mobilidade, que foram agravados pelas remoções do PAC. Em especial, aquelas praticadas na Beira Rio, Parque João Goulart, CHP2 e Vila Turismo, cujos destroços e entulhos remanescentes impedem ou dificultam o deslocamento de moradores por diversas ruas, entopem as canalizações de água e esgoto e atraem ratos. Moradores adoecem gravemente após sofrerem quedas ou ao entrar em contato direto com esgoto a céu aberto. Casas foram rachadas, vielas

enchem com o retorno do esgoto que, independentemente da chuva, seguem a maré do rio. Em algumas ruas, o deslocamento é feito por cima de pedaços de madeira, escorados por pedras colocadas pelos moradores, sob os quais o esgoto corre.

Em suma, após as grandes inaugurações e o período eleitoral, destacamos duas questões. A primeira é a insuficiência da quantidade de habitações entregues e a provisoriamente a que estão submetidas as famílias em aluguel social, as que permanecem em áreas previstas para remoções, ainda não efetivadas, e as que estão com processos de remoção em negociação. Juntam-se à primeira a qualidade e a incompletude das obras.

Em abril de 2010, depois de recentemente ocupadas as primeiras habitações do conjunto DSUP, as enchentes começaram a levar as esperanças no PAC água abaixo.

Tempo de Refluxos e Abandono do PAC: desesperanças e lutas

Inicialmente previsto para finalizar em 2010, no 10º Balanço o governo federal postergou a data de conclusão do PAC Manguinhos para 31 de dezembro de 2014, em obras de responsabilidade do governo do Estado e da prefeitura. Segundo o mesmo relatório, de março a junho de 2014 já haviam sido executados 92% do volume global previsto, afirmando que o Estado realizou 91% de suas obras, incluída a entrega de 564 unidades habitacionais da CCPL, de um total de 728, e grande parte da urbanização da margem do Canal do Cunha, e a prefeitura havia feito 97% das obras físicas, com previsão de alcançar 100% em 31 de agosto de 2014¹⁹.

Diante de tal anúncio, os moradores olham para o território onde vivem e veem um cenário distante. Ainda presentes em suas memórias, as promessas grandiosas do PAC alimentaram a possibilidade de reversão das marcas históricas das políticas públicas nas favelas. Uma moradora expressa bem o seu sentimento e o de muitos outros:

O PAC veio com uma grandiosidade, para ser diferente, e a sacanagem explícita, o cinismo institucional teve muito impacto na região e trouxe a desconfiança e o medo como resultado. O PAC é como uma tatuagem em Manguinhos: mais que uma maquiagem, tatuaram para esconder os malfeitos anteriores. (Moradora da CCPL, Oficina de autores, fevereiro de 2017).

Os tempos que se anunciaram com o fim das intervenções do PAC foram

19 10º Balanço do PAC 2, de junho de 2014, p. 120. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/f9d3db229b483b35923b338906b022ce.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2017.

de situações-limites e de incompletudes, bem marcadas nas histórias dos moradores, fontes de suas desesperanças, muitas vezes desespero:

[...] Taí uma grande incógnita, pra todos que moramos, pra nós que moramos aqui há uma grande incógnita. Será? Muitas coisas melhoraram, sim, como você falou, mas outras estão deixando a desejar e bastante... Vejo que há necessidade de muitas coisas... (Moradora da Varginha, Oficina de projeto LTM, 23 de novembro 2013)

A continuidade das enchentes e o abandono da Rua São José e vizinhanças, somados às redes de esgoto que se rompem, à permanência dos moradores em áreas de remoções nas comunidades da Vila Turismo, Nelson Mandela, Beira Rio e São José, ao abandono das intervenções nas *Ramblas* de Manguinhos, o que afetou a mobilidade e favoreceu a retomada da ocupação por barracos e moradores de rua embaixo da estação de Manguinhos, entre outros problemas, são as marcas mais visíveis das incompletudes e da provisoriidade.

O processo de refluxo do PAC Manguinhos culmina com a ameaça de fechamento da Biblioteca Parque e o abandono do Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, equipamentos que trouxeram uma dinâmica de convívio exuberante de cultura para os adolescentes e jovens de Manguinhos. A sustentabilidade de tais equipamentos sociais sempre foi preocupação dos moradores. Em 2014, dizia um deles:

[...] Outro fator é que nesse processo de não haver discussão prévia, o morador não teve... se trabalhou Manguinhos muito a partir... em função da propaganda de governo. Uma outra coisa que nós atentamos em nossa discussão é confrontar aquilo que foi colocado nas propagandas de governo e o que foi efetivamente construído em Manguinhos. O outro fator, que, além da crítica, a gente tem que fazer uma discussão em relação ao nível dos aparelhos que foram criados, a questão da manutenção... (Ex-morador da Vila Turismo, Oficina de projeto LTM, 23 de novembro de 2013)

Quantitativamente, algumas promessas foram cumpridas, como o número de apartamentos construídos, a instalação de rede coletora e ligações domiciliares de esgoto, a rede de drenagem e a construção de equipamentos sociais, entre outras. Entretanto, a qualidade dos projetos técnicos (ou a falta deles) e das obras sempre foi observada como o grande fator para a continuidade de vários dos problemas, como mostra a fala de moradores:

O que aconteceu é que as grandes obras, como a elevação da via férrea e construção de prédios, foram entregues a grandes em-

preiteiras e as outras para pequenas empreiteiras, que, visando maior lucro, fizeram o esgoto pluvial junto com o esgoto sanitário; manilhas de 50 estão cheias de areia e entupindo; acontece que os canos de esgotos arrebentam e contaminam a água potável nas tubulações que correm juntas ou próximas. (Ex-morador da Vila Turismo, Oficina de trabalho LTM, 30 de janeiro de 2016).

Em relação às habitações, as incompletudes se revelam a partir dos dados disponibilizados. A situação encontrada em 2016 aponta para um total de 1.612 novas unidades habitacionais entregues e 1.090 famílias em aluguel social. Levando-se em conta que a única previsão é a entrega futura de 164 novas unidades habitacionais na CCPL, existe um *deficit* habitacional. Entre as famílias, parte continua em áreas de risco e outra, em aluguel social. Mencionem-se aquelas ainda em áreas de risco, devido à paralisação do processo de remoção, caso dos moradores dos Ex-Combatentes, Parque João Goulart e CONAB Nelson Mandela. Algumas famílias não aceitaram as condições de indenização propostas pelo governo do Estado ou prefeitura, como os moradores da Vila Turismo e Beira Rio, e estão envolvidas em uma longa negociação com a EMOP.

Em junho de 2016, segundo dados da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, ainda subsistem em aluguel social moradores das comunidades CCPL (403 famílias), CONAB (662 famílias), Parque João Goulart (dez famílias), Vila São Pedro (dez famílias) e Vila União (cinco famílias)²⁰. Tal situação agravou-se, tornando-se sério problema, devido aos atrasos sistêmicos no recebimento do pagamento, à defasagem no seu valor, congelado em R\$ 400,00 desde o início das remoções, há mais de cinco anos, e à extensão do tempo de aluguel, que deveria ser provisório.

Desde 2015, em carta ao presidente da EMOP²¹, datada de 2 de julho do mesmo ano, os moradores cobravam providências a respeito dos problemas das enchentes e casas rachadas, entre outros:

Nossa insatisfação se dá por conta das obras iniciadas e ainda não concluídas, pois, desde a elevação da linha férrea e o aterramento para extensão da via onde será estendida a Rua Uranos, os moradores que moram às margens desta rua vêm sofrendo com as inundações e aparecimento de rachaduras em suas casas. Esta situação vem tirando o sono de todos.

As enchentes acontecem em época de chuvas, mas as rachaduras das

20 <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686>. Acesso em: 27 jun. 2016.

21 Disponível em meio digital.

casas aumentam a cada dia após as obras do PAC, com a trepidação por causa dos maquinários pesados contratados pela EMOP...

Acrescente-se a tudo isso a retomada dos confrontos violentos entre a UPP e o tráfico de drogas, com morte de moradores, principalmente homens jovens negros.

Fechando o verão de 2010, as chuvas caíram em 6 de abril, afetando em cheio o coração do PAC Manguinhos, o DSUP, onde aconteceram a maior parte das intervenções e a instalação de equipamentos sociais. Atingiram todo o território, mas no DSUP foram marcantes, por este ter sido recentemente inaugurado²². “Antes na Fiscal Monteiro não dava enchentes, outras enchiam, agora, depois do PAC, enchem muito mais”, relata um morador da Vila Turismo, em uma das oficinas de trabalho para levantamento dos problemas deixados pelo PAC, realizada em 30 de janeiro de 2016. Outro relata que, em 2013, foi reconstruído o pontilhão sobre o Rio Faria-Timbó e ocorreu a piora das enchentes, observando que “as enchentes do ano passado, primeiro ano depois que fizeram a ponte do Faria-Timbó, 2013, bateram o recorde de subida de água em Manguinhos...” (Morador da Vila Turismo, Oficina de trabalho LTM, 8 de dezembro de 2015).

Uma moradora, andando por Manguinhos um dia depois da enchente do dia 11 de dezembro de 2013, descreve o cenário que vê e que se repete a cada enchente:

Acabo de percorrer Manguinhos, entrando pelo DSUP, passando pelo eixo Leopoldo Bulhões, de onde pude observar a Vila União, o Parque João Goulart e a Vila Turismo... vi o mesmo cenário, casas sendo lavadas, móveis sendo jogados fora e as marcas da água da enchente nas paredes das casas. No CHP2, a situação é igual, na Avenida dos Democráticos as caçambas de lixo e de entulho foram arrastadas para o meio da avenida pela força da água. (Moradora da CCPL, bolsista do LTM, Oficina de trabalho, 8 de dezembro de 2015)

Na Rua São José, situada na região mais baixa de Manguinhos, entre os rios Jacaré e Faria-Timbó, o problema das enchentes se agravou devido às intervenções do PAC, principalmente a alteração da topografia da rua pela elevação da nova via construída ao longo da via férrea, criando uma espécie de represamento. Na enchente de 2013, a água chegou a atingir o nível de dois metros de altura nas casas. Desde então, a Rua São José e vizinhanças é a área de Manguinhos que mais tem sofrido com as enchentes. As chuvas de março de 2016 acarretaram novamente aos moradores perdas materiais e o entupi-

22 Registro da enchente do dia 6 de abril de 2010: http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/enchentes_abril2010.pdf.

mento da rede de esgotos, entre outros problemas causados pelo alagamento das ruas e casas.²³

Rua São José e o desmonte dos equipamentos sociais: situações-limite e as lutas pós PAC

Na área do Parque João Goulart, estava previsto um grande projeto de urbanização, incluindo a total remoção da Rua São José, com realocação de seus moradores em apartamentos a serem construídos em Manguinhos.

Com a priorização das obras de elevação da linha férrea e a construção da pista que seria originalmente a continuação da Rua Uranos, o projeto de requalificação da área da São José foi sendo deixado de lado no desenvolvimento das intervenções, tendo sido afirmado por representantes da EMOP que aquela área teria saído do escopo das obras, por falta de verbas. Segundo moradores contam, os recursos para a execução do projeto foram desviados e as obras do PAC ampliaram os problemas pré-existentes. “Tudo de ruim que tem em Manguinhos, na São José tem.” (Morador da Rua São José, Oficina de trabalho LTM, 30 de janeiro de 2016).

Hoje, a Rua São José se configura como uma sobreposição de processos de vulnerabilização ambientais e sociais, que concorrem para a extrema precariedade das condições de vida de seus moradores e de sua situação de saúde. Habitações em risco, muitas com rachaduras provocadas pelas próprias obras do PAC, tanto de remoções de casas que compartilhavam paredes e vigas quanto pelo impacto das retroescavadeiras, redes de esgoto rompidas e a céu aberto e falta de luz, o que a torna a área mais abandonada do PAC, compõem um quadro que deixa os moradores em uma situação-limite, submetidos a riscos e incertezas.

A partir de 2014, a mobilização em torno dos inúmeros problemas não resolvidos ou criados pelo PAC se intensificou diante da continuidade das enchentes, do aumento do risco de acidente de trânsito na Leopoldo Bulhões e no vácuo com relação à Rua Uranos, do recrudescimento da violência policial e da morte de jovens, bem como do abandono do Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila e da ameaça do fechamento da Biblioteca Parque Manguinhos (BPM).

De um lado, um grupo se articulou em torno do problema das enchentes e da moradia, acionando o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o que culminou em uma audiência pública em agosto de 2016, à qual se agregaram os moradores que estavam em aluguel

23 Página do Fórum Social de Manguinhos no Facebook, postagem no dia 13 de dezembro de 2016: <https://www.facebook.com/forumsocialdemanguinhos/?fref=ts>, acesso em: 31 mar. 2017.

social e aqueles não estavam recebendo do Estado. Essa luta prossegue com as ações do NUTH e com as negociações com a Secretaria de Obras do Estado e prefeitura, resultantes da audiência pública.

Outro grupo se mobilizou no âmbito do CGI de Manguinhos, em 2015, criando um Grupo de Trabalho com moradores, profissionais da FIOCRUZ e da ONG Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP) para avaliar caminhos que pudessem solucionar os problemas do trânsito na região. A iniciativa ensejou a organização de um encontro no dia 18 de junho de 2015, do qual participaram instituições como FIOCRUZ, Instituto Pereira Passos (IPP), SuperVia, BPM e, na condição de órgãos responsáveis pela gestão da cidade, Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) Rio e EMOP. No encontro, foi articulada uma Comissão de Moradores, para tratar não apenas dos problemas do trânsito, mas para buscar soluções para os problemas de habitação. A mobilização teve como resultado a colocação de sinal de trânsito na altura do Morro do Amorim, na Rua Leopoldo Bulhões.

No âmbito da educação e da cultura, duas lutas importantes começaram a ser travadas, desde o final de 2015, com o governo do Estado: a manutenção do funcionamento da BPM e contra o abandono e pela retomada do pleno funcionamento do Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, equipamentos sociais importantes construídos pelo PAC.

A BPM foi fechada pela Secretaria de Cultura do Estado, em dezembro de 2016, por falta de verbas. Desde o ano anterior, já havia notícias da crise nas bibliotecas parques do Rio de Janeiro²⁴. No dia 24 de janeiro de 2017, mesmo sem receber os salários, os funcionários passaram a fazer plantões voluntários e retomaram parcialmente as atividades da BPM. Familiares de alunos do projeto Ballet Manguinhos fizeram um mutirão de limpeza dos espaços e, desde então, vêm sendo feitas negociações para reabri-la plenamente.

O espaço da BPM é um lugar de encontro de jovens de Manguinhos, que promovem atividades culturais, como a Roda de Rima Cultural, e é chamado por eles de praça do Pac'ção. Explicam os jovens:

O nome "Pac'ção" foi escolhido pelos seguintes motivos, segundo os organizadores: para fazer referência ao país Paquistão, pela área ser conhecida como "Faixa de Gaza" e porque os jovens estão sempre no "PAC". "PAC" é Por Amor à Cultura. O nosso principal foco é atingir as crianças da nossa comunidade, porque nossa realidade é drástica. Através do *Rap* e dos livros, nós tentamos mudar nosso futuro.²⁵

24 <https://oglobo.globo.com/rio/duas-bibliotecas-parque-fecham-as-portas-por-falta-de-repasses-do-estado-18130880>, acesso em: 25 jan. 2017.

25 *Jornal Fala Manguinhos*, publicado no Facebook em 28 de novembro de 2016.

Mais dramática é a situação do Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, primeira obra concluída do PAC no Rio de Janeiro. Foi inaugurado em 3 fevereiro de 2009 e, a partir de 2015, veio sendo gradativamente abandonado pelo governo do Estado. A retirada da segurança do colégio propiciou invasões cotidianas e depredações. Em 2016, as lutas se intensificaram com a ocupação do colégio pelos alunos e mobilização de pais, moradores e instituições locais. Foi designada uma nova diretora, que, junto com os grupos mobilizados, vêm reconstruindo o colégio com mutirões e algum investimento da Secretaria de Educação.

Outra frente de luta, o grupo Mães de Manguinhos, reúne as mães que cobram justiça pelas mortes de seus filhos provocadas por aparatos de segurança do governo do Estado. Este movimento se articulou com o apoio do Fórum Social de Manguinhos. Desde 2013, ano de implantação da UPP, até dezembro de 2016, oito jovens negros foram mortos por policiais em Manguinhos.²⁶

O Fórum Social de Manguinhos continua atuando no controle das políticas públicas, principalmente nas questões referentes à segurança pública, e acompanhando os efeitos do PAC. Ao longo dos dois últimos anos, o Fórum esteve à frente de várias ações, procurando dar visibilidade aos efeitos da implementação da UPP, apoiando a luta das mães cujos filhos foram vítimas da violência no território.

Conclusão

Enfim, o que podemos dizer sobre o legado do PAC Manguinhos? De positivo e do ponto de vista das intervenções físicas, podemos mencionar a construção de habitações para parte dos moradores, uma vez que alguns deles continuam em aluguel social e sem perspectiva de ter sua casa própria. Sob o ângulo da política, os “malfeitos” do PAC contribuíram em muito para a intensificação da mobilização, organização e luta dos moradores. Desde o final de 2015, com a falência dos projetos das UPPs e o desinvestimento acarretado pela paralisação das obras do PAC, recrudesceram os confrontos entre as forças de segurança do Estado e o poder marginal. Reinstalou-se o terror em Manguinhos, voltou o estigma do lugar como Faixa de Gaza.

Uma questão central para os moradores, que confirmam que o PAC, associado às UPPs, expressa um modelo de política pública, é a expansão da cidadania por meio de forte componente coercitivo, expressão da principal relação entre Estado e população favelada. (FLEURY, 2012, p.196). Essa é uma preocupação perma-

26 <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/maes-de-manguinhos-fazem-ato-para-lembrar-filhos-mortos-pela>, acesso em: 10 mai. 2017.

nente, considerando-se a experiência dos moradores: o quanto o PAC é uma política pública integrada às demais políticas urbanas, sociais e culturais que visam “humanizar as cidades”, ou é uma parte da política de segurança pública apenas, forjada na esteira da “cidade partida”, e que corrobora a

[...] tentativa de organizar o cotidiano dos moradores e de buscar uma nova forma de sociabilidade, influenciada diretamente pelas forças da ordem, [...] ou seja, o controle da ordem pública passa a um controle da moralidade. Nesse sentido, a “paz” seria garantida com base nessas iniciativas: controle das festividades, organização do trânsito, inscrições nos espaços públicos visíveis a todos. (CARVALHO, 2013, p.304).

Uma tarefa central que o PAC recoloca para o debate público é a do enfrentamento das contradições presentes nas políticas dirigidas às favelas, que reproduzem o medo e limitam a ampliação da autonomia dos sujeitos e do humano. O desafio, portanto, é enfrentar o medo como força propulsora de organização da sociedade e das políticas públicas para a cidade. Como alerta Mia Couto²⁷:

Há muros que separam nações, há muros que dividem pobres e ricos. Mas não há hoje no mundo muro que separe os que têm medo dos que não têm medo. Sob as mesmas nuvens cinzentas vivemos todos nós, do sul e do norte, do Ocidente e do Oriente. [...] Citarei Eduardo Galeano acerca disso que é o medo global: “Os que trabalham têm medo de perder o trabalho. Os que não trabalham têm medo de nunca encontrar trabalho. Quem não tem medo da fome, tem medo da comida. Os civis têm medo dos militares, os militares têm medo da falta de armas, as armas têm medo da falta de guerras.” E, se calhar, acrescento agora eu, há quem tenha medo que o medo acabe.

BIBLIOGRAFIA

BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro. As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs.). *Um Século de Favela*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CARVALHO, M. B. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *O Social em Questão – Ano XVI – nº 29 – 2013*. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/12artigo29.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2014.

CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A (orgs.). *O Estatuto da Cidade: comenta-*

27 Vídeo com a fala de Mia Couto, disponível em: Conferências do Estoril 2011 - Mia Couto, <http://www.youtube.com/watch?v=jACccaTogxE>. Acesso em: 1 dez. 2012.

do. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120 p. il. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PlanelamentoUrbano/EstatutoComentado_Portugues.pdf. Acesso em: 5 mai. 2017.

CONSÓRCIO PAA AGRAR. Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos – Relatório de Diagnóstico. 2004 (impresso).

CUNHA, M. B. et al. O desastre cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, 18(33): 39-58, 2015.

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, nº 30, mai./ago. 2012, pp. 194-222.

JENNERJAHN, I. C. F. M. *O PAC nas favelas do Rio de Janeiro e seus efeitos na organização comunitária*. 2009. Monografia de final do curso de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PIVETTA, F.; ZANCAN, L.; GUIMARÃES, G. (orgs.). *PAC Manguinhos: Um Relato Fotográfico 2008-2010*. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2012.

SILVA, I. 2011. Favela é Cidade (e cidade é favela). *Revista Democracia Viva*, 47:26-28. Disponível em: <http://issuu.com/ibase/docs/dv47/3>. Acesso em: 5 jan. 2015.

TRINDADE, C. P. *“Não se faz omelete sem quebrar ovos”*. *Política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro*. 2012. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói.

ZANCAN, L. F.; PIVETTA, F.; SOUSA, F. M. et al. Dispositivos de comunicação para a promoção da saúde: reflexões metodológicas a partir do processo de compartilhamento da Maleta de Trabalho Reconhecendo Manguinhos. *Botucatu: Interface (On-line)*, v. 18, pp. 1313-1326, 2014.

POSFÁCIO

**Aqui tudo parece
Que era ainda construção
E já é ruínaⁱ**

A fala divinatória de muitos moradores nas oficinas e encontros que realizamos durante o acompanhamento do PAC em Manguinhos, no Alemão e na Rocinha revelam a recorrência de ciclos promessa-desconfiança-esperança. Os ciclos surgem a cada anúncio de políticas públicas e intervenções no lugar onde moram, e quase sempre desembocam em desencanto, impotência e desespero diante do ver, do saber e da falta de poder para transformar. As eventuais manchetes e matérias dos jornais nos mostram que os moradores tinham e têm razão.

(...) Para que serve o teleférico, para que serve estes milhões de reais que foram investi-



dos aqui no Alemão se não houve melhoria nenhuma? ... No meu entendimento, para que serve tudo isso se ainda existem outras prioridades na comunidade que não foram citadas e nem estão sendo

cuidadas? Fala de um morador do Morro do Alemão, em 20/07/13. Manchete de matéria no Jornal do Brasil *on-line*, publicada em 26/08/2018 [1].

“As propostas do Poder Público geralmente são para dar visibilidade aos governos com obras faraônicas, que não atendem cem por cento as necessidades dos moradores ou não correspondem à questão a que se propôs no começo”. Fala de um morador da Rocinha, em 30/11/13.

Manchete de matéria publicada no Jornal El País on-line, em 12/09/2015 [2].



... E o PAC passou. O governo não está fazendo manutenção de tudo que ele botou... para eu usar o teleférico tenho que pagar mototáxi (...) para subir um morro e descer o outro. O PAC veio para quê? Para quem? São coisas que tem que colocar. ... Questionar. Colocar o PAC 2. O Caboclo foi incluído, vão incluir todo mundo. Quem tem (...). Na primeira reunião



que eu fui o cara disse assim: o Mineiros tá tudo pronto. Aí eu disse assim: você está confundindo, né? Mineiros com a Matinha?(...) Eles nem sabem que comunidade...

... eles não sabem que Alemão é Alemão, Grotta é Grotta, Brasília é Brasília, eles não sabem disso. (...) Quer dizer, as bases das UPPs custaram 1 milhão de reais. (...) minha mãe foi nascida e criada na Tijuca, no Morro do Salgueiro. Ela sempre fala bem

claro: gente, a minha visão hoje de políticas públicas, não existe para mim; com 73 anos, se eu tiver que morrer, não vou ver o meu país mudar, principalmente o Estado. Não vai ser com 33, que eu vou dizer o contrário... Vai vir o PAC 2, vamos começar a cobrar, vamos juntar uma comissão, da gente, é nossa, é nossa, não é da associação, não é do Cabral, não é da Dilma, é nossa... no território aqui, vai acontecer obra, vamos lá fiscalizar. Na minha casa, quando os caras passavam, que eles (...) de concreto, é dinheiro público, tapa aquele buraco aqui. Fala de uma moradora da Matinha - Complexo do Alemão, em 20/07/2013. Manchete de matéria publicada no Jornal Extra on-line, em dia 04/04/2018 [3].

Um exemplo grande vocês podem ver: estão em luta grande na Rocinha porque não querem teleférico, querem saneamento básico e, segunda agora, o Cabral disse que vai fazer primeiro o saneamento básico, mas o teleférico eles não vão deixar de fazer. Porque é de onde vai sair para o bolso dele. (Morador 3 do Morro do Alemão, em 20/07/13).

O que aconteceu é que as grandes obras, como a elevação da via férrea e construção de prédios, foram entregues a grandes empreiteiras e as outras para pequenas empreiteiras, que visando maior lucro fizeram o esgoto pluvial junto com o esgoto sanitário; manilhas de 50 estão cheias de areia e entupindo; acontece que os canos de esgotos arrebentam e contaminam a água potável, nas tubulações que correm juntas ou próximas. Fala de um morador da Vila Turismo – Manguinhos, em 23/11/2013. Manchete de matéria publicada no Jornal Brasil de Fato, em 07/11/2016 (acesso em 22/09/2018) [4].





(...) Uma outra coisa que nós atentamos em nossa discussão é confrontar aquilo que foi colocado nas propagandas de governo e o que foi efetivamente construído em Manguinhos. O outro fator, que, além da crítica, a gente tem que fazer uma

discussão em relação ao nível dos aparelhos que foram criados, a questão da manutenção... Fala de morador da Vila Turismo – Manguinhos, em 23/11/2013. Manchete de matéria publicada no site G1, em 31/01/2017 [5].

MANGUINHOS PEDE SOCORRO! O silêncio desta madrugada foi interrompido com gritos de “enchente!” para alertar moradores que já estivessem dormindo. Assim a equipe da Comissão de Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos (COMACS) inicia a mensagem na sua página no Facebook [6], no dia 15 de fevereiro de 2018. Manchete de notícia publicada no jornal Extra on-line, em 27/11/2016 [7].



Para os moradores, o PAC, associado às UPPs, expressa um modelo de política pública de *expansão da cidadania por meio de forte componente coercitivo*,

expressão da principal relação entre Estado e população favelada, como escreve a pesquisadora Sonia Fleury [8].

Esta é uma questão que permanece em aberto, considerando a experiência dos moradores: o quanto o PAC é uma política pública integrada às demais políticas urbanas, sociais e culturais que visam “humanizar as cidades”, ou é uma parte da política de segurança pública apenas forjada na esteira da “cidade partida”, se conformando em mais uma

(...) tentativa de organizar o cotidiano dos moradores e de buscar uma nova forma de sociabilidade, influenciada diretamente pelas forças da ordem (...) ou seja, o controle da ordem pública passa a um controle da moralidade. Nesse sentido, a “paz” seria garantida com base nessas iniciativas: controle das festividades,

organização do trânsito, inscrições nos espaços públicos visíveis a todos, segundo Monique Carvalho [9]. A manchete da matéria foi publicada no portal G1, em 27/09/2018 [10].



A principal apreensão e desconfiança geral sempre foi que o PAC seria apenas uma política de segurança pública. Ou, ainda, ser um jogo em ano eleitoral, mais um conjunto de obras inacabadas ou um arranjo de interesses da indústria imobiliária e da construção civil. Este era o sentimento dominante entre os moradores de favelas, em particular de Mangueiras, quando do lançamento do PAC [11].

As falas dos moradores e moradoras mostram que os ciclos promessa-desconfiança-esperança podem ser rompidos na medida em que os moradores e organizações comunitárias assumam maior protagonismo na construção e implementação de políticas públicas mais justas e democráticas. E isso não vem apenas com a solidariedade de acadêmicos, instituições e políticos, mas com lutas sociais nas quais os saberes e direitos das populações das favelas sejam o combustível maior das transformações que ainda virão. Este espírito de renovação e esperança é o compromisso maior que nossa publicação apresenta aos leitores para a construção de cidades inclusivas, democráticas, saudáveis e sustentáveis.

Fatima, Lenira, Marize, André e Itamar
Organizadores

Fontes de Informações

[1] http://www.jb.com.br/_conteudo/rio/2018/08/775-pac-privilegiou-obras-faraonicas-em-lugar-de-infraestrutura-basica-nas-favelas-do-rio.html, acesso em: 12 set. 2018.

[2] https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/03/politica/1441270863_849228.html, acesso em: 28 out. 2018.

[3] <https://extra.globo.com/noticias/rio/telefericos-do-alemao-da-providencia-viram-sucata-22553797.html>, acesso em: 22 out. 2018.

[4] <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/07/escola-em-manguinhos-no-rio-sofre-com-descaso-do-governo-estadual/>, acesso em: 22 out. 2018.

[5] <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/obras-do-pac-em-favelas-do-rio-foram-superfaturadas-diz-tce-rj.ghtml>, acesso em: 22 out. 2018.

[6] Página da COMACS no facebook <https://www.facebook.com/comacsmanguinhosrj/>

[7] <https://extra.globo.com/noticias/rio/fonte-de-propina-de-sergio-cabral-pac-das-favelas-deixou-obras-inacabadas-20542726.html>, acesso em: 21 out. 2018.

- [8] FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 30, mai./ago. 2012, p. 194-222.
- [9] CARVALHO, M. B. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *O Social em Questão - Ano XVI - nº 29* – 2013. Disponível em <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/12artigo29.pdf> , acesso em: 01 set. 14.
- [10] https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/27/relatorio-afonta-que-forcas-de-seguranca-violaram-30-tipos-direitos-durante-intervencao.ghhtml?utm_source=facebook&utm_medium=share-bar-smart&utm_campaign=share-bar, acesso em: 06 out. 2018.
- [11] PIVETTA, Fátima & PORTO, Marcelo Firpo. PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança. *Boletim CESTEJH*. Ano 5, nº. 2, maio 2008.
- [12] <http://www.canalibase.org.br/militarizacao-retira-direitos/>, acesso em: 22 set. 2018.
- [13] <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-07/ongs-decidem-lutar-em-conjunto-contramilitarizacao-da-vida>, acesso em: 22 set. 2018.

i Trecho da música “Fora de Ordem” de Caetano Veloso

SOBRE OS AUTORES

Alan Brum Pinheiro: Sociólogo. Mestrando em Sociologia Urbana no IESP/ UERJ. Secretário Executivo do Instituto Raízes em Movimento e coordenador do CEPEDOCA – Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão,

André Luiz Carvalho Cardoso: Arquiteto e Urbanista. Doutor em Arquitetura pela UFRJ. Professor Adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da ESDI/UERJ. Coordenador dos projetos de extensão Laboratório Socioambiental de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo/UERJ e Arquitetando Intersubjetividades/Unisum.

Bruno Coutinho de Souza Oliveira – Doutor em Sociologia. Pesquisador do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (CEVIS) e do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão (CEPEDOCA). Coordenador de Monitoramento e Avaliação de Políticas Sócio Assistenciais da Subsecretaria de Assistência Social e Descentralização da Gestão do Estado do RJ.

Consuelo Nascimento: Graduanda de Direito na Unesa. Moradora de Manguinhos. Pesquisadora do Laboratório Territorial de Manguinhos/ENS/Fiocruz. Trabalhou na Biblioteca Parque de Manguinhos de 2011 a 2016.

Éric Gallo: Graduando em Arquitetura e Urbanismo. Integrante do Projeto de Extensão Arquitetando Intersubjetividades da Unisum.

Fabiana Melo Sousa: Documentarista e Professora de Filosofia da SEEDUC-RJ. Mestranda em Filosofia e Ensino do Programa de Pós-Graduação de Filosofia e Ensino do CEFET – RJ. Membro da TV Tagarela da Rocinha.

Fátima Pivetta: Química. Doutoranda do programa de pós-graduação em Saúde Pública. Tecnologista do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. Pesquisadora do Laboratório Territorial de Manguinhos/ENSP/Fiocruz.

Gleide Guimarães: Graduanda em história da UFF. Moradora de Manguinhos. Pesquisadora do Laboratório Territorial de Manguinhos/ENSP/Fiocruz. Trabalhou na Biblioteca Parque de Manguinhos no período de 2012-2013.

Gustavo Rodrigues Lopes Tavares: Graduando em Engenharia Civil pela UERJ. Bolsista do Projeto de Extensão Laboratório Socioambiental de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (LSECAU/UERJ) entre 2016 e 2018.

Itamar Silva: Jornalista. Coordenador da área Direito à Cidade do IBASE. Morador do Morro Santa Marta. Militante nos movimentos de favelas, foi diretor da Federação das Associações de Favelas do Estado do RJ – FAFERJ, no período 1983 a 1985.

Jairo Dias de Freitas: Doutor em Saúde Pública. Professor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio EPSJV/Fiocruz. Pesquisador do Laboratório Territorial de Manguinhos ENSP/Fiocruz.

João Helvécio: Graduado em direito. Defensor do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

José Stelberto Porto Soares: Engenheiro civil. Sanitarista - meio ambiente, e saúde pública. Membro da direção do Sindicato dos Engenheiros e do Conselho Diretor do Clube de Engenharia. Participou de inúmeros programas de saneamento e urbanização em áreas formais e favelas.

Lenira Zancan: Socióloga, Mestre em Saúde Pública. Pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais e do Laboratório Territorial de Manguinhos /ENSP/Fiocruz.

Marcelo Firpo de Souza Porto: Engenheiro de produção, psicólogo, pesquisador do CESTEHE e atua no mestrado e doutorado em Saúde Pública da ENSP. Coordenador do Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde, NEEPES, do qual fazem parte o LTM e o Mapa de Conflitos Ambientais.

Maria Lúcia de Pontes: Graduada em Direito pela UFF. Defensora do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Marize Bastos da Cunha: Historiadora. Doutora em Educação pelo UFF. Pesquisadora do Departamento de Endemias Samuel Pessoa e do Laboratório Territorial de Manguinhos/ENSP/Fiocruz. Atua na pós-graduação da ENSP nos temas da educação popular em saúde, metodologias qualitativas e memória social.

Pablo Benetti: Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor da Disciplina Projetos de Urbanização Alternativa (FAU-UFRJ), e do programa de pós-graduação em urbanismo PROURB. Coordenador do Laboratório de Habitação e Forma Urbana.

O silenciamento como prática de dominação é estruturante das relações sociais, e não se circunscreve tão somente ao ato da fala, estende-se à desqualificação de quem fala, à invisibilização do discurso das classes populares. As vozes subalternas não encontram eco na sociedade, em que as principais vias de escoamento da opinião pública e de resposta às suas diversas demandas são os canais oficiais de mídia. Assim, essa população invisibilizada, silenciada e infantilizada ressignifica a sua existência, lançando mão de um dos recursos mais básicos e ancestrais: o recurso da fala. E é nos equipamentos públicos de saúde, principalmente naqueles destinados à atenção básica, que esse recurso se amplifica e se traduz no ato de gritar. O ato de gritar se constitui em estratégia, e são as mulheres que vão capitanear essa insurgência e usá-lo para romper o silenciamento recorrente. Gritam porque todos os recursos de articulação se esgotaram. Mais do que isso, há um desprezo histórico pelos corpos negros e é na figura das mulheres negras que esse desprezo se potencializa, daí a tarefa de gritar se tornar mais do que o fazer-se ouvir, é sentir-se na possibilidade de existir.

Mônica Santos Francisco

Cientista social. Moradora e integrante da Rede de Instituições do Borel. Consultora na ONG Asplande. Colunista do JB Online. Pesquisadora convidada do Laboratório Territorial de Manguinhos ENSP/Fiocruz. Eleita Deputada Estadual do Rio de Janeiro em 2018.



igbase.



Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-9511-028-1



9 788595 110281

O PAC foi o terceiro projeto oficial de urbanização do Complexo de Manguinhos. Antes dele foram o PROSANEAR 1 e 2, nos anos 80 e 90. É incompreensível que nenhum tenha dado certo. Em 1997, houve um avanço com a retirada da ponte da rede ferroviária sobre o Rio Faria-Timbó. Foram 17 anos sem enchentes em Manguinhos. Com a construção pelo PAC da nova ponte sobre o mesmo rio, as enchentes voltaram com toda a força. Hoje vivemos uma decepção. O que esperávamos como solução virou pesadelo. Achamos que tudo isso acontece por não ter havido participação dos moradores, com orientações coletivas para os engenheiros e responsáveis pelo projeto do PAC. Atualmente, além das enchentes, convivemos com o entupimento de esgotos, canos estourados e desperdício de água. Nada melhorou para quem vive em Manguinhos. Já são quase sete anos com obras inacabadas, como a Beira Rio, Rua São José e, talvez a mais importante, a estação de tratamento de esgoto. O sistema de bombas permaneceu aqui por três anos e foi retirado em 2016. Isso não foi negativo só para os moradores de Manguinhos, mas para toda a população da cidade, que sofre com a poluição da Baía de Guanabara e suas consequências para o meio ambiente. Esse é o resultado do que era para ter dado certo.

José Beserra de Araújo. Morador de Manguinhos e fundador do Movimento de Comunidades Populares – Núcleo Manguinhos.

LEITURAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAC FAVELAS COMO MIRANTE DE OBSERVAÇÃO

Fátima Pivetta | Lenira Zancan | Marize Bastos da Cunha | André Luiz Carvalho Cardoso | Itamar Silva

Um sonho frustrado!!!

Após muito reivindicar, lutar e buscar a inclusão de Manguinhos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que deveria ser uma realização se transforma em um grande pesadelo para muitos e uma grande frustração para todos. Ao tomar conhecimento da chegada do PAC Manguinhos, milhares de moradores passaram a sonhar com melhorias e resoluções dos mais conhecidos problemas vividos durante décadas pela falta de políticas públicas. A novidade portadora de sonhos também trouxe medos, fazendo-se necessária a organização do movimento social local, que se desdobrou em várias descobertas, conhecimentos e importantes parcerias que lhe propiciaram um melhor entendimento e contribuíram para ampliar a participação. Hoje, ao longo desses dez anos, avaliamos que o PAC trouxe grandes frustrações a estes sonhadores. Com as frustrações, os direitos básicos não garantidos e as políticas públicas sonhadas que se tornaram incertas na vida das pessoas, iniciou-se um processo de adoecimento no lugar da alegria e da satisfação. Nesta publicação, você vai perceber que nem mesmo as diretrizes fundamentadas no Estatuto das Cidades garantiram os direitos da população com a instalação do PAC. Tais diretrizes não permitiram a sustentabilidade dos investimentos do PAC. Embora tentado de todas as maneiras e principalmente através do diálogo com o poder público, as comunidades de Manguinhos e seus atores sociais não encontraram meios eficazes de participação social. Não participamos da formulação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Manguinhos, que não foi validado nem tornado público! Contestamos e denunciamos as formas de acompanhamento e participação do processo de execução dos projetos e políticas que foram completamente excludentes! O poder público ignorou o saber e a participação populares nesse importante e tão sonhado processo de garantia de direitos e transformações com qualidades para melhoria das nossas condições de vida.

Patrícia Evangelista: Moradora de Manguinhos. Promotora Legal Popular. Co-fundadora do Fórum Social de Manguinhos. Secretária Executiva do Conselho Gestor Intersetorial e Articuladora Territorial do Teias Escola Manguinhos/ENSP/Fiocruz. Sócia-fundadora da ONG Mulheres de Atitude (OMA).